

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Outsiders do bairro Trindade:

“Pacto da morte” ou “Gangue da Aids”? Para além da construção de um episódio (Florianópolis 1987)

Graziele Regina de Amorim

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora Prof^a Dra. Renata Palandri Sigolo Sell. Co-orientador Prof^o Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho.

Florianópolis
2009

“Senhoras e
senhores
Trago boas novas
Eu vi a cara da
morte
E ela estava viva”

(“Boas Novas”
Cazuza)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de muita dedicação, momentos de sofrimento e de aprendizagem. Agradeço a todos que ajudaram a construir esta dissertação, seja por meio de conversas de bar, pelos encontros esporádicos nas dependências da UFSC, pelos abraços apertados, pelas orientações ou pelos conselhos nesta difícil jornada.

Inicialmente agradeço à minha família por me apoiar, estimular e aguentar meus choros, quando muitas vezes, pensei em desistir. À Kátia, minha mãe, pelo cuidado e pelo cafezinho quente, que me confortava nas noites frias e me estimulava a escrever. Ao meu pai, Luiz, pelo exemplo de luta e humildade, bem como, o apoio financeiro quando necessitei. E ainda, aos meus irmãos, Diego e Eduardo.

Agradeço à minha orientadora Renata Palandri por acompanhar e ajudar na minha pesquisa. Ao co-orientador Henrique Espada Lima, pela orientação e mesmo pelas duras críticas. Aos professores do programa de pós-graduação em história da UFSC, em especial da linha *Trabalho, Sociedade e Cultura*, pelos ensinamentos historiográficos.

Aos membros da banca: professora Marlene de Fáveri, pela atenção e leitura durante o exame de qualificação, bem como, pelas conversas nos corredores desde a graduação em história na UDESC; à professora Vera Regina Beltrão Marques, por aceitar o convite para participar desta banca e assim contribuir com sua visão sobre meu trabalho. Agradeço ainda ao professor Paulo Pinheiro Machado, pelas aulas da linha e as sugestões bibliográficas.

São muitos a agradecer, alguns nem tão presentes, mas nem por isso, menos importantes. Agradeço assim, a família do Richard por todo carinho e cuidado durante parte dessa dissertação. Um especial agradecimento ao Seu Ronaldo, Dona Cristina e aos “dindos”, Dona Mari e Seu Alfredo, que muito me ajudaram.

À Denise, minha grande amiga, que acompanha minhas conquistas e eu as dela. À Carol por todas as festas que fizemos juntas e por todas que ainda iremos fazer. À Francine, pela alegria contagiante, agradeço ainda ao Ademir, ao Antônio (Rato), ao Thi, ao Thiago Souza, ao Rafael Cielo, à Sara e todos os eternos amigos da FAED/UDESC.

Agradeço aos amigos do programa de mestrado: Simone, Rafael Araldi, Rafael Saldanha, Vivian, Emy, Beatriz, Marcos, Giorgia, Helena, Maria Cristina, Daniela Sbravati, pela convivência durante as disciplinas, congressos e encontros no bar Iega.

Aos queridos e grandes amigos que me aguentaram e apoiaram. À Simone, companheira não só de mestrado, como das longas noites no Chopp do Gus. Agradeço pelas palavras de conforto, pelos conselhos acadêmicos, pela divertida companhia nos bares do Kobrasol e pelas longas conversas regadas a muito chopp. Agradeço ainda, ao Giou e ao Rodrigo pela sincera amizade.

À Daniela Sbravati pelo carinho e ajuda nesta dissertação, à Vivian Staroski pela amizade que começou no mestrado e que continua cada vez mais forte. À Tatiana Alonso, uma excelente profissional, minha psicóloga, que há dois anos me atura e acompanha meu amadurecimento pessoal e profissional. Agradeço por ter ajudado nos momentos mais delicados da minha vida e vibrado comigo quando superei o desafio de terminar esta dissertação. A ela, muito obrigada, pelos abraços calorosos e confortantes.

À Cíntia, minha amiga de longa data. Nossa amizade iniciou na graduação, há sete anos, e está mais forte do que nunca. Nossas rotinas são diferentes, e muitas vezes, passamos meses longe uma da outra. Nem por isso deixamos de nos amar e admirar. Eu a tenho como uma irmã, amiga, mãe, conselheira. Essa historiadora e futura psicóloga é uma mulher brilhante, humanista que sempre me apoiou durante a dissertação.

À Gabi, amiga contagiante e querida das baladas *rock n' roll* e da dança, ao Benjamin, à Marcinha, Ellis e ao Duda Medeiros pela parceria *rock n' roll* e amizade sincera. As meninas da dança do ventre, em especial à Julieta Furtado.

Aos profissionais da Escola Básica Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, pela parceria na desafiadora tarefa de educar. Obrigada pelo ambiente instigante e afetuoso, onde aprendi e venho aprendendo muito. Aos estudantes, que me estimulam a ensinar e revolucionar cada vez mais o ambiente de sala de aula. O momento que mais produzi e me dediquei a esta dissertação foi justamente quando comecei a lecionar nesta escola. Um especial agradecimento à professora de português Clélia que revisou este trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, pela atenção, à Nazaré e todos da secretaria do programa de Pós-graduação em História pelos esclarecimentos e atenção, ao juiz do Fórum da terceira Vara Criminal do Estado pela autorização do desarquivamento do Inquérito Policial, parte das fontes desta dissertação.

E por último, mas não menos importante, ao CNPq/ CAPES, pela bolsa no segundo ano de mestrado.

RESUMO

As primeiras notícias sobre a AIDS/SIDA (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) na década de 1980, provocaram mudanças em relação ao comportamento sexual da população. Aos portadores do vírus HIV a discriminação ocorreu por serem vistos como pessoas entregues à promiscuidade, à luxúria, à perversão sexual e aos grupos de risco. Pretendo estudar os discursos acerca do “Pacto da morte” ou “Gangue da AIDS”, construídos por jornais locais e como a cidade de Florianópolis se viu em perigos na sua normalidade. Tratava-se assim da denominação de um grupo de jovens moradores do bairro Trindade que foram acusados de terem disseminado o vírus da AIDS por meio de seringas contaminadas. Nos discursos foram bem presentes, o pânico, acusações e o controle do corpo. Durante as construções do episódio pela mídia impressa foi possível ainda perceber a imagem do complô que funcionava para atribuir a esse grupo muitas das insatisfações que estavam em circulação e cujas razões não se compreendiam na cidade de Florianópolis. O episódio compreendido como parte da esfera micro-social contribuiu para iluminar alguns aspectos macro-sociais da cidade de Florianópolis na década de 1980. Entre eles, a Aids, o tráfico de drogas e as carências do sistema de saúde na cidade. As fontes dessa dissertação são compostas por reportagens de jornais locais, acompanhados durante o mês de outubro e parte de novembro de 1987, que trazem a evolução do caso, bem como, um inquérito policial acusando os jovens do bairro Trindade de estarem disseminando o vírus da Aids propositalmente. Assim, busco compreender por meio das notícias do “pacto/gangue” a dimensão que o caso ganhou e o que ele representou, já que estes jovens foram postos como bodes expiatórios de muitos problemas sociais.

Palavras-chave: Aids, Metáforas, Medo, Pacto/Gangue.

ABSTRACT

First reports of AIDS (Acquired Immunodeficiency Syndrome) in the 1980s led to changes in sexual behavior of the population. To HIV positive discrimination has occurred because they are seen as people delivered to promiscuity, lust, sexual perversion and groups at risk. I want to study the speeches about the "Pact of Death" or "AIDS gang" built by local newspapers as the city of Florianopolis found himself in danger in its normality. It was thus the name of a group of young residents of the neighborhood Trindade who were accused of having spread the AIDS virus through contaminated needles. In the speeches were well represented, the panic, accusations and body control. During the construction of the episode in the press was also possible to perceive the image of the plot that worked to give this group many of the grievances that were in movement, and the reasons are not understood in Florianopolis. The episode understood as part of the micro-social helped to illuminate some aspects of macro-social city of Florianopolis in the 1980s. Among them, AIDS, drug trafficking and the needs of the health system in the city. The sources of this dissertation consist of reports from local newspapers, followed during the month of October and part of November 1987, bringing the evolution of the case and a police investigation by accusing the youth of the district of Trindade they are spreading the AIDS virus purposely. So seek to understand through the stories of the "pact / gang" the extent that the case was and what he represented, as these young people were made into scapegoats for many social problems.

Word-key: AIDS, Metaphors, Fear, Pact/Gang.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Óbitos por Aids 1983-2000.....	28
Tabela 2: Casos de Aids no Brasil de 1980-2004.....	35
Tabela 3: Principais personagens do episódio.....	70
Tabela 4: Aids – situação atual em Santa Catarina	161

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: CAZUZA: Uma vítima da Aids agoniza em praça pública...	25
Figura 2: AIDS: Os que vão morrer contam sua agonia.....	30
Figura 3: Medo ganha cada vez mais espaço.....	47
Figura 4: Monogamia está crescendo entre os heterossexuais	48
Figura 5: Mulheres e Aids.....	54
Figura 6: Aidéticos fazem pacto da morte e espalham o vírus em Santa Catarina.....	71
Figura 7: M. foi presa sob a acusação de furto e acredita ter contraído Aids com o grupo que fez pacto da morte.....	74
Figura 8: Garota comprometida com a Gangue da Aids conta tudo.....	76
Figura 9: M.R.C.S., 18 anos: “Estou com essa doença e quero avacalhar com o mundo.....	76
Figura 10: Polícia indícia dois aidéticos.....	78
Figura 11: Vizinha diz que é tudo uma fantasia.....	82
Figura 12: Caça à Gangue da AIDS.....	83
Figura 13: Diário de uma viagem ao inferno.....	85
Figura 14: Traficantes: Sidnei, Amilton, Hercílio e Sérgio, presos no Morro do Mocotó.....	87
Figura 15: Os quatro indiciados como traficantes, presos ontem no Morro do Mocotó.....	90
Figura 16: P.O. também foi indiciada.....	92
Figura 17: Patinha garante que tem e usa suas próprias seringas. Patrícia, ao lado, diz que M.R.C.S. não sairá viva de SC.....	96
Figura 18: Diário de uma viagem ao inferno.....	97
Figura 19: Patinha com seringa que o delegado não achou.....	101
Figura 20: Mais 20 envolvidos no pacto.....	102
Figura 21: Moradores juram linchar a gangue dos aidéticos.....	107
Figura 22: Patrícia e Patinha no Edifício Helsinque: alta tensão na Trindade e revolta contra as sessões de pico e perigo de Aids.....	108
Figura 23: Diário de uma viagem ao inferno.....	110
Figura 24: Menor confirma uso coletivo de seringa.....	112
Figura 25: Caçada aos traficantes de cocaína em SC.....	116
Figura 26: AIDS altera comportamento na capital.....	118
Figura 27: Le Pacte Du Sida des junkies de Florianópolis.....	121
Figura 28: AIDS altera comportamento na capital.....	122
Figura 29: Blitz contra suspeitos de AIDS.....	125
Figura 30: Resultado do exame de acusada pode sair hoje no Nereu Ramos.....	126

Figura 31: Viagens de alto risco 2.....	127
Figura 32: Opiniões da sociedade sobre o caso.....	127
Figura 33: Casal “Zú” e “Dedinho”.....	129
Figura 34: Caso de Aids em Florianópolis preocupa os surfistas.....	130
Figura 35: Debate sobre Aids atrai € 500 pessoas.....	119
Figura 36: Quartel-general da droga tem novo rei.....	131
Figura 37: Migrantes pobres são captados pelo tráfico.....	132
Figura 38: Falsos vacinadores acusados de inocular AIDS atemorizam o Sul.....	133
Figura 39: Concluído o inquérito.....	134

SUMÁRIO

EPIGRAFE.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
LISTA DE TABELAS.....	VII
LISTA DE FIGURAS.....	VIII
SUMÁRIO.....	X
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	16
O advento patológico dos anos 80.....	16
1.1 Metáforas, noções sobre a morte e a impureza a partir da epidemia da Aids.....	22
1.2 Aids sob o prisma das políticas de saúde públicas e ONGs.....	32
1.3 Um panorama geral sobre a Aids na mídia impressa da década de 1980.....	42
1.4 Prevenção x noção de risco.....	51
CAPÍTULO II.....	63
A construção do episódio nos jornais.....	63
2.1 Um pouco sobre o bairro Trindade na década de 1980.....	64
2.2. As revelações em 21 de outubro de 1987.....	68
2.3 A dimensão do episódio em 22 de outubro de 1987.....	75
2.4 O auge do episódio em 23 de outubro de 1987.....	96
2.5 A repercussão do caso em 24 de outubro de 1987.....	107
2.6 O declínio do episódio.....	115
CAPÍTULO III.....	135
A fofoca que rendeu um inquérito policial.....	135
3.1 Depoimento de Márcia e Marilisa.....	137
3.2 Depoimento do trio de acusados.....	141
3.3 O jornal como prova.....	143
3.4 A aplicação do artigo 131 do Código Penal Brasileiro.....	145
3.5 Depoimentos dos moradores e frequentadores do edifício Helsinque.....	152
3.6 Depoimentos as autoridades médicas e policiais.....	158
3.7O relatório.....	162
3.8 A FASE JUDICIAL E O FIM DO INQUÉRITO.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
FONTES.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172

INTRODUÇÃO

Corria o ano de 1987, mais precisamente o dia 21 de outubro, quando o jornal *O Estado* trouxe estampada na capa a matéria intitulada “Pacto da morte”, divulgando um fato que ocorria no bairro Trindade, cidade de Florianópolis.¹ No dia seguinte, outro jornal, agora o *Diário Catarinense*, anunciou em tom alarmista sobre um grupo que estaria envolvido neste pacto, denominando-o de “Gangue da Aids”.² Deu-se início assim, a construção de um “episódio” exaustivamente noticiado nos jornais locais da cidade de Florianópolis, e que se desenrolaria por três meses, envolvendo moradores do bairro; indiciados inquiridos pela polícia; saber médico e muita polêmica; sustos, medo e a produção de imaginários sobre a Aids com fortes tons de preconceito.

A história que pretendo contar foi protagonizada por vários personagens, tendo como ponto de partida uma mulher: Márcia Regina Corrêa da Silva, 18 anos, natural de Canoas (RS) e, que no início do ano de 1987 fora trabalhar como manicure em um hotel da praia Mole (na Ilha de Florianópolis), iniciando uma rede de amizades e uso de drogas, culminando na sua prisão em 19 de outubro de 1987. Acusada de furto pelo casal Rosângela Corrêa da Silva Lima e João Machado da Silva Lima Neto, em cuja residência ficou hospedada por alguns meses, Márcia Regina teria forjado o roubo e a acusação, fato que deu início e fez desenrolar uma trama policial envolvendo drogas, prostituição e Aids.

A partir do depoimento de Márcia, os jornais locais passaram, em tom sensacionalista, a fazer reportagens e divulgar imagens dos protagonistas e envolvidos na trama, culminando com a descoberta de um grupo de jovens que se reunia em dois apartamentos de um edifício no bairro Trindade para transmitirem às pessoas o vírus da Aids através de seringas contaminadas mediante o uso de cocaína. Os protagonistas desta história foram os moradores dos apartamentos 821 e 841 do Edifício Helsinque, pertencentes, respectivamente, ao casal Rosângela e João Machado e a Patrícia de Oliveira Bastos. A partir do depoimento de Márcia, todos foram indiciados por acusação de transmitirem

¹ Jornal *O Estado*, 21 out. 1987, nº 22.146, capa.

² Jornal *Diário Catarinense*, 22 out. 1987, nº 539, capa.

intencionalmente e deliberadamente o vírus da Aids. Então, o Inquérito Policial foi aberto, em 19 de outubro de 1987.³

Protagonistas de um escândalo construído pelos jornais locais, o trio e Márcia estiveram presentes no cotidiano da cidade de Florianópolis, ativando uma série de profissionais e autoridades públicas chamadas a controlar o caso. A polícia procurou a estratégia de criminalizar o grupo; as autoridades de saúde pública se lançaram para ter o controle da disseminação da Aids e, a mídia impressa, com a construção do caso. Aspectos esses que me possibilitaram analisar uma série de falas, inclusive da própria mídia impressa, sendo que ela mesma produziu seu discurso opinando sobre o caso.

O recorte temporal compreende o período de 1987 e alguns aspectos sociais da década de 1980, permeados pela temática Aids. Minha pergunta inicial foi sobre o quanto um episódio desse tipo, próximo de prosa cotidiana de jornal, poderia ajudar a compreender algo sobre a sociedade em que aconteceu. Essa é uma pergunta inspirada, ao menos em parte, em uma perspectiva micro-histórica, entendida como uma modalidade da história social, como sugere Espada Lima.

A idéia de que se pode revelar muito olhando com atenção para um lugar onde aparentemente nada acontece sugere, se não um procedimento, ao menos a qualidade de uma observação ou de uma perspectiva frente aos objetos da análise. Uma atitude intelectual que se alimenta da convicção de que o olhar através do microscópio, o interesse pelo minúsculo — ou mesmo, no limite, pela miudeza e por aquilo que mais facilmente se negligencia — pode revelar dimensões inesperadas dos objetos e, com sorte, perturbar convicções arraigadas no domínio da história.⁴

A partir desta metodologia, interpretei o chamado “Pacto da morte” ou “Gangue da Aids” como parte da esfera micro-social, que contribuiu para revelar alguns aspectos macro-sociais da cidade de Florianópolis na década de 1980,⁵ e mesmo outros no Brasil. A começar

³ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, nº 01.86598.4.

⁴ LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 13-14.

⁵ “[...] a micro-história nasceu das trocas de um pequeno grupo de historiadores italianos reunidos em torno de uma revista, *Quaderni Storici*, que retomaram em 1970 e transformaram, em alguns anos, em um dos palcos centrais do debate historiográfico”. A proposta era de

pela Aids, que foi a grande ameaça das histórias que envolveram o grupo, emergiu o tráfico de drogas, ativando uma maior investigação por parte da polícia, que passou a visar mais este tipo de crime e as carências do sistema de saúde na cidade.

O uso ingênuo somente de fontes seriais, como estatísticas, pode criar um cenário equivocado, uma ficção literária, distante da vida cotidiana. E ainda, utilizar apenas uma abordagem macro-social pode resultar em uma “história social desprovida de carne e de sangue”, segundo Ginzburg.⁶

De acordo com Revel,

[...] a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve.⁷

Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome campo.⁸ Ao reduzir a escala de observação foi possível, por meio dos fatores cotidianos, uma maior aproximação com o discurso das autoridades de saúde e policiais, publicados nos jornais locais.

Em *Herança Imaterial*, Giovanni Levi realizou uma pesquisa sobre uma comunidade rural do Piemonte, Santena, no fim do século XVII. Uma história que envolveu vários personagens comuns em tramas e histórias. Para perceber do que trata o livro, Jacques Revel, no prefácio, instigou o leitor a pensar que à primeira vista, podemos obter várias respostas na tentativa de decifrar o objetivo do livro.

reformular certas exigências e procedimentos dentro da história social, no sentido enriquecer a análise social. LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial**: Carreira de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 15.

⁶ GINZBURG apud FRAGOSO, João. Para que serve a História Econômica? Notas sobre a História da Exclusão Social no Brasil **Estudos Históricos** 29 (2002). Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>. Acesso em: 12/07/07.

⁷ REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.21.

⁸ B. Pascal, *Pensées*, nº 65-115, in *Oeuvres complètes*, Ed. Por L. Lafuma (Paris, Seuil, 1963), p. 508 apud LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Assim: a) o livro relata, como indica seu subtítulo, a carreira de um exorcista no Piemonte do século XVII; b) o estudo está centrado nas estratégias familiares e individuais, com particular insistência na lógica dos comportamentos econômicos e no funcionamento do mercado da terra; c) podemos encontrar, no centro da análise, as relações hierárquicas, as formas de poder que estruturam o Antigo Regime; d) o eixo da demonstração é formado antes de tudo pelas relações entre centro e periferia, entre a capital e uma comunidade local, durante um período decisivo para a construção do Estado moderno; e) cada um desses itens (e alguns outros ainda) está presente, mas sob a forma de uma variação mais ou menos acabada sobre um tema que nunca aparece.⁹

Jacques Revel definiu que o essencial do trabalho está no fato de Levi não se limitar a estas categorias. Essa estratégia é pensada de maneira análoga ao que os militares chamam de estratégia em uma guerra, quando atraem seu adversário para um terreno onde já não se está mais.

Utilizando essas sugestões para se pensar esta pesquisa, as fontes conduziram para várias questões, entre elas: o medo da Aids, a perseguição da polícia, o abalo a uma cidade que se percebia livre de problemas, onde se pensava ser somente registrado nas grandes metrópoles, como o tráfico de drogas e Aids.

Justificando a escolha do objeto de pesquisa Levi argumentou:

[...] escolhi um lugar banal e uma história comum. Santena é uma pequena aldeia e Giovan Battista Chiesa é um tosco padre exorcista”. E mais longe: “O que espero tenha permitido mostrar, onde aparentemente nada há, não é uma revolta aberta, nem uma crise definitiva, uma heresia profunda, ou uma inovação extraordinária, e sim a vida política, as relações sociais, as regras econômicas e as reações psicológicas de uma cidadezinha comum”. Banalidade, normalidade: em todo caso, nenhum desses elementos de dramatização que parecem abrir caminhos na espessa camada social. Essa história cotidiana privilegiada, menos porque

⁹ LEVI, Giovanni. **Op. cit.**, p. 22-23.

seria mais representativa de uma situação normal na zona rural do Antigo Regime – o problema, na verdade, não se coloca nestes termos – do que por permitir ver outra coisa, de um ponto de vista diferente. Ela nos mostra a história ao rés-do-chão.¹⁰

Individualmente tais questões não fariam sentido, entretanto foi na junção delas que o autor conseguiu reconstruir o jogo social e político que envolvia aquela comunidade. Pessoas comuns não eram capazes de influir diretamente sobre assuntos como as guerras e outras decisões políticas e econômicas, porém o autor percebeu como aquelas pessoas se esforçavam em encontrar respostas para seus problemas, que vêm da grande história. E nessa trama ele percebeu o jogo de solidariedades horizontais e verticais presentes e uma postura de proteção frente aos acontecimentos.

Acerca da abordagem microanalítica, Revel defendeu que a importância de um fenômeno é proporcional às suas dimensões. E dependendo do nível de análise, ou da escala de observação podemos construir diferentes maneiras de perceber a realidade social. Assim, fenômenos mais vistosos, como a formação de um Estado podem ser percebidos de diferentes formas ao tentarmos compreendê-los por meio de estratégias individuais. A redução de escala com isso não torna a análise menos importante.¹¹ Segundo Revel é possível ainda compreender como um detalhe individual proporciona, “um acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores”.¹²

Sobre o trabalho da micro-história,

[...] cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao global. Não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico

¹⁰ Idem. *Ibidem*, p. 25.

¹¹ REVEL, Jacques. **Op.cit.**, prefácio.

¹² Idem. *Ibidem*, p. 13

oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é, e este é o segundo ponto, uma versão diferente.¹³

Carlo Ginzburg, em *História Noturna*¹⁴ investigou uma imagem que perdurou milênios na história da humanidade: a imagem do *sabá*. Os alvos da representação variaram ao longo do tempo, ora foram leprosos, ora bruxas e feiticeiros. Ginzburg assim demonstrou que de tais processos emergiu uma imagem do *sabá*.

Análogo a este processo é possível perceber uma imagem de “pacto/gangue” surgindo durante as construções da imprensa. O “Pacto/gangue” foi descrito como um *Sabá*, com rituais protagonizados pelo trio de moradores do Edifício Helsinque. Em outras palavras, o “complô” funcionava para identificar um inimigo (real ou imaginário) simplificando os seus objetivos (reais ou supostos), atribuindo a esse inimigo todas as insatisfações que estavam em circulação e cujas razões não se compreendiam. O “bode expiatório” pode ser esse grupo que parece sintetizar tudo aquilo que havia de errado e estranho: são jovens, usam drogas, tem comportamento sexual não convencional, são desocupados (mesmo que não sejam), vivem em bandos (mesmo que não vivam), são forasteiros, etc.

É interessante a reflexão de Ginzburg sobre a imagem do complô contra a sociedade sugerida nas acusações de bruxaria, “No final das contas, o complô é apenas um caso extremo, quase caricatural, de um fenômeno muito mais complexo: a tentativa de transformar (ou manipular) a sociedade”.¹⁵ “Com o fim da perseguição, o *sabá* se dissolveu. Negado como evento real, relegado a um passado não mais ameaçador, alimentou a imaginação de pintores, poetas e filólogos”.¹⁶ Assim, o historiador concluiu que o estereótipo do *sabá* continua ativo, e isso permanece oculto na humanidade. A imagem do “pacto/gangue” com o fim da perseguição da polícia e da imprensa também se dissolveu.

As fontes utilizadas neste trabalho são compostas por dois jornais locais, *O Estado* e o *Diário Catarinense* e alguns de circulação nacional, entre eles *Folha de São Paulo* e o *Globo*. Utilizei ainda, capas e algumas reportagens da revista *Veja*. Outras fontes importantes contribuíram para a análise, como o Inquérito Policial, instaurado contra

¹³ Idem, p. 28.

¹⁴ GINZBURG, Carlo. **História Noturna**: decifrando o sabá. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

¹⁵ Idem. Ibidem, p. 23.

¹⁶ Idem, p. 37.

o trio de envolvidos no episódio e fontes orais a partir de duas entrevistas de pessoas que acompanharam o caso. O primeiro entrevistado foi o médico psiquiatra fundador do GAPA (Grupo de Apóio a Prevenção da Aids), Rui Martins Iwersen¹⁷ que, em meio às histórias sobre a construção desta ONG, falou sobre aspectos interessantes do caso. A segunda entrevista foi de R.S.,¹⁸ moradora do edifício Helsinque que contou sua vivência nos agitados dias, em que houve o acompanhamento da imprensa e a perseguição da polícia ao grupo.

O título do trabalho demonstra como ocorreu a construção do episódio por parte dos jornais. Para *O Estado* tratava-se de um “Pacto da morte”, enquanto para o *Diário Catarinense* era “Gangue da Aids”. O uso do termo *Outsiders* para se referir ao grupo, surgiu a partir do conceito de Howard Becker, que definiu *Outsider* como pessoa que infringiu uma regra imposta e, por conta disso, passou a ser percebida como um tipo especial, que segundo ele, trata-se de “[...] alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo”.¹⁹ Ambos trataram da mesma história, porém cada qual com suas peculiaridades analisadas nas notícias diárias. Estas denominações apresentavam ao episódio estereótipos marcados pela idéia de que se tratava de indivíduos comprometidos em contaminar o maior número possível de pessoas. A imprensa investiu nestas denominações que sob a repetição, tornaram-se linguagem comum entre os jornais locais e nacionais.

O conflito de versões mostrou ora a polícia criminalizando, ora a medicina medicalizando as falas dos envolvidos. No discurso da polícia, o problema mais recorrente foi o desafio de lidar com um “novo tipo de crime”. Sendo uma doença, que naquele momento era vista como mortal e desconhecida, atormentou o imaginário social.

Os discursos produzidos pelos jornais na década de 1980, sobre a temática Aids, foram compreendidos de maneira similar por Fausto Neto²⁰, que pontuou várias falas relacionadas a essa temática,

¹⁷ IWERSEN, Rui Martins. **Entrevista concedida a Grazielle Regina de Amorim**. Florianópolis, 11 maio. 2006.

¹⁸ S.R. **Entrevista concedida a Grazielle Regina de Amorim**. Florianópolis, 21 de setembro de 2006.

¹⁹ BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2008, p. 15.

²⁰ FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa: estudos sobre a Aids**. São Paulo: Hacker, 1999.

Várias falas se produzem em diferentes circuitos e em meio a diferentes protocolos discursivos. A *fala* da medicina, procurando diagnosticar; a *fala* da esfera farmacêutica, oferecendo/ofertando os meios medicamentosos de ‘terapeutizar’; a *fala* da administração pública, apontando para os protocolos de eficiência com que trata os cuidados sociais e políticos sobre o assunto; a *fala* das confessionalidades, sancionando e/ou predizendo sobre as ações das suas vítimas; a *fala* dos pacientes, seja de negação, seja de horror, ou mesmo de dor; a *fala* da opinião pública, que, à sua maneira, vai construindo seus próprios diagnósticos e prognósticos sobre seus desdobramentos. E também a *fala* das mídias que se faz em meio às transações com outras situações e outros regimes de falas a partir de regras privadas ao próprio campo midiático.²¹

Isso pode ser observado nas reportagens que trouxeram o morro do Mocotó como um dos locais à margem; os problemas enfrentados pelos órgãos de saúde para conseguirem recursos financeiros; a polícia que tentou criminalizar o grupo e os próprios envolvidos, que manifestaram sua insatisfação de terem estampados em páginas policiais suas vidas. Uma polêmica em torno do episódio conduziu as discussões em duas vertentes nos jornais e no Inquérito Policial. O episódio foi um crime? Ou um problema de saúde pública?

Os jornais usavam freqüentemente o termo “aidético” para se referirem ao grupo acusado de disseminar o vírus da Aids. A constante associação deste termo com a idéia de criminalidade acabou imprimindo a idéia de que ser “aidético” já constituía um crime em si, carregando uma série de condenações. O portador passou a ser visto como agente ativo e culpado, porque ora extrapolou os limites dos papéis sexuais, ora foi viciado em substâncias ilícitas e reforçou essa interpretação de serem pessoas que excederam o permitido. Segundo Rosana Soares “[...] o jornalismo não está ligado à busca do “novo todo dia”, mas a algo que se repete e, ao se repetir, torna-se uma referência permanente àquilo que faz o comum de todos”.²²

²¹ Idem. Ibidem, p. 20-21.

²² SOARES, Rosana de Lima. **Imagens Veladas: Aids, imprensa, e linguagem.** AnnaBlume, p.30.

Outra característica foi o fato desses jornais diários produzirem notícias do gênero “*Fait divers*”,²³ um termo que designa notícias do tipo extraordinárias, pouco usuais e sensacionalistas. As duas mídias impressas em questão foram compreendidas com estas características, segundo Rosa Nívea Pedroso.

O *fait divers* como informação auto-suficiente traz em sua estrutura imanente uma carga suficiente de interesse humano, curiosidade, fantasia, impacto, raridade, humor, espetáculo, para causar um efeito de algo vívido no crime, no sexo e na morte. Conseqüentemente, provoca impressões, efeitos e imagens (que estão comprimidos nas formas de valorização gráfica, visual, espacial e discursiva do *fato sensação*). A intenção de produzir o efeito de sensacionalismo no *fait divers* visa a atrair o leitor pelo olhar na manchete que anuncia um acontecimento produzido, jornalística ou discursivamente, para ser consumido ou

²³ “O termo francês *Fait divers* (introduzido por Roland Barthes no livro *Essais Critiques*, em 1964), que significa fatos diversos que cobrem escândalos, curiosidades e bizarrices, caracteriza-se como sinônimo da imprensa popular e sensacionalista. Sempre esteve presente desde o início da imprensa, sendo um dos primeiros recursos editoriais para chamar a atenção e promover a diversão da audiência. Atualmente o *Fait divers* tem ocupado cada vez mais espaços em veículos tradicionais, principalmente na televisão. [...] Consta-se que o *Fait divers* traz consigo o humor, o espetáculo e a emoção, conteúdos esses essenciais do jornalismo atual”. A autora Fábila Angélica Dejavite discutiu o apelo para o entretenimento e verificou sua utilização nos principais telejornais brasileiros. Segundo ela esse fato proporcionou ao *Fait divers* (que antes era relegado à imprensa popular ou sensacionalista) tomar espaços, também, na mídia tradicional, especialmente nos telejornais. Diante disso, o objetivo do seu trabalho foi discutir o poder editorial do *Fait divers*, sua capacidade de entreter e verificar a sua ocorrência nos principais telejornais nacionais brasileiros: *Jornal Nacional* (Rede Globo), *Jornal da Record* (Rede Record), *Jornal da Bandeirantes* (Rede Bandeirantes) e *Jornal da TV!* (Rede TV!). Ver: DEJAVITE, Fábila Angélica. **O poder do *Fait divers* no jornalismo**: humor, espetáculo e emoção. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS. E segundo Germana Barata, “*Fait divers*” pode ser compreendido como a “[...] valorização de histórias extraordinárias, bizarras e grotescas. [...] Originado na França do século XVIII para contar histórias na forma oral e escrita. O *Fait divers* proporciona assuntos que desviem da norma, levando o público a sentir-se melhor sobre si mesmo e descompromissando o autor da responsabilidade de analisar a história, ou seja, ao narrador cabe o papel de simplesmente mostrar/contar esta história”. Artigo que analisa como a Aids foi divulgada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo de televisão, entre 1983 e 1992. Ver: BARATA, Germana. “A televisão contribuindo para a história das doenças” In: **Esboços** vol. 16, p 127-146. Florianópolis, 2006, p. 132.

reconhecido como espetacular, perigoso, extravagante, insólito, por isso, atraente.²⁴

Essa definição de *Fait Divers* se enquadra na forma que as histórias do episódio foram apresentadas pelo jornal, pois instigaram a curiosidade do leitor para um espetáculo. Em especial o jornal *Diário Catarinense*, que tentou causar em seus leitores o efeito de algo vivido no crime e no sexo. De acordo com Pedroso,

O jornal não facilita a compreensão da mensagem que transmite porque valoriza termos que não pertencem ao vocabulário corrente. Ele se exercita em uma ginástica com as palavras que pertencem a um mundo (que é suposto ser) potencialmente desviante, com as quais malandros e malfeitores procuram não ser entendidos por outras pessoas, como uma forma que os individualiza e localiza no crime e no comportamento crítico, marcando a sua originalidade dentro de grupos fechados.²⁵

Ambos os jornais trouxeram estampadas em suas capas a notícia de que havia um grupo comprometido em disseminar o vírus da Aids ao maior número possível de pessoas, através do uso coletivo de seringas. As duas mídias trabalharam com o mesmo assunto, porém se faz necessário situar cada qual, como forma de entender as particularidades e singularidades que as diferenciam. Mais do que contar as histórias acerca do “pacto/gangue” é importante perceber a busca por maior destaque dessas histórias. É como se o jornal *O Estado* com o “pacto” e, o *Diário* com a “gangue”, quisessem imprimir uma marca que facilmente os localizasse.

Além de utilizar estes dois jornais locais como fonte neste trabalho faz-se necessário situar o contexto em que cada um está inserido. O *Diário* passou a circular na capital catarinense em cinco de maio de 1986. Projeto do grupo *RBS* (Rede Brasil Sul de Comunicação)

²⁴ Rosa Nívea Pedroso teve como objetivo realizar uma análise acerca das condições de produção do discurso informativo reconhecido historicamente como sensacionalista, utilizando como fonte o jornal *Luta*, onde ela classifica como uma narrativa jornalística informativo-sedutora presente nos anos 80. Este possui muitas marcas e presenças lingüísticas e ideológicas atuais que espelham/refratam/reproduzem o modo de ver a vida e a morte, o sexo e a mulher, a violência, a agressividade e os instintos, na sociedade de controle contemporâneo. Ver: PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001, p. 106.

²⁵ Idem. *Ibidem*, p. 81.

e do fundador Maurício Sirotsky Sobrinho. A proposta do grupo *RBS* foi trazer aos leitores um jornal em formato tablóide e as imagens coloridas.²⁶

Já *O Estado* era reconhecido pela sua tradição histórica, pois circulava na capital catarinense desde 1915. *O Estado* também foi um jornal diário e popular que divulgava notícias do dia-a-dia da cidade, principalmente informações políticas, culturais, sociais, econômicas e educacionais.²⁷

As histórias das doenças envolvem uma série de epidemias arrasadoras, que dizimaram populações e mobilizaram ações para combatê-las. Algumas destas epidemias foram marcantes na história das doenças, entre elas, a peste bubônica que ceifou muitas vidas do século XIV ao XVIII, transmitida pelo rato e proveniente das más condições sanitárias.²⁸ Na falta de uma compreensão imediata, as explicações divinas exerceram a função de dar sentido à peste.

A história das doenças²⁹ pode ser compreendida como umas das expressões de um grupo social, pois são episódios breves, mas com intensa e arrasadora ruptura que geram crises, evidenciam problemas econômicos, políticos, sociais, e ainda despertam solidariedade.³⁰

Hoje existe um campo da história das doenças, onde as ciências humanas realizam estudos sobre fatores sociais. A doença ganhou dimensões sociais que extrapolam o biológico.³¹ Com esta gama

²⁶ O Diário Catarinense (DC) foi fundado em 5 de maio de 1986. O DC, como é conhecido foi o primeiro jornal informatizado da América Latina. Ver: WIKIPÉDIA a enciclopédia livre (online). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_Catarinense. Arquivo capturado em 09 de dezembro de 2008. Ver: PEREIRA, Moacir. **Manual do jornalismo e da comunicação**. Florianópolis: Insular, 2005. Ver: CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio**: a RBS em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1996. Ver: SCHIRMER, Lauro. *RBS: da Voz-do-Poste à Multimídia*. Porto Alegre, 2002.

²⁷ MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)**. Florianópolis, 1996. vii, 95 f. Dissertação (Mestrado em História) UFSC, Florianópolis, 1996, p. 07.

²⁸ Tal catástrofe teve seu momento mais crítico por volta de 1348 na Europa, quando cerca de 1/3 da população foi dizimada, até a descoberta do bacilo da peste por Yersin em 1894. Ver: DELORT, Robert. “Que a peste seja do rato!” In: LE GOFF, Jacques. **As Doenças têm História**. Lisboa – Portugal: Ed. Terramar, 1997, p. 109 – 126.

²⁹ A autora analisa como hoje existe um campo da história das doenças, em que a produção historiográfica mais recente tem explorado muito, e que a antropologia e a sociologia já dominam algum tempo, voltando seu olhar para a construção simbólica da doença nas mais diversas sociedades. Ver: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. (Orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Paralelo 15. Brasília, 2004. Ver: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As pestes do século XX**: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

³⁰ NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **Op.cit.**, introdução.

³¹ Idem, *Ibidem*.

de possibilidades os historiadores passaram a dar visibilidade àquilo que estava relegado ao silêncio, além da doença, o medo e a morte. Sob esta perspectiva teórica, Marc Bloch trouxe em seu estudo a compreensão dos motivos da crença em um poder de cura de determinadas doenças pelo simples toque dos reis da França e Inglaterra do início da Idade Média até meados do século XIX.³² Ele fez história política através do estudo das mentalidades, compreendendo o terror, o pânico que a doença causou, bem como a fascinação e a crença na monarquia. De forma que,

Não se podia pensar em considerar os ritos de cura isoladamente, fora de todo esse grupo de superstições e lendas que formam o “maravilhoso” monárquico; isso teria sido condenar-se antecipadamente a vê-los apenas como uma anomalia ridícula, sem ligação com as tendências gerais da consciência coletiva. Esses ritos serviram-me de fio condutor para estudar, particularmente na França e na Inglaterra, o caráter sobrenatural que por longo tempo foi atribuído ao poder régio, aquilo eu poderíamos chamar (usando um termo que os sociólogos desviaram ligeiramente de seu significado inicial) a realeza “mística”.³³

Para compreender o que foram as monarquias e a dominação que esta exerceu sobre as pessoas, Bloch rompeu com padrões mais tradicionais e utilizou a história das mentalidades. Optar apenas por fontes que mostrem a organização administrativa, judiciária, financeira destas monarquias, ou estudar conceitos do absolutismo não foi suficiente para compreender o poder da crença nos reis. “É necessário também penetrar as crenças e as fábulas que floresceram em torno das casas principescas. Em muitos pontos, todo esse folclore diz-nos mais do que o diria qualquer tratado doutrinal”.³⁴ O tema, assim compreendido como marginal foi posto como fio condutor para se perceber em que contexto histórico ocorreu e, o que ele pode expressar.

³² Esta obra inspira novas perspectivas de abordagem histórica, que junto de Lucien Febvre fundam a Escola dos *Annales*. Essa nova história rompia com uma historiografia marcadamente positivista e vinha com uma proposta de se olhar o singular, o esquecido e torná-la mais qualitativa. BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

³³ Idem. *Ibidem*, p. 43.

³⁴ Idem, p. 44.

Acerca do corpo, é preciso não encará-lo somente como um fenômeno biológico, mas sim como algo mediado por sistemas de sinais de cultura. Por muito tempo o corpo foi uma presença suprimida, esquecida e ignorada. Deram partida, primeiramente e grande contribuição, a antropologia cultural, por possibilitar investigações sobre o significado simbólico do corpo. Assim,

As pestes, como já se observou, têm imenso poder de mobilização, o que é aliás compatível com o seu poder de destruição. Por isso, são capazes de produzir inovações, desencadeando inusitados mecanismos de solidariedade, além de linguagens e símbolos comunicativos, despertando e solicitando dos homens o que eles têm de melhor.³⁵

As alterações diante de uma epidemia vão além do fator biológico, alterando o social, seja por meio da exclusão, do pânico, do medo ou do preconceito. Por este viés podemos pensar que “A doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades”.³⁶ A doença ainda provocou a culpabilização individual em maior ou menor grau dependendo da gravidade.

Na década de 1970, Jacques Revel e Jean- Pierre Peter incluíram a doença em uma coletânea dedicada aos novos objetos da história, reafirmando que o estudo das doenças podia fornecer numerosos esclarecimentos sobre as articulações e as mudanças das sociedades. Os autores afirmavam que,

[...] a doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social. [...]. O acontecimento mórbido pode ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real dos mecanismos administrativos ou das práticas religiosas, as relações entre poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma.³⁷

³⁵ NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **Op.cit.**, p.16.

³⁶ LE GOFF, Jacques. **Op. cit.**, p. 8.

³⁷ NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **Op. cit.**, p. 13-14.

A construção social e simbólica da doença vem sendo abordada nas produções historiográficas mais recentes, como os estudos antropológicos e sociológicos. Estas pesquisas nos mostram como a doença é uma realidade construída e o doente um personagem social. Utilizar o campo da história da saúde é umas das possibilidades para se compreender aspectos sociais: “É preciso avaliar a dimensão social da doença, como ela se dá a ver, pois a doença funciona como significante social, é suporte e uma das expressões da sociedade”.³⁸

Dentre os assuntos que o episódio me possibilitou analisar, dividi os objetivos propostos em três capítulos. Iniciei com a história da Aids, desde o seu surgimento, abordando o impacto que esta causou na medicina. A síndrome ainda suscitou medo, metáforas e preconceito, principalmente, porque a Aids forçou a discussão de temas tabus, como a homossexualidade. A Aids foi associada segundo Sontag³⁹ a velhas metáforas usadas para a sífilis, que atribuíam ao indivíduo a culpa pelos excessos sexuais cometidos. As políticas de saúde públicas e ONGs também foram discutidas, já que uma série de mudanças e mobilizações ocorreram depois que a epidemia da Aids se fez presente.

A prevenção foi a maneira encontrada por estas instituições para diminuir os número de casos de Aids; no entanto, há de se discutir a relação da prevenção e a noção de risco. A questão central desta análise é como as pessoas continuam se contaminando com o vírus da Aids, mesmo sendo informadas sobre a doença? Para entender esta problemática, utilizei a perspectiva sobre noção de risco empregada por Douglas,⁴⁰ que ajudou a perceber que existe um filtro, que é a cultura, que media como cada um de nós está disposto a enfrentar riscos.

No segundo capítulo, realizei uma análise mais detalhada sobre o episódio, analisando como fonte principal os jornais, que foram suporte para a compreensão desta construção da trama, em que foi possível encontrar linguagens conflitantes das autoridades locais. As pessoas que foram apontadas como responsáveis por transmitirem o vírus por meio de seringas sofreram represálias da polícia e parte da população.

³⁸ Idem. Ibidem, 2004, p. 17-18.

³⁹ SONTAG. **Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁰ Sobre noção de risco ver: DOUGLAS, Mary. *Risk and Blame: Essays in Cultural Theory*. NY: Routledge, 1994; MARTIN, Denise. **Informação e comportamento**: o exemplo da Aids. Disponível em: http://www.unifesp.br/dpsiq/polbr/ppm/atu5_03.htm; MITJAVILA, Myriam. “O risco como recurso para a arbitragem social”. In **Tempo Social** n.14, p.129-145, USP, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a07.pdf>. Acesso em: 22/05/08.

A história do bairro Trindade, localizado na cidade de Florianópolis, também foi ponto de análise no segundo capítulo, pois este local foi ganhando diversas formas ao longo da década de 1960, principalmente depois da construção da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e da ELETROSUL (As Centrais Elétricas do Sul do Brasil). O bairro ainda tornou-se local de moradia de estudantes e profissionais. Com a divulgação das notícias sobre Aids e drogas, o bairro Trindade passou até mesmo ser chamado de “Trindaids”.⁴¹

No terceiro capítulo, busquei interpretar o Inquérito Policial que fez parte de uma narrativa diferente dos jornais, com termos jurídicos, em que o estereótipo adotado foi o de que se tratava de um grupo “promíscuo”. Analisei os vários depoimentos, desde Márcia, denunciante inicial, chegando aos depoimentos de moradores até o parecer final do promotor. Realizei também uma discussão sobre o artigo 131 do Código Penal Brasileiro (Perigo de contágio de moléstia grave),⁴² onde o grupo foi enquadrado. A questão é compreender como um artigo criado em 1940, período que o Brasil vivia sob influência das políticas higienistas, pôde ser enquadrado em um período de redemocratização, que assegurava os direitos individuais.⁴³

⁴¹ IWERSEN, Rui Martins. **Op. cit.**, 2006.

⁴² HUNGRIA, Nelson. FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Comentários ao Código Penal**, volume V, arts. 121 a 136. Rio de Janeiro, Forense, 1981.

⁴³ CAMARGO, Antonio Luis Chaves. “**Aids e direito penal**: aspectos gerais” In: Revista USP. N. 1, São Paulo, 1989.

CAPÍTULO I

O Advento patológico dos anos 80

Existe atualmente, na internet, uma série de notícias relacionadas à Aids, muito mais que as divulgadas pela mídia impressa. Assim, é possível encontrar só no site intitulado, “Agências de notícias da Aids”,⁴⁴ um *link* contendo informações das notícias do dia no Brasil e no mundo sobre a Aids. As discussões perpassam todas as esferas desta síndrome, desde os problemas relacionados a novos tratamentos, até os desdobramentos políticos em torno da sua prevenção, como o encontrado no site e no jornal *Diário Catarinense*, com o colunista Cacau Menezes mostrando a polêmica em torno da questão da Copa do Mundo que será realizada na África do Sul, em junho de 2010. A proposta é de criar uma lei que descrimina e regulariza a indústria do sexo, no qual será encaminhada ao parlamento sul-africano neste segundo semestre. A medida acontece porque o país lidera o topo dos números de casos de Aids no mundo: “Segundo dados de 2007, cerca de 5,7 milhões de sul-africanos, mais de 10% da população, têm o vírus HIV”.⁴⁵

As notícias apontam para algumas polêmicas, como a postura do papa Bento XVI, que em nome da Igreja Católica se posiciona contra o uso da camisinha, principalmente em países africanos. Ele atribui à disseminação do vírus a falta de higiene e à sexualidade e acredita na necessidade de, “uma humanização da sexualidade, uma renovação espiritual humana que comporta uma nova forma de conduta de uns com outros”.⁴⁶ O posicionamento da igreja continua a favor de uma prevenção baseada no controle do comportamento sexual.

Dados estatísticos sobre índices de infectados pelo vírus da Aids no país são encontrados no site do Ministério da Saúde, que dispõe um número total no país e por regiões. No Brasil de 1980 até 2007, foram notificados 474.273 casos de Aids. O interessante do Boletim Epidemiológico de 2007, foi que pela primeira vez, ocorreu o

⁴⁴ Disponível em: <http://www.agenciaaids.com.br>. Acesso em: 18/04/09

⁴⁵ Jornal **Diário Catarinense**, 18 abr. 1987, nº 8.395, p. 31, Cacau Menezes. Também disponível no site: <http://www.agenciaaids.com.br>. Acesso em: 18/04/09

⁴⁶ Posição da Igreja Católica contra o preservativo não muda diz porta-voz. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2443517.htm>. Acesso em: 18/04/09.

acompanhamento de casos de pessoas que continuaram vivendo com Aids até cinco anos após o diagnóstico. A conclusão foi que, depois desse período, 90% das pessoas com Aids no Sudeste estavam vivas. Em outras regiões, foram de 78% no Norte, 80% no Centro Oeste, 81% no Nordeste e 82% no Sul.⁴⁷ Desse acompanhamento, os números mostram que a qualidade de vida das pessoas portadoras do vírus da Aids aumentou em decorrência possivelmente do melhoramento do acompanhamento proporcionado aos infectados.

Essa linguagem midiática em tempos atuais, promove um maior acesso às discussões sobre a Aids, mas aponta uma outra característica, que é a diminuição de campanhas de prevenção na TV e uma diminuição de reportagens pela mídia impressa. Essa mudança de perfil na mídia, deve-se a representação que existe sobre a Aids hoje.⁴⁸ Como posto anteriormente, foi constatado que pessoas que vivem com a Aids, após cinco anos desde o diagnóstico, continuam vivas. Esse dado estatístico pode ajudar a compreender esse desinteresse pela síndrome por parte da mídia, pois revela que a Aids, mesmo sem cura, não carrega mais o perfil mortífero das representações que circulavam na década de 1980.

Outras doenças e/ou epidemias assustam mais atualmente, como a gripe A, que constantemente sofre mutações e provoca mortes. O câncer que, mesmo com a possibilidade de cura, se diagnosticado no início, parece amedrontar mais as pessoas do que a Aids, isto sem falar das outras doenças da modernidade, conhecidas como transtornos alimentares, das quais temos a obesidade, anorexia e bulimia. Dentro desse cenário atual, os transtornos psicológicos provocados pela vida

⁴⁷ Aids no Brasil. Disponível em:

<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS13F4BF21PTBRIE.htm>. Acesso em: 18/04/09.

⁴⁸ Germana Barata, que analisou como a Aids foi divulgada pelo programa *Fantástico* da Rede Globo de televisão, entre 1983 e 1992, em dissertação de mestrado pela USP (Universidade de São Paulo) em 2006, enfatizou a mudança de perfil sobre as representações acerca do vírus da Aids na mídia. Segundo ela, essa discussão esteve presente no I Seminário Mídia na Luta Contra a Aids em 2004, que detectou a diminuição da presença da Aids na mídia. De acordo com os palestrantes, essa banalização da doença perante a população e a perda de interesse da mídia ocorre graças a dois fatores principais: (a) diminuição das chances da doença levar seus portadores à morte diminui o estado de alerta na população. (b) mudança de perfil da Aids que se concentra nas classes sociais mais pobres, de maneira similar a que ocorre com a malária, a doença de Chagas e a tuberculose – que crescem de forma silenciosa na população mais pobre. Ver: BARATA, Germana Fernandes. **A primeira década da Aids no Brasil: o Fantástico** apresenta a doença ao público (1983-1992). Dissertação – (mestrado em História) - Universidade de São Paulo, 2006, p. 45.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07072006-124258/>> Acesso em: out. 2006.

agitada na cidade, apontam para as fobias sociais que compõem também as doenças da modernidade, entre elas, a síndrome de pânico.

Compondo essa análise, acerca das representações da Aids, Rui Martins Iwersen, médico psiquiatra e fundador do GAPA (Grupo de Apoio a Prevenção da Aids), em entrevista realizada em 2006, contou um pouco sobre a idéia de morte que se faz hoje sobre a Aids. O contexto desse trecho da fala de Iwersen parte do questionamento: “E hoje, o senhor acredita que os portadores do vírus têm essa idéia de morte? Como eles encaram a própria síndrome?”. O médico Iwersen possui larga experiência, visto que atende portadores do vírus da Aids desde o surgimento dos primeiros casos em Santa Catarina, por volta de 1985. Segue alguns trechos da resposta:

Hoje está bem diferente: De 95 pra cá existe uma compreensão de que não existe ainda a cura, mas que já existe tratamento, então nós estamos com uma clientela que está muito mais tranqüila (...). Então, está muito mais tranqüilo, e eu diria até, que pra algumas pessoas, está tranqüilo demais. Tem pessoas que hoje estão negligenciando os cuidados, estão se contaminando, porque tem a tranqüilidade, já há tratamento, já não tem mais aquele medo que era sob certos aspectos útil. Aquele medo ele era exagerado, forte demais no começo da epidemia, e nós trabalhamos pra diminuí-lo, mas não para eliminá-lo. Nós queríamos que as pessoas tivessem um medo, uma preocupação em níveis adequados e não medo zero e preocupação zero.⁴⁹

Este depoimento infere que houve, em Santa Catarina, uma mudança de comportamento com referência ao temor da Aids, diferente daquela que haveria na década de 1980, quando o medo era reforçado pelas mídias. Isto decorre de uma postura, hoje, menos temerosa em relação à síndrome, que passou a ser encarada como uma doença que tem tratamento, distanciando a idéia de morte. Essa noção está relacionada às conquistas na criação e melhora de coquetéis antivirais para combater a síndrome e, também porque, em 1996, o governo

⁴⁹ Entrevista realizada e utilizada em 2006 no Trabalho de Conclusão de Curso em História. Ver: AMORIM, Grazielle Regina de. **Gapa**: História e as construções e metáforas da AIDS (1987-1991). 2006. Trabalho de Conclusão de Curso – (Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina.

brasileiro passou a distribuí-los, gratuitamente, aos portadores.⁵⁰ Esse comportamento advém também da preocupação das políticas de saúde pública em não mais disseminarem noções de medo entre a população.

Partindo assim do presente podemos perceber a mudança de perfil desta síndrome que, na década de 1980, período abordado no presente trabalho, apresentou-se de uma maneira mais intrigante. O objetivo deste capítulo consiste em traçar uma breve história da Aids, buscando suas origens, e principalmente como ela impactou as pessoas, mobilizando a medicina, os órgãos de saúde ligados ao governo, bem como as representações que essa doença suscita.

A Aids rompeu fronteiras, transformando-se em um problema mundial que atingiu todas as classes, desde países considerados economicamente menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos. A mídia teve grande papel na difusão e conhecimento da Aids, tornando as informações mundiais mais acessíveis à população. Dentro deste contexto midiático, o conhecimento construído ora mostrou-se alimentado pelo corpo jornalístico, ora pelos valores e costumes de uma sociedade. De todo modo, a mídia, utilizada neste trabalho como fonte histórica, contribuiu para o estudo desta síndrome, emergindo valores e costumes da década de 1980.

A epidemia da Aids provocou nas pessoas um anseio de erradicá-la, seja motivada pelo medo ou mesmo pela criação de políticas públicas. No início, apresentou-se indefinida à população e para a comunidade científica. Os primeiros casos que deram início a epidemia surgiram em 1981, nos Estados Unidos, onde o cientista Luc Montagnier, junto da equipe do Instituto Pasteur de Paris, foram responsáveis pelas conquistas sobre a descoberta do vírus HIV. Segundo suas pesquisas, a epidemia da Aids surgiu quando um número de jovens homossexuais começou apresentar doenças como pneumocistose e sarcoma de Kaposi, relacionadas a imunodeficiência.⁵¹ Porém, existem estudos demonstrando que o vírus HIV está presente há mais tempo na humanidade, em diferentes regiões, sem gerar a epidemia.⁵² “Algumas

⁵⁰ NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **Op. cit.**, p. 128.

⁵¹ Estes jovens apresentavam pneumocistose, um tipo de pneumonia na sua forma mais grave. Outra doença intrigante foi o sarcoma de Kaposi, um tipo de câncer raro, que até então só atingia idosos. Sua manifestação se dava através de manchas rosadas na pele, p. 36. Ver: MONTAGNIER, Luc. **Vírus e homens: AIDS seus mecanismos e tratamentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.36. Ver: AXT, Bárbara. 25 anos de Aids. **Revista Super Interessante**, São Paulo, p. 67-71, mar. 2006.

⁵² Os estudos biológicos realizados retrospectivamente com amostras de sangue colhidas a partir dos anos 60, assim como certas descrições clínicas, indicam que o vírus da AIDS estava presente no homem muito antes que se começasse a falar dessa doença, p. 91. Ver:

cepas teriam podido vir da África, mas outras poderiam ter tido uma origem diversa e se transmitido de maneira esporádica de um indivíduo a outro”, de acordo com Montagnier.⁵³ O cientista analisou todas as etapas da epidemia da Aids, e a controvérsia com o outro cientista americano Robert Gallo acerca da primazia da descoberta do vírus da Aids.

Outras teorias apontam o deslanchar da epidemia por conta das transformações urbanas, devido a uma maior mobilidade e facilidade das pessoas de se deslocarem de um país para o outro, principalmente a partir do século XX, promovendo a transmissão de doenças. É certo que esta hipótese é válida para se pensar em outras doenças infecto-contagiosas. Até mesmo a medicina, que tem o papel de combater as doenças, foi apontada como possível responsável, por meio das vacinações em massa e transfusões de sangue.⁵⁴

As especulações e hipóteses não faltaram neste momento, algo como um sintoma do desconhecimento de uma nova doença. Ainda mais em um momento onde a medicina se orgulhava de proporcionar à humanidade um controle maior sobre as doenças, tendo em vista os avanços das vacinas e dos antibióticos. O século XX foi considerado como o período dos medicamentos, pela quantidade de descobertas neste ramo e bem aproveitadas pela indústria farmacêutica que obteve muitos lucros. Após a Segunda Guerra Mundial, o uso de antibióticos foi muito utilizado, evitando muitas doenças, que antes não apresentavam cura.⁵⁵ Assim, o surgimento da Aids abalou o *status* da medicina, mostrando que as doenças infecciosas não tinham sido derrotadas, segundo Sontag.⁵⁶

A síndrome foi apontada por Montagnier como uma das “pestilências pós-modernas”, por não se encaixar nas definições clássicas da doença.

Até então as doenças se definiam seja por sintomas, seja por estruturas anatômicas. Nem uma coisa nem outra caracteriza a AIDS, doença sem sintomas clínicos próprios, marcada por

MONTAGNIER, Luc. **Vírus e homens: AIDS seus mecanismos e tratamentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. Em 1959 ocorreu primeiro caso documentado de morte por HIV. A identificação foi feita décadas depois, em uma amostra de plasma sanguíneo de um homem que morreu onde é hoje a República do Congo. Ver: AXT, Bárbara. **Op. cit.**, p. 67-71.

⁵³ MONTAGNIER, Luc. **Op. cit.**, p. 95

⁵⁴ Idem. *Ibidem*, p. 68.

⁵⁵ POTER, Roy. **Medicina: A história da cura**. Ed. Livros e livros, 2002, p. 64

⁵⁶ SONTAG, Susan. **Op. cit.**, 1989.

lesões subcelulares invisíveis e provocadas por um germe indetectável até pelos mais recentes meios analíticos.⁵⁷

Diante de um quadro de causas indefinidas e intrigantes, a comunidade científica realizou um levantamento iniciado em 1981 nos EUA buscando acumular o maior número possível de dados sobre os pacientes que se apresentavam com a nova doença. Os especialistas em epidemiologia buscavam pistas e tentavam compreender por que a doença atingia os homossexuais. Apesar de no primeiro momento estes pesquisadores se inquietarem com essa indefinição, inicialmente ficaram poucos alarmados, por se tratar de uma doença ligada a homossexualidade.⁵⁸

De acordo com Montagnier, ocorreu um descrédito no estudo desta síndrome, por causa da sua associação inicial com os homossexuais, pois temiam alguns cientistas do Instituto Pauster, que a instituição pudesse ganhar uma imagem negativa e ainda prejudicasse o financiamento, que repousava na iniciativa privada. Mas quando novos casos surgiram em hemofílicos, estes cientistas perceberam que a doença misteriosa estava relacionada a algo vital ao ser humano, o sangue.⁵⁹

A corrida passou a ser no sentido de levantar o maior número de dados possíveis e classificar a doença. Por volta de 1982 a doença indefinida ganhou a sigla AIDS (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*) – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Sendo uma síndrome e não uma doença, a Aids tratada em termos técnicos pode ser compreendida como um estado clínico em que as defesas do organismo ficam debilitadas, tendo como consequência um espectro de doenças oportunistas. Por pouco a sigla não foi chamada de GRID (*Gay Related Immuno Deficiency*) - imunodeficiência ligada à homossexualidade.⁶⁰

A Aids é de origem viral e seu agente infeccioso é um retrovírus que ataca as células do sistema imunológico. A evolução da síndrome é compreendida como um processo lento, pois em boa parte dos casos, “[...] passam-se dez anos entre a contaminação e o momento em que o paciente, que até então não apresentava nenhum sinal clínico, desenvolve a doença. Nesse intervalo, ele é “soropositivo”.⁶¹

⁵⁷ MONTAGNIER, Luc. **Op. cit.**, p. 91.

⁵⁸ Idem. *Ibidem*, p. 37.

⁵⁹ Idem, p.37.

⁶⁰ SONTAG, Susan. **Op. cit.**, p.21.

⁶¹ MONTAGNIER, Luc. **Op. cit.**, p. 69.

Para a população, a percepção do que era uma doença parecia muito mais clara, do que esse sentido compreendido na síndrome da Aids. A doença geralmente possuía uma bactéria ou um vírus com sintomas claros e definidos. A Aids não é uma doença, se caracterizando como o cientista mencionou, um estado clínico, no qual a pessoa infectada pelo vírus HIV (*Human Immunodeficiency Virus*), acaba por ter ou não seu quadro imunológico afetado. O esquema: “Agente infeccioso + Sintoma da doença” não funciona para compreender a Aids. A pessoa que contrai o vírus pode tê-lo incubado por meses e/ou até anos. Mas na década de 1980, saber que se tinha o vírus poderia representar uma morte anunciada.

Roy Porter classificou esse período de pânico, marcado pela culpabilização das vítimas, que chegou a ser chamada no início de “câncer gay”, pelo jogo político de transferência de responsabilidade e, por intensiva pesquisa pela biomedicina. Ele ainda problematizou que hoje os países da África subsaariana devastados pela epidemia, estão longe de desfrutar os recursos e avanços médicos.⁶²

E essa imprecisão acerca da complexidade de uma doença permeada por etapas e por períodos silenciosos, suscitou entre a sociedade medo, preconceito e toda uma gama de metáforas, que tornaram a compreensão da Aids mais difícil.

1.1 Metáforas, noções sobre a morte e a impureza a partir da epidemia da Aids

A epidemia da Aids gerou uma série de significações atribuídas pelo imaginário social para melhor compreendê-la. Na história das doenças, muitas outras também motivaram imagens de impureza e contaminação (lepra e sífilis foram as mais evidentes). Estas incitaram a imaginação de populações, onde foram, muitas vezes, percebidas como castigo divino e serviram para reprovar condutas sexuais. No século XX, de todas que surgiram, a Aids foi a que mais intrigou a sociedade, por não ter se apresentado de uma maneira clara e definida. Na falta de explicações e definições exatas, em um processo de tentativa de compreensão, buscaram-se velhas metáforas e significações, antes concedidas a outras doenças, como a sífilis e a lepra.

⁶² PORTER, Roy. **Das tripas coração**: uma breve história da medicina. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 35-36.

Até mesmo a medicina se mostrou perplexa diante de uma síndrome, que no início foi detectada entre homossexuais masculinos. Se, por um lado, ocorreram pesquisas e esforços para compreendê-la por parte de cientistas e médicos, de outro ocorreu também o preconceito, por tocar em assuntos tabus, como a homossexualidade. Além do mais, após o primeiro impacto, quando se descobriu que uma das formas de contágio era através de relações sexuais, a ira contra as condutas sexuais não aceitas foram despertadas. Desse ponto de vista, como afirmou Sontag, “A Aids apresentou todas as formas que não a união monogâmica estável como promíscuas (e portanto perigosas)”.⁶³

Dessa forma segue o objetivo desta análise: apresentar como a Aids, mais do que suas complexas atribuições biológicas, pode nos fornecer uma visão de como a síndrome abalou valores e crenças, revelados pelas significações atribuídas a ela. Para tanto, busquei por meio de Susan Sontag⁶⁴ as “metáforas da Aids” e na antropologia cultural uma melhor compreensão de como doenças infecto-contagiosas, como a Aids, provocou um abalo ao que José Carlos Rodrigues⁶⁵ classificou como, “morte natural” e as “noções de impureza” classificadas e analisadas por Mary Douglas.⁶⁶

Acerca das metáforas, Sontag trabalhou com essa caracterização das doenças, entre elas, o câncer, a tuberculose e a Aids. Em todas as suas análises, a autora que faleceu de câncer há poucos anos, incomodava-se com as roupagens metafóricas com que se revestia a doença e o seu tratamento. Pois, segundo ela, deformavam a experiência do paciente, inibindo-o muitas vezes de buscar tratamentos. Nesse ponto, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, criador e presidente da ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids) em 1986, ele mesmo hemofílico e portador do vírus e da síndrome da Aids, pela qual faleceu, revelou o mesmo tom de protesto, ao problematizar que o preconceito alterava a consciência dos portadores do vírus da Aids. Esses portadores acabavam internalizando essa discriminação, o que os inibia de buscar e lutar por tratamento, tornando muitas mortes clandestinas.⁶⁷

As metáforas caracterizam ainda ao paciente uma postura vergonhosa, por se enquadrarem dentro de uma lógica de significados

⁶³ SONTAG. *Op. cit.*, p.87.

⁶⁴ Idem. *Ibidem*.

⁶⁵ RODRIGUES, José Carlos. **O Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

⁶⁶ DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

⁶⁷ SOUZA, Herbet de. **Direitos humanos e AIDS**. Informe ABIA. São Paulo. USP, 22 out. 1987.

degradantes. Dez anos depois de ter escrito: *A doença como metáfora*⁶⁸ e ter se curado do câncer, Sontag, motivada pelo contexto da década de 1980, da epidemia da Aids, escreveu: *Aids e suas metáforas*,⁶⁹ pelo poder que esta síndrome teve, maior do que o câncer, de formar identidades deterioradas.

Sontag utiliza uma definição antiga para compreender o sentido da metáfora. “A metáfora”, escreveu Aristóteles, “consiste em dar a uma coisa o nome de outra”.⁷⁰ O que de certa forma contribuiu para encher de múltiplos significados esta síndrome. Diante disso, a autora justificou sua estratégia de esvaziar o significado das metáforas que encobriram e definiram a Aids. Sobre a metaforização da AIDS, podemos pensar que para designar a agressão de cada doença são freqüentemente utilizadas as metáforas da penetração, da invasão, da violentação, da possessão, da intoxicação, da contaminação, entre outras.⁷¹

As metáforas da Aids ativas na década de 1980, segundo Sontag, não foram nada generosas, “Em anos recentes, o câncer perdeu parte de seu estigma devido ao surgimento de uma doença, cuja capacidade de estigmatizar, de gerar identidades deterioradas, é muito maior,”⁷². Se a tuberculose, no século XIX e XX ganhou a fama de ser algo que acentuava a personalidade, por ter sido encarada de modo sentimental,⁷³ a Aids e o câncer, não forneceram tais significados sentimentais, devido a forte associação entre doença e morte.⁷⁴ Essa associação permeou as ações e atitudes frente esta epidemia.

A sífilis, transmissível sexualmente e também sinônimo de poluição, no início do século XX na Europa, conseguiu ganhar uma “boa reputação” ao ser associada à mesma metáfora atribuída à tuberculose, no qual correspondia a uma capacidade emocional intensa, consequência do estado febril.⁷⁵ Fora este breve momento de “boa reputação”, a sífilis foi umas das doenças repulsivas e punitivas pela

⁶⁸ SONTAG, Susan. **A Doença como Metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

⁶⁹ SONTAG, Susan. **Op. cit.**, p.87.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 9.

⁷¹ Sobre as metáforas da Aids, em trabalho de conclusão de curso, busquei compreender a história do GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da Aids) e de que forma esta trabalhou com o preconceito aos portadores do vírus HIV em Florianópolis, desde seu surgimento em 1987, analisando os discursos em relação às metáforas atribuídas à AIDS. Ver: AMORIM, Grazielle Regina de. **Op. cit.**, 2006.

⁷² SONTAG. **Op. cit.**, p. 20.

⁷³ Idem. *Ibidem* p.17.

⁷⁴ Idem, p. 29.

⁷⁵ Idem, p.28.

ligação com o sexo e, contribuiu para alimentar as metáforas que proliferaram em torno da Aids.

A imagem da morte era um fator suscitado pela Aids, que utilizando a análise de Rodrigues, permitiu uma percepção de como esta síndrome abalou aquilo que ele chama de “morte natural”,⁷⁶ porque evocou a idéia de uma morte sofrida, devido a ênfase na década de 1980, no sofrimento dos pacientes com Aids. Aliás, nesse ponto a mídia explorou muito, publicando imagens associando os portadores do vírus ao sofrimento. Aqui no Brasil, a exemplo disto, tivemos Cazuzo, memorável cantor e compositor, polêmico pelas críticas à sociedade, que contraiu o vírus da Aids e teve em 1989 sua face estampada na capa da revista *Veja* e uma longa reportagem mostrando como o cantor enfrentava a doença.

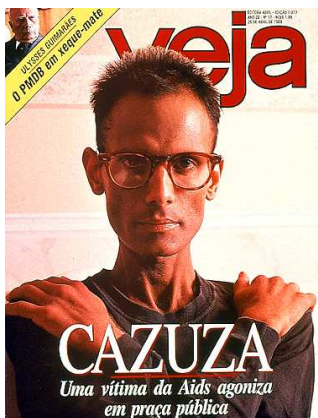


Figura 01: CAZUZA: Uma vítima da Aids agoniza em praça pública.⁷⁷

Cazuzo expôs publicamente que era portador do vírus Aids em 1989, tendo sido ele, segundo a revista *Veja*, o “Primeiro ídolo popular a admitir que está com Aids”.⁷⁸ A revista trouxe uma reportagem especial de seis páginas, onde conta toda a trajetória familiar e artística do cantor. “[...] Agenor Miranda Araújo Neto define um pouco a cada dia rumo ao fim inexorável”.⁷⁹ A Aids nesse período era representada pela idéia de emagrecimento exagerado, compondo um cenário de morte sofrida.

⁷⁶ RODRIGUES, José Carlos. **Op. cit.**, 1983.

⁷⁷ Revista **Veja**, 26 abr. 1989. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 24/04/2009.

⁷⁸ Idem. *Ibidem*, p. 80.

⁷⁹ Idem.

O trecho acima demonstra isso, ao colocar que Cazuzza estava definhando ao encontro de uma morte certa. O artista despertou as mais variadas reações quando publicamente revelou sua condição, segundo a primeira página da revista *Veja*.

Os olhares que Cazuzza atrai são muitos e variados. Há os que contemplem o seu calvário com admiração pela coragem e garra do cantor. Há o que busquem o sensacionalismo e o escândalo. Há os que apontem como herói e mártir da Aids. Há os que se sintam fascinados em beijá-lo na boca em público. Há os que o vêem com piedade. E há os que se sintam morbidamente atraídos pela tragédia de Cazuzza.

Sobre a perspectiva da morte, Cazuzza declarou:

Me sinto livre, sem medo de morrer. Da última vez em que fui para a clínica, vi a cara da morte, entrei nela e saí, não sei como. É claro que eu não quero morrer, mas também não quero sofrer. Já pensei em suicídio, mas agora isso nem me passa pela cabeça. Falei com meu médico: se alguma coisa acontecer comigo, eu não quero ver. Que ele me dê morfina, muita morfina, porque eu quero ir embora dormindo. Estou pronto para assinar um papel nesse sentido. Mas não vai ser preciso. Tenho certeza de que vou viver muito tempo ainda. Minha criatividade me mantém vivo. Minha cabeça comanda tudo. Já perdi a oportunidade de morrer, passou minha vez.

A síndrome se caracterizou na declaração de Cazuzza pelo medo de sofrer e de um desejo de morrer tranquilo, “natural”. Nesta mesma edição, a revista trouxe o que denominou de “problema, nos anos 80 do século XX”,⁸⁰ uma referência a combinação do uso de drogas injetáveis e vida promíscua, vinculada aos artistas, principalmente no mundo do rock.

Segundo “Betinho”, em entrevista à revista, a carga de preconceitos contra Cazuzza foi maior. “Todo aquele que tem Aids é discriminado, mas o preconceito aumenta quando se trata de

⁸⁰ Idem, pg. 82.

homossexuais ou drogados – eles também são discriminados devido a suas opções de vida, as pessoas julgam que os homossexuais e drogados estão doentes por culpa própria”.

Dados sobre o número de infectados foram bem alarmantes. Em 1989, o Brasil registrou 5.500 casos de Aids e uma estimativa de meio milhão de pessoas contaminadas pelo vírus, que não estariam apresentando os sintomas. Mesmo sendo uma doença ligada a homossexualidade, a estimativa sugeriu que a contaminação estava presente na sociedade. Segundo Sontag,

A idéia de que a AIDS vem castigar comportamentos divergentes e a de que ela ameaça os inocentes não se contradizem em absoluto. Tal é o poder, a eficácia extraordinária da metáfora da peste: ela permite que uma doença seja encarada ao mesmo tempo como um castigo merecido por um grupo de “outros” vulneráveis e como uma doença que potencialmente ameaça a todos.⁸¹

Quando a síndrome debilitava o organismo, ela não só dava margem a um espectro de doenças oportunistas, como promovia um emagrecimento, que passou a ser uma forte associação da síndrome neste período. A figura de Cazuza, magro, exposta na capa, concedeu uma associação com a morte, pois o emagrecimento caracterizava o sinal, a marca de que em breve a pessoa iria morrer. “Todas as doenças metaforizadas que atormentam a imaginação coletiva levam a uma morte sofrida, ou se imagina que o façam”,⁸² segundo Sontag.

Os índices, segundo o Ministério da Saúde, apontaram que as doenças não foram um impedimento para o crescimento da expectativa de vida do brasileiro. A seguir, uma tabela sobre o números de óbitos por Aids, na qual é possível perceber o registro total de 28.598 casos de morte pela síndrome, registrados na década de 1980. Existe uma grande diferença entre o número de óbitos entre homens e mulheres neste período. A tabela indica 24.251 para os homens e apenas 4.347 para as mulheres. O maior conhecimento do número de casos, bem como as políticas de saúde públicas voltadas à síndrome trouxeram um acompanhamento melhor aos portadores do vírus da Aids no decorrer da década de 1990.

⁸¹ SONTAG, Susan. **Op. cit.**, p. 76

⁸² Idem. *Ibidem*, p. 46.

TABELA XI - Óbitos por aids (número e taxa por 100.000 hab.) segundo ano do óbito e sexo. Brasil, 1983-2003*.

Ano do Óbito	Número de óbitos			Taxa de mortalidade		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
1983-1992**	24251	4.347	28598	-	-	-
1993	9239	2.220	11459	12,3	2,9	7,6
1994	10582	2.790	13372	13,9	3,6	8,7
1995	11599	3.535	15134	15,1	4,5	9,7
1996	11176	3.828	15004	14,4	4,8	9,6
1997	8749	3.321	12070	11,1	4,1	7,6
1998	7670	3.093	10763	9,6	3,8	6,7
1999	7487	3.027	10514	9,3	3,6	6,4
2000	7537	3.188	10725	9,0	3,7	6,3
2001	7468	3.406	10874	8,8	3,9	6,3
2002	7575	3.470	11045	8,8	3,9	6,3
2003	7672	3.603	11276	8,8	4,0	6,4
Total	121005	39.828	160834	-	-	-

*Casos notificados no SINAN até 30/06/04.

**Para os anos de 1983 a 1992, consultar Boletim Epidemiológico Aids anteriores ou para maiores detalhes, acessar www.aids.gov.br no menu DADOS e PESQUISAS.

Fonte: MS/SIS/DATAS/Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

População: MS/SE/DATASUS, em <www.datasus.gov.br/informacoes-em-saude/populacao> acessado em 24/11/2004.

Tabela 01: Óbitos por Aids 1983-2003.⁸³

A idéia de morte natural levantada por Rodrigues consiste em perceber que a noção que temos hoje sobre morte é construída e datada, pois foi um dos adventos da ciência moderna, compreendida por ele como o momento em que ocorreu a separação de corpo e alma. Antes, na antiguidade, as doenças eram interpretadas pela religião e seguiam a idéia de que se o indivíduo era acometido por uma enfermidade, era porque Deus desejava assim, de forma que essa morte exclusivamente biológica caracteriza uma construção da ciência moderna.⁸⁴

Segundo Rodrigues, do ambicioso projeto de supremacia sobre as leis da natureza, surgiu a idéia de que a ciência domina a natureza e a noção de exorcizar a morte, “[...] transformando-a em algo natural, porque assim permitiu este saber científico, que coloca o homem como podendo controlar a natureza”.⁸⁵

Ao mesmo tempo essa noção de “morte natural” coincide com o espírito das classes que emergem,

⁸³ Disponível em: www.aids.gov.br. Acesso em: 29/08/09.

⁸⁴ RODRIGUES, José Carlos. **Op. cit.**, p. 155.

⁸⁵ Idem. *Ibidem*, p. 156.

[...] ela é uma protesto contra a brevidade da vida, porque, se a morte não deriva mais do arbítrio das forças do além, mas das causas a que os homens estão submetidos enquanto partes da natureza, ela deriva, então, de causas que os homens podem, senão abolir, ao menos controlar (eliminando a morte violenta, a morte precoce, a morte casual...). Assim, a morte “natural” se transforma rapidamente em uma aspiração, e logo em um direito tácito das classes dominantes e emergentes, que passam a cultivar o ideal de morte “natural”, isto é, acompanhada medicamente, sem sofrimento e que acontece em idade avançada.⁸⁶

Ainda segundo Porter, dentro da lógica do desenvolvimento da medicina ocidental, ocorreu um quadro de mudanças sociais no século XIX, caracterizadas pela progressiva secularização, alterações nas crenças em relação à morte e um maior envolvimento com os médicos, do qual se esperava poderem diagnosticar as doenças. Esse processo permitiu um maior desenvolvimento da medicina científica que passou a ser produto da sociedade capitalista.⁸⁷

A medicalização da morte é recente. O trabalho do médico consistia em ajudar a curar ou ajudar a morrer, mas jamais lutar contra essa natureza, que é a morte. A intenção, senão a cura era tornar esse fim mais suave.⁸⁸ E assim, os hábitos burgueses incorporaram essa simbologia nova sobre a morte, pois viram também que envelhecer poderia se uma forma de capitalizar.⁸⁹

Em relação às imagens evocadas sobre a morte, um ano antes da reportagem sobre Cazusa, a *Veja* já havia reforçado na sua edição a associação de Aids e morte,

⁸⁶ Idem, p. 156-157.

⁸⁷ POTER, Roy. **Op. cit.**, p. 42-44.

⁸⁸ RODRIGUES, José Carlos. **Op. cit.**, p. 157.

⁸⁹ Idem. *Ibidem*, p. 159.

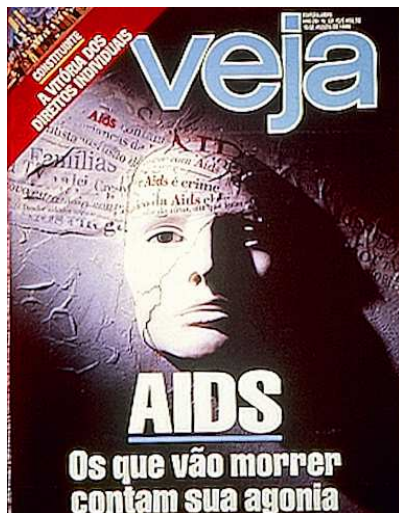


Figura 02: AIDS: Os que vão morrer contam sua agonia.⁹⁰

Essa ênfase na morte foi umas das grandes responsáveis pelo medo e preconceito das pessoas, em até mesmo buscarem informações sobre a doença. Acerca da morte, Rodrigues ainda nos mostra a importância de estudá-la sob o aspecto de perceber as representações sociais que toda sociedade emerge.⁹¹ As epidemias trazem a impossibilidade do “bem morrer”, segundo Áries,⁹² pois transgridem a previsibilidade e a preparação para a morte.

Nesse sentido, por meio da historicidade da Aids é possível perceber como ela suscitou medos, fobias, preconceitos e tantas outras noções que permitiram a criação de representações para lidar com uma ameaça. Para Rodrigues, a doença pode ser caracterizada pela ambigüidade.

Assim, tudo o que representa o insólito, o estranho, o anormal, o que está à margem das normas, tudo o que é intersticial e ambíguo, tudo o que é anômalo, tudo o que é desestruturado, pré-estruturado e anti-estruturado, tudo o que é está a meio caminho entre o que é próximo e predizível

⁹⁰ Revista **Veja**, 10 ago. 1988. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 24/04/2009.

⁹¹ RODRIGUES, José Carlos. **Op. cit.**, p. 11

⁹² ARIÈS apud por NASCIMENTO. Ver: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **Op. cit.**, p. 32.

e o que é longínquo e está fora de nossas preocupações, tudo o que está em nossa proximidade imediata e fora de nosso controle, é germe de insegurança, inquietação e terror: converte-se imediatamente em fonte de perigo.⁹³

É por essa ambigüidade, que em nossa sociedade classificam as doenças e os doentes como perigosos porque ocupam uma “[...] categoria intermediária, ambigüamente situada entre a condição de vida e a condição de morte”.⁹⁴ E por essa razão, sociedades se cercam de proteções simbólicas, imprimindo condições aos doentes e a si mesmas como forma de proteção. O trabalho de Rodrigues reside na idéia de que a morte é um problema, enfim, muito mais “sociológico” que “biológico”, porque é codificado.⁹⁵

A doença implica não somente as noções sobre a morte, mas também noções de impureza. Segundo Douglas, a pureza é inimiga da ambigüidade. A doença é associada à impureza, no qual promove uma desordem. A forma simbólica que expressamos a pureza na sociedade contemporânea é através da higiene, para ficar longe dos germes, o que segundo a antropóloga remete a forma que nos comportamos diante do que consideramos impuro na sociedade.

Ser impuro é ainda um gesto de atravessar uma barreira social, onde o autor da impureza é objeto de reprovação geral. A esta análise, elementar as sociedades, torna compreensível como o portador do vírus da Aids foi percebido desta maneira. Essa reprovação geral é caracterizada, “(...) primeiro, porque transpôs a linha, segundo, porque constitui um perigo para os outros”.⁹⁶ O nosso comportamento diante do que é impuro “(...) consiste em condenar qualquer objeto ou qualquer idéia suscetível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações”.⁹⁷ Idéia de impureza relacionada ao sexo e uso de drogas que também constrói esse outro.

A síndrome tão logo foi percebida como algo que vem de fora, estrangeira, onde advêm de lugares considerados inferiores, exóticos,

[...] julga-se que a AIDS surgiu no “continente negro”, espalhou-se para o Haiti, depois para os Estados Unidos, depois para Europa, depois... A

⁹³ RODRIGUES, José Carlos. **Op. cit.**, p. 66.

⁹⁴ Idem. *Ibidem*, p. 67.

⁹⁵ DOUGLAS, Mary. **Op. cit.**, p.155.

⁹⁶ Idem. *Ibidem*, p. 163.

⁹⁷ Idem, p.51.

AIDS é encarada como uma doença tropical: mais uma peste oriunda do chamado Terceiro Mundo – o qual, afinal de contas, é o lugar onde vive maior parte da população do mundo -, além de ser um flagelo dos *tristes tropiques*.⁹⁸

Essa idéia, segundo Sontag é herança das metáforas militares, que ganharam destaque com as campanhas a respeito da sífilis realizadas durante a Primeira Guerra Mundial e nas campanhas contra a tuberculose do pós-guerra.⁹⁹

Posto desta forma, metáforas e significações a partir da epidemia da Aids contribuíram para compreender crenças, costumes e valores. Essa teia cultural influenciou não só a maneira de se perceber a Aids, como também as práticas de prevenção. Além do mais, a distorção provocada pelas metáforas influenciou uma visão sobre a síndrome mais definida e ameaçou até mesmo os direitos civis, por meio do preconceito.

1.2 A Aids sob o prisma das políticas de saúde públicas e ONGs

Um breve histórico sobre as políticas públicas do governo destinadas à síndrome e, o surgimento das ONGs no Brasil, também ajuda a compreender a historicidade desta enfermidade. A atenção a esse processo consiste em perceber as mudanças de posturas e atuação destes dois tipos de instituições durante a década de 1980 e, o ano de 1996, importante por causa da gratuidade dos coquetéis aos pacientes de Aids. Ao lado desta conquista, uma realidade faz-se presente ainda hoje, uma luta do governo junto às ONGs na tentativa de quebra de patente da indústria farmacêutica que, com vistas no lucro tenta incorporar um marketing a seu favor.

A história da Aids na década de 1980, no Brasil, se inseriu no chamado período de redemocratização do país, que reconquistou sua liberdade política após o regime da ditadura militar de 1964. Após 1982, com eleições direta para governador, uma participação significativa ocorreu nos cargos de secretarias estaduais e municipais de saúde, dando

⁹⁸ SONTAG. **Op. cit.**, p. 61.

⁹⁹ Idem. *Ibidem*, p.14.

origem as Ações Integradas em Saúde, o que mais tarde viria a ser o SUS (Sistema Único de Saúde).¹⁰⁰

Até 1986, algumas conquistas das políticas de saúde públicas fizeram parte do cenário político brasileiro, como apresentado no *site* do Ministério da Saúde, onde consta a criação do Programa Nacional de DST e Aids em 1986. Ainda neste ano, organizou-se a VIII Conferência Nacional de Saúde, que organizou a reforma sanitária, tornando-se parte da carta magna do país com a promulgação em 1988, da nova constituição. Assim, em 1988 nasceu o SUS e a Organização Mundial de Saúde instituiu o 1º de dezembro como dia internacional de luta contra a Aids, como uma estratégia de mobilização. A data ainda deslançou campanhas educativas no Brasil.¹⁰¹

Paralelo a estas conquistas no campo político do país, as ONGs (Organizações Não Governamentais) já estavam organizadas para prestarem assistência médica, jurídica e social, bem como promover um processo de prevenção nos meios sociais. As políticas de saúde pública do governo voltadas aos portadores do vírus da Aids foram tardias no Brasil, segundo alguns militantes, entre eles, Herbert de Souza, o Betinho. Dentre os motivos, a representação de que a Aids era uma doença que atingia homossexuais de classe média, tendo em vista, que algumas figuras públicas do Brasil e do mundo, como Cazuza, alimentaram essa imagem de que artistas com uma vida “promíscua” eram os alvos. Outro motivo se deve ao processo biológico da doença, sem sintomas clínicos claros, de difícil diagnóstico no início. A Aids foi compreendida como uma doença silenciosa, por esta série de etapas, pois desde o início as políticas públicas mostraram-se negligente aos olhos das ONGs e daqueles portadores que já enfrentavam alguns anos de luta por tratamentos. Em outros países, como Estados Unidos, por conta dos primeiros casos terem surgidos neste país, as políticas de saúde pública investiram mais em tratamentos, além de uma equipe de cientistas renomados, entre eles Robert Gallo, que ajudou no estudo na descoberta do vírus da Aids.

Tais medidas públicas no combate e tratamento à Aids, se por um lado tiveram o mérito de conquistar espaço na sociedade, por outro, foram muitas vezes, medidas verticais, sem levar em conta a situação real dos portadores do vírus da Aids, segundo alguns militantes, entre

¹⁰⁰

Disponível

em:

<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISBD1B398DITEMIDCF21498585DB4D9F8F812B75B92305DAPTBRIE.htm>. Acesso em: 27/04/09.

¹⁰¹ Idem.

eles, “Betinho”. E nesse período ainda existia uma forte crença de que a Aids vinha para corrigir condutas sexuais reprováveis, tornando a prevenção mais centrada na questão moral. A forte associação da síndrome à morte e ao preconceito só dificultou a comunicação e esclarecimento entre a população e contribuindo ainda para marginalizar homossexuais masculinos, usuários de drogas injetáveis, profissionais do sexo e hemofílicos.

Em 1986, os casos de disseminação do vírus da Aids aumentaram. Em Santa Catarina foram registrados 16 casos confirmados de portadores do vírus da Aids.¹⁰² A seguir uma tabela extraída do Boletim Epidemiológico – Aids e DST de 2004, onde traz os casos de Aids de 1980 e 2004 por região.

TABELA I - Casos de aids segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 1980-2004*.

UF de Residência	1980-1992**	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total 1980-2004
Brasil	53137	18122	19972	22509	26420	29004	31622	28405	28531	27136	31047	32526	13033	382364
Norte	581	244	352	408	505	629	717	815	778	837	1058	1219	620	8763
Roraima	58	29	52	66	61	65	75	56	81	79	95	79	18	814
Acre	33	11	17	1	8	15	24	30	25	30	40	36	35	305
Amazonas	154	58	87	93	129	205	226	298	317	269	350	374	270	2831
Roraima	36	7	9	10	18	19	22	28	47	37	33	91	73	430
Pará	254	118	157	189	236	247	285	294	209	304	401	525	161	3380
Amapá	16	1	7	18	22	43	27	48	38	45	65	37	22	389
Tocantins	30	19	29	31	31	35	58	61	61	73	74	77	41	614
Nordeste	4255	1428	1610	1813	2339	2713	3091	3083	2915	2962	3490	3351	1473	34424
Maranhão	285	118	130	153	193	236	315	272	282	296	275	270	96	2821
Piauí	112	30	63	83	92	116	91	113	147	149	143	92	56	1287
Ceará	680	218	279	390	417	530	674	632	581	661	739	863	487	7161
Rio Grande do Norte	218	79	96	77	113	134	177	135	167	175	117	147	16	1651
Paraíba	294	116	144	131	157	144	194	260	191	212	200	283	184	2510
Pernambuco	1039	326	357	415	581	598	795	673	655	727	752	705	200	8203
Alagoas	232	86	97	102	152	212	129	159	137	162	219	218	37	1942
Sergipe	148	54	92	87	90	103	111	128	112	74	106	175	60	1340
Bahia	1247	401	352	375	535	640	605	711	633	506	649	598	337	7589
Sudeste	41044	13252	14165	15707	18048	19035	20257	17576	16835	15481	17580	18515	7814	235410
Minas Gerais	2986	1630	1963	2013	2040	2104	2003	2100	1929	1633	2338	2755	852	28246
Espírito Santo	330	175	218	208	269	377	436	438	443	487	648	684	298	5011
Rio de Janeiro	9235	2434	2561	2984	3747	4230	4239	3721	3678	3554	4067	4532	1878	50860
São Paulo	28483	9013	9423	10502	11993	12324	13579	11371	10885	9807	10527	10544	4786	153193
Sul	5078	2288	2781	3322	4119	4944	6025	5577	6303	6223	7047	6963	2848	63519
Paraná	1175	586	686	917	1225	1569	1658	1698	1802	1760	1853	2152	812	17903
Santa Catarina	1198	598	780	992	1168	1202	1503	1357	1463	1576	1748	1507	534	15846
Rio Grande do Sul	2705	1114	1305	1413	1726	2173	2864	2522	3008	2887	3446	3304	1503	29970
Centro-Oeste	2179	910	1064	1259	1417	1683	1532	1394	1600	1633	1962	2478	1177	20248
Mato Grosso do Sul	497	287	244	273	338	338	338	285	288	325	368	424	181	4187
Mato Grosso	320	115	186	219	308	354	307	189	270	279	405	581	379	3912
Goiás	727	289	387	481	436	582	519	495	613	677	807	860	344	7227
Distrito Federal	635	219	247	276	335	409	367	385	429	352	382	613	273	4622

*Casos registrados no SINAN e registrados no SISCEL até 08/06/04.

**Para os anos de 1980 a 1992, consultar Boletim Epidemiológico. Aids anteriores ou para maiores detalhes acessar www.aids.gov.br no menu DADOS e PESQUISAS.

Fonte: SINAN/SIN SISCEL e Aids.

Tabela 02: Casos de Aids no Brasil de 1980-2004.¹⁰³

Entre as regiões, de 1980-1992, o Sudeste liderou com 41.044 casos de Aids, vindo logo depois a região Sul, com 5.078 casos, distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul, liderando 2.705, logo em seguida, Santa Catarina com 1.198 e por último Paraná com 1.175 casos. Na década de 1980 não existia um estudo mais detalhado, como o apresentado acima. Como posto anteriormente, a síndrome pode levar anos para se manifestar, o que prejudicou em parte os órgãos de saúde no conhecimento dos números de casos no Brasil.

O estigma de que a Aids era uma doença que atingia só homossexuais e a falta de registro de números de casos, fizeram com que em 1985 o governo brasileiro não se preocupasse o suficiente, segundo um trecho da declaração do ministro Carlos Santana. Ele justificou a falta de programas de controle e prevenção à Aids, afirmando que a mídia exagerava nas notícias sobre a doença, e que as pessoas que não pertenciam a grupos de riscos deveriam se tranquilizar. Em 1985 o ministro declarou:

A Aids é preocupante, mas não prioritária para o País. Somos 130 milhões de brasileiros e temos cinco milhões com doença de Chagas, cerca de oito milhões com esquistossomose, mais de quatrocentos mil com malária, 250 mil com tuberculose e trezentos mil com lepra. Com Aids, só temos confirmados quatrocentos casos.¹⁰⁴

As políticas de saúde públicas voltadas para a Aids foram sendo construídas ao longo da década de 1980 no ritmo, em que no primeiro momento, os portadores do vírus não tiveram a assistência necessária. Porém, após 1996, o Brasil através da liberação dos coquetéis antivirais tornou-se pioneiro em muitos aspectos relacionados à prevenção e tratamento da doença. De um lado, a dificuldade de se acompanhar os números de casos de Aids pela complexidade da doença; de outro, as ONGs pressionando as organizações governamentais para o fato de que se tratava de uma doença que já atingia um grande número de pessoas e, que necessitava de tratamentos e campanhas de prevenção para evitar o aumento de casos.

¹⁰³ Disponível em: www.aids.gov.br. Acesso em: 29/08/09.

¹⁰⁴ NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **Op. cit.**, p. 99.

Dentro dessa dinâmica funcionava a saúde brasileira frente à Aids, onde esperava-se ter o número de casos confirmados e a análise da gravidade da doença para se tomar as medidas necessárias de profilaxia. Essa espera por números foi uma grande armadilha e fez as ONGs militarem em favor aos portadores. Embora esta análise seja uma visão posterior, estas organizações foram as primeiras a investir e perceber que a prevenção já constituía uma forma de remediar. Elas passaram a trabalhar de forma clara, sem o moralismo, com medidas de prevenção, buscando não combater as escolhas sexuais, mas que dentro destas práticas seria possível introduzir medidas preventivas. De qualquer forma, é necessário ponderar as críticas ao Ministério da Saúde em meados da década de 1980, pois as primeiras manifestações do vírus da Aids foram silenciosas.

Sob esse período de contestação surgiram as ONGs (Organização Não-Governamental) com o intuito de prestarem assistência aos portadores do vírus que se encontravam na clandestinidade por falta de amparo social. Essa sigla (ONG), segundo Nascimento, já estava presente desde 1945, na ata de constituição da ONU, mas sem explicitar ou qualificar as organizações que se refere. No Brasil a funcionalidade desse termo e aplicação ficou esquecida segundo a autora, durante décadas, retornando no período de redemocratização.¹⁰⁵

Segundo ainda Nascimento, o termo organização não-“governamental”, de todas as suas definições, tem em comum tratar-se de uma instituição com um “[...] propósito democrático na sua relação com movimentos sociais”.¹⁰⁶ Santos, em tese sobre sociologia política, a partir da análise do documento final do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, definiu de uma maneira unificada o conceito sobre ONG, exposto na obra de Nascimento,

Espaços públicos por fora da esfera do Estado, responsáveis pela instituição de novos valores, normas e padrões de comportamento que questionam profundamente o atual modelo de desenvolvimento; são hoje, talvez, os atores

¹⁰⁵ SANTOS apud por NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **Op. cit.**, p. 91.

¹⁰⁶ Idem. *Ibidem*, p. 91.

potencialmente mais capazes de romper com a lógica individualista e predatória.¹⁰⁷

A história das ONGs no Brasil na década de 1980, na prática, teve esse intuito de fazer uma espécie de chamamento da sociedade civil para um olhar aos direitos à cidadania, principalmente aos portadores do vírus da Aids. O Ministério da Saúde reconhece hoje a importância dessa militância pela sociedade civil e as deficiências das Políticas Públicas iniciadas em 1987, quando utilizaram um discurso, que segundo Dr. Pedro Chequer, ex-Diretor do Programa Nacional de DST e Aids, era caracterizado por ser intimidatório, porque reforçava a discriminação. Idéia esta baseada na equação Aids = Morte, que sofreu a resistências das ONGs.

Em 1986 foi criada a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids) pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que foi um defensor da cidadania em vários aspectos sociais, não somente nas questões relacionadas à Aids, como também na luta e ação contra a miséria no país, através de programas como a conhecida “Campanha do Betinho”, recebendo reconhecimento nacional e internacional.¹⁰⁸ Betinho também era portador do vírus da Aids, que contraiu através de transfusão sanguínea. Ele considerava a Aids uma doença revolucionária, porque colocou em evidência os problemas vitais que muitas vezes eram ignorados, como as deficiências na saúde pública.

Segundo Nascimento, a - ABIA agrupou uma série de profissionais das mais variadas áreas, como cientistas, intelectuais, autoridades civis, religiosas, militantes de vários grupos comunitários, que acompanharam, atuaram e monitoraram as políticas do governo, para realizarem a ponte entre governo e sociedade civil, bem como, promoverem uma disseminação de informações sobre a síndrome que pudesse desenvolver uma prevenção mais adequada.¹⁰⁹

A Aids foi, de maneira irônica, uma doença democrática, porque poderia atingir a todos. Diferente do histórico de outras enfermidades que estavam ligadas a más condições sanitárias e atingiam

¹⁰⁷ SANTOS, S.S.C.H. dos. Entre o Heroísmo e a Cidadania (O “Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais para o meio ambiente e o desenvolvimento”, a sociedade civil e o Estado: um estudo de caso sobre o exercício da cidadania pelos segmentos intelectualizados das classes médias brasileiras), 1994. Doutorado, Rio de Janeiro: Iuperj, p. 80 Apud NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **Op. cit.**, p. 92.

¹⁰⁸ SOUZA, Herbet de. **Direitos humanos e AIDS**. Informe ABIA. São Paulo. USP, 22 out. 1987.

¹⁰⁹ NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **Op. cit.**, p. 93.

mais os menos favorecidos economicamente. No Brasil, várias pessoas de classe média contraíram o vírus da Aids. Betinho conseguiu uma maior atuação porque pertencia a classe média e, com isso, pôde utilizar isto a favor da sociedade brasileira.

Em 1986 ainda, surge o GAPA em São Paulo e Rio de Janeiro e em 1987, o GAPA de Santa Catarina, tendo como fundador Rui Martins Iwersen, que juntamente com outros colaboradores acompanharam as discussões e desenvolvimento em torno da epidemia. Atentos aos casos de Aids nos Estados Unidos, na África e no Brasil, tiveram a consciência de realizarem esse chamamento civil, também aqui em Florianópolis, devido as deficiências locais. Naquele momento a cidade tinha o Hospital Nereu Ramos, com uma ala apenas, que cuidava dos pacientes internados pelas doenças oportunistas provocadas pela síndrome. Iwersen, médico fundador do GAPA, em entrevista concedida em 2006, afirmou que é possível saber um pouco sobre sua trajetória,

[...] nós achamos como o GAPA se identificava como Grupo de Atenção e Prevenção a Aids nos achamos que seria interessante criar um GAPA em Florianópolis e aí começamos a nos reunir no Hospital Nereu Ramos, e aí eu e outros profissionais e alguns portadores de HIV e alguns outros voluntários começamos a discutir sobre a organização de uma organização não-governamental e aí decidimos criar o GAPA de Florianópolis, e aí em 86 criamos lá no Hospital Nereu Ramos o GAPA Florianópolis.¹¹⁰

Quando perguntei sobre as dificuldades enfrentadas naquele momento, o médico respondeu:

Bom, naquela época a dificuldade maior era de voluntários pra trabalhar, porque havia uma idéia de que a Aids tinha a ver com o homossexualismo e com prostituição e com o uso de drogas. Então um profissional ou um voluntário que entrasse num trabalho desse tipo era muitas vezes visto como gay, ou como usuário de droga ou coisa desse tipo. Eu mesmo soube muitas vezes de pessoas pensarem que eu era gay e por isso estava

¹¹⁰ IWERSEN, Rui Martins. **Op.cit.**, 2006.

trabalhando no GAPA. Eu soube uma vez infelizmente, que pessoas brincando chamavam o GAPA de “gaypa” Então na realidade havia uma dificuldade para conseguir profissionais e voluntários pra trabalhar. Segundo lugar, uma dificuldade inerente a uma organização não-governamental que tava começando: recursos materiais, recursos financeiros, é natural, (né!) Depois, então, nos tínhamos também naquela época dificuldade de material instrutivo, material informativo, havia um desconhecimento muito grande sobre a epidemia, sobre a doença e sobre a síndrome então (né!) E sobre a epidemia. Então, nós tínhamos dificuldades de material informativo, na medida em que nós começamos a nos entrosar com a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde ou o Ministério da Saúde, nós começamos a receber também ajuda desses órgãos governamentais e aí começou aliviar, começou a melhorar, nós começamos a ter mais facilidade pra obtenção de recursos humanos e recursos materiais e até de recursos financeiros.¹¹¹

O trecho descreve um pouco sobre a trajetória da ONG em Florianópolis, em que o médico pontuou o preconceito como sendo um dos piores desafios. Um breve contato foi realizado na instituição durante trabalho voluntário, onde essa aproximação com o GAPA originou o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso sobre a história da instituição.¹¹²

A maioria dos portadores do vírus que freqüentavam o GAPA eram desfavorecidos economicamente, muitos sem local para moradia, tendo às vezes que dormir na instituição. Outras necessidades básicas acabavam tendo que ser supridas, como alimentação, muitas vezes doadas por restaurantes próximos. Após a saída do fundador do GAPA,

¹¹¹ Idem.

¹¹² Em trabalho voluntário iniciado na sede do GAPA em 2005, com a continuidade e parceria de um grupo de alunos/as da turma de biblioteconomia da UDESC, realizei um estudo que teve a finalidade de organizar e catalogar os documentos da instituição presentes nas dependências de uma das salas, onde se encontravam aglomerados, boletins epidemiológicos, recortes de jornais e materiais informativos. Projeto de Estágio desenvolvido pela aluna de biblioteconomia. Ver: INACIO, Anete Maria. **Relatório do Estágio Curricular I**. Projeto de estágio. Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Biblioteconomia – Gestão da Informação, 2005. Ver: AMORIM, Grazielle Regina de. **Op. cit.**, 2006.

quem assumiu a presidência foi Helena Edilla Lima Pires, que junto de uma equipe composta por profissionais como advogados, enfermeiros/as e psicólogas, continua com a militância de promoverem, paralelo ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Saúde de Santa Catarina, o atendimento aos portadores do vírus da Aids e informar a população sobre a mesma.¹¹³

Em relação aos medicamentos, pode-se dizer que ocorreu uma grande conquista na criação do chamado “coquetel”, apesar dos efeitos colaterais que acarreta aos pacientes. Lembrando que em 1996, o Brasil conseguiu distribuir por meio do SUS os medicamentos de forma gratuita, o que possibilitou uma qualidade de vida melhor aos portadores. A primeira medicação com eficácia, a qual estacionava a ação do vírus e impedia a deficiência do sistema imunológico foi o AZT, originalmente chamado de Azidotimina, posteriormente renomeado como Zidovudina.¹¹⁴

O Brasil enfrenta até o hoje as pressões da indústria farmacêutica, que segundo informações do Ministério da Saúde, vem praticando preços abusivos na comercialização das novas drogas. Atualmente, dos quinze medicamentos distribuídos pelo SUS, oito são produzidos nacionalmente. Em 2001, nas reuniões da Organização Mundial do Comércio, em Doha (Qatar) o Brasil teve como vitoriosa a garantia de fazer valer as necessidades emergenciais da população, conseguindo significativas reduções de preço, mesmo sem a conquista de quebra de patentes dessas multinacionais que detém esse poderio.¹¹⁵

Ressalta Léo Mendes - Presidente do Fórum Goiano de Luta contra a Aids de Goiás - Comissão política do Enong 2007, que existe uma tentativa de cooptação por parte da indústria farmacêutica em participar dos movimentos sociais, através de pequenos apoios, como mecanismo de colocar os ativistas presos à tese de “[...] que os lucros, as patentes, e a lógica de como são fabricados e distribuídos os medicamentos no mundo estariam de acordo com nossas necessidades”.¹¹⁶

Com este breve histórico sobre as políticas de Saúde Pública, movimentos sociais e indústria farmacêutica foi possível perceber as

¹¹³ Disponível em: <http://www.gapasc.org.br>. Acesso em: 27/04/09.

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISBD1B398DITEMIDCF21498585DB4D9F8F812B75B92305DAPTBRIE.htm>. Acesso em: 27/04/09

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.agenciaaids.com.br/site/artigo.asp?id=178>. Acesso em: 27/04/09.

mudanças de perfil em relação à forma de tratar esta epidemia. Até a década de 1990, pode-se dizer que o papel das ONGs foi mais de enfrentamento e questionamento às políticas públicas ligadas ao governo, devido, no início, ao descaso com os portadores do vírus da Aids e, mesmo em relação as campanhas de cunho discriminatório como: ‘A Aids mata!’, Aids, você precisa saber evitar’, ‘O amor não mata’, ‘Não morra de amor’’,¹¹⁷ entre outras que além de promoverem o preconceito, não ajudaram a esclarecer questões básicas sobre a doença.

¹¹⁷ NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **Op. cit.**, p. 101.

1.3 Um panorama geral sobre a Aids na mídia impressa da década de 1980

O jornalismo na década de 1980 teve o grande papel de construir junto à sociedade as noções sobre Aids. A publicação de notícias sobre a síndrome, desde os primeiros casos, tornaram “os jornais instituições sociais”, segundo Soares,¹ mesmo estas sendo compreendidas como instituições que prestam serviços dentro de uma lógica capitalista.

Se por vezes a mídia impressa apresentou a Aids de forma não esclarecedora e assim ajudou a alimentar fantasias, não é menos verdade que ela também contribuiu para nos colocar à par dos acontecimentos do mundo e, neste caso, sobre as mudanças da Aids. Foi por conta desta mídia que pesquisadores puderam acompanhar o desenvolvimento da síndrome ao longo da sua história. Atentos, é claro, à maneira que esta instituição alimentou e se retroalimentou das publicações sobre a doença. Se ela alarmou a população, divulgando incertezas e utilizando uma linguagem sensacionalista, a este efeito pode-se apontar uma espécie de espelho daquilo que a comunidade médica, científica e mesmo a população construía sobre a doença.

Analisando alguns recortes dos jornais brasileiros no período sobre a Aids, pude aprender a maneira como periódicos apresentaram discursos sobre a doença, e priorizaram as publicações sobre noções de medo, morte, preconceito, entre outras.

A partir deste ponto de vista, a Aids tornou-se uma palavra ameaçadora, que constituiu um ponto de atração pela mídia, mas ao mesmo tempo a repulsa e o medo.² A construção do sentido da Aids foi de acordo com a análise de Rosana Soares, composta por dois eixos: a oposição *mal x bem*, marcando mesmo uma certa ambigüidade já apontada anteriormente pelo antropólogo Rodrigues. Assim, a autora expõe que, dentro desse universo ambíguo, a doença e o doente são recobertos por imagens de “pecado” e “dano”, no qual a ciência ocupa o lugar de redentora desses males, sendo esta ainda, capaz de “curar” e “salvar”. “A estrutura básica do discurso da Aids reveste-se, assim, de

¹ Esta obra busca apresentar as construções narrativas e discursivas sobre a Aids em matérias diversas publicadas no jornal paulista *Folha de São Paulo* durante os anos de 1994 e 1995. Ver: SOARES, Rosana de Lima. **Op. cit.**, p.13

² Idem. *Ibidem*, p. 14.

configurações imaginárias relacionadas ao domínio do religioso e do místico: o pecado e a salvação, o pecador e o salvo”.³

Fausto Neto em análise sobre jornais na década de 1980, também percebe essa dualidade pela mídia impressa no tratamento sobre a Aids,

Os jornais procuram estabelecer uma argumentação de causa e efeito entre AIDS e sexualidade. Não contextualizam origens e causas mais profundas, pelo contrário, instituem logo uma classificação para doença, que, além de *incurável, misteriosa, irreversível*, etc., é tudo isso porque é uma doença que afeta um conjunto de pessoas de comportamentos sexuais passíveis de serem contaminadas pela doença.⁴

O jornal *Folha da Tarde*, de São Paulo, em 1983, abordou como a Aids já estava causando histeria, por conta da indefinição da doença. Em Nova York, esse sintoma era percebido pela diminuição das doações aos bancos de sangue, a rejeição de parentes, amigos e funcionários de hospitais dos portadores do vírus. Um artigo publicado no mesmo ano pela revista da Associação Médica Americana fez um apelo em favor de um tratamento mais humanitário para com as vítimas da doença, que estavam sendo chamadas de “os novos leprosos”.⁵ Na tentativa de encontrar explicações, aquela sociedade buscou nas antigas epidemias marcadas pela forte metaforização, um sentido para a enfermidade. O alerta no Brasil sobre o alastramento da epidemia já estava em pauta nos jornais, mas a ênfase era na contaminação entre os homossexuais masculinos, o que contribuía para o imaginário social de que os culpados eram aqueles que possuíam um comportamento sexual divergente.

A revista *Veja*, em 1984, ilustrou também essa indefinição sobre a síndrome, ao trazer a matéria: “A doença errada”,⁶ na qual fala

³ Idem, p. 18.

⁴ Antônio Fausto Neto apresenta uma análise sobre a construção dos discursos acerca da Aids nos principais jornais do país na década de 1980. O autor ainda mostra as disputas discursivas postas pela mídia impressa, que desde o surgimento da doença tratou de dar um sentido a partir das várias instituições. Segundo o autor, “as mídias se destacam, neste estudo, como uma instância que, no interior do espaço público, trabalha dotada de competências específicas e que é nomeada como um determinado dispositivo de construção da realidade”, p. 16. Ver: FAUSTO NETO, Antônio. *Op. cit.*, p. 44.

⁵ Jornal *Folha da Tarde*, 09 jul. 1983.

⁶ Revista *Veja*, 14 set. 1983.

das pessoas que ligavam para um serviço de atendimento realizado pela Secretaria de Saúde de São Paulo para tirar dúvidas sobre doenças. As pessoas descreviam estar com a “temível” síndrome, mas na verdade estavam com sífilis ou tuberculose. Na matéria o médico explica que alguns sintomas são parecidos com a Aids, como: fadiga, perda de peso, gânglios e manchas na pele, mas que a população não deveria se preocupar, porque ela era uma raridade no Brasil, além de informar que a doença estava relacionada aos homossexuais. Segundo o médico, as doenças que afetavam a população são as doenças, como ele definia, da pobreza, que incluíam: a sífilis e a tuberculose. Uma perspectiva que ajuda a compreender a construção da doença e como outras doenças sexualmente transmissíveis afetavam a população.

Em 1985, por meio da reportagem “Psicóloga constata que o medo da AIDS altera comportamentos”,⁷ publicada no *Jornal do Brasil*, são apontadas algumas mudanças no comportamento sexual dos paulistanos, conforme detectou a psicóloga Ana Maria Souza Barbosa, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Segundo ela, as separações tinham diminuído e os namorados e namoradas passaram a ser escolhidos com mais cuidado, e evitavam-se relações sexuais com parceiros eventuais, mudanças atribuídas ao pânico causado pela Aids. Parte dessas observações estiveram presentes em um estudo realizado por ela para analisar o comportamento de vítimas da Aids. Pelo estudo observou que a doença havia feito ressurgir o preconceito aos homossexuais.

Atualmente, as pessoas consideram que o que há de podre e sujo na sociedade é de responsabilidade dos homossexuais. Alguns chegam a defender que nada deve ser feito para tentar salvar os doentes de AIDS – deixem que morram, afirmam eles -, como se a doença fosse causada pelo homossexualismo.

A psicóloga contextualizou a questão da homossexualidade na sociedade, lembrando que por muito tempo os homossexuais foram estigmatizados e vistos como pervertidos sexuais, mas depois de muita luta pela liberdade sexual, essa “perversão” acabou sendo aceita como opção. Porém, com a chegada da epidemia da Aids e os primeiros casos manifestados entre eles, o preconceito retornou de maneira mais intensa.

⁷ Jornal *Jornal do Brasil*, 28 jul. 1985.

Assim, ela relata sobre o que ouviu de homossexuais temerosos em perder seus empregos, por conta da possibilidade de pegar Aids. Um dos pacientes, homossexual, segundo ela, chegou a montar uma sala de isolamento, onde era atendido por médicos e outros profissionais da saúde. Muitas vezes, o próprio doente internalizava uma culpa, demonstrando também um dos efeitos das metáforas atribuídas à Aids. Os moradores, para completar o estigma, encarregaram-se de realizar um abaixo-assinado para retirar o morador do convívio social. Diante do caso, a psicóloga propôs uma interpretação.

Na maior parte das vezes, a família não sabia da preferência sexual do filho, do irmão, ou não assumia o fato – afirma Ana Maria. A Aids obriga, ainda, a suspensão das relações sexuais e de todo o contato físico com o doente, mesmo um aperto de mão, pois as defesas da pessoa afetada praticamente desaparecem e qualquer microorganismo pode lhe ser fatal. A degeneração física fecha o quadro de desespero: emagrecimento, diarreia constante, queda de cabelos, tumores arroxeados por todo o corpo, tosse persistente e dificuldade de respirar.

Ela mesma detalhou as etapas de sofrimento causadas pela Aids, que pareciam restringir a pessoa portadora do vírus da Aids apenas a uma saída: a morte.

No mesmo ano de 1985, a *Folha de São Paulo* trouxe casos de algumas donas-de-casa de classe média paulistana que relataram suas experiências em meio à neurose da Aids, declarando que mudaram hábitos por conta da doença. Segundo essas pessoas, passaram a evitar salões de beleza que tivessem homossexuais, bem como, diminuíram o número de relações sexuais com os maridos, como forma de não contraírem o vírus.⁸ O enfoque no comportamento consistia numa forma de compreender a doença por parte dessas donas-de-casa, enquanto os esclarecimentos sobre as medidas de prevenção, como preservativo, eram vistas como tabu.

Partindo para o ano de 1987, o jornal *Folha de São Paulo*, problematizou como a Aids trouxe à tona velhos preconceitos, que se achava estar a caminho de serem superados. Nota-se que a própria mídia formou opiniões e posturas frente à doença. Sob o irônico título: “Aids

⁸ Jornal **Folha de São Paulo**, 04 ago. 1985.

põe a alegria gay no congelador”,⁹ trouxe um balanço de quantas saunas e boates gays foram fechadas pelo medo do contágio. Outro alvo dessa onda de medo foram os salões de beleza, onde os cabeleireiros tiveram uma perda considerável de clientes que, por medo, acreditavam que caso tivessem convívio próximo com homossexuais poderiam se contaminar.

As mudanças no comportamento contribuíram, na década de 1980, no fechamento de estabelecimentos como saunas e boates, voltadas ao público gay. Tudo por conta do medo da propagação do vírus. É interessante a manchete de destaque do jornal se referindo à síndrome: “Ela esfriou saunas e boates, “monstrificou preconceitos”. “Está no teatro, cinema, televisão. Vende mais que sabonete. Virou uma boa matéria de consumo”. E a pergunta que se começa a fazer é: Aids mata, e daí?”.¹⁰ Aqui, o próprio jornal problematizou como ela foi alvo do sensacionalismo por parte da mídia e, como intensificou preconceitos já existentes. Tratando sobre essa paranóia, o sociólogo James Mourão, em entrevista à *Folha de São Paulo*, em 1987, falou sobre as mudanças de comportamentos ocasionadas pela Aids,

O sociólogo James Ribeiro Mourão diz que a Aids está provocando mudanças profundas no comportamento, e alerta: “São graves. Talvez mais graves que a própria doença. As pessoas não se conscientizaram de que não é a maneira como se vive, se ama, se transa, que mata, mas sim o vírus. Não é tentando fugir do preconceito que se vence o problema. Preconceito se enfrenta, não se esconde dele. E doença se previne, se trata, combate-se. Cura-se ou não”.¹¹

A prioridade dos jornais, na década de 1980, eram as reportagens com enfoque na questão comportamental e poucas informações sobre esclarecimentos e avanços da medicina. Os jornais analisados demonstram uma insistência em tratar sobre o medo e a morte ao se falar de Aids. A atenção ao imaginário social e mesmo àquilo que no privado acontece, exercem um fascínio para a atividade jornalística, segundo Rosana Soares, porque demonstram uma possibilidade de tornar público e conhecido aquilo que é privado, pertencente a uma esfera pequena.¹²

⁹ Jornal *Folha de São Paulo*, 21 jul. 1987.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² SOARES, Rosana de Lima. *Op. cit.*, p. 28.

No ano de 1987, em Florianópolis, o jornal *Diário Catarinense* trouxe uma longa reportagem sobre a história da Aids, contendo estatísticas alarmantes, informações sobre o contágio; e títulos e matérias reforçando as corretas condutas sexuais. A capa desta edição é cheia de significações: “Medo ganha cada vez mais espaço”.¹³ Logo abaixo, uma cama ao fundo, distante, em um quarto vazio, como se quisesse mostrar o doente sozinho. E em letras grandes, a palavra que tanto aterrorizava: AIDS, como que engolindo a pessoa doente da cama.



Figura 03: Medo ganha cada vez mais espaço.¹⁴

A primeira matéria da reportagem reforçou o imaginário de que os grupos de risco teriam mais predisposição a se contaminarem com a Aids: “Monogamia está crescendo entre os heterossexuais”, e no meio um desenho irônico, que mostra uma sauna gay e um homem obedecendo à esposa que o chama para seu compromisso de marido. Neste caso, uma ênfase nos comportamento sexual heterossexual como o mais adequado para se prevenir a doença.

¹³ Jornal *Diário Catarinense*, 30 mar. 1987. Edição especial.

¹⁴ Idem.



Figura 04: Monogamia está crescendo entre os heterossexuais.¹⁵

“Estas respostas vão ajudá-lo a entender e a evitar a doença”, título de uma lista de 36 questões levantadas com perguntas e respostas sobre a Aids, que foram passadas ao público pelo jornal para um melhor entendimento sobre a doença. O teor das perguntas demonstra uma série de dúvidas, como o contágio através de insetos ou aperto de mão.

1. O que é Aids?; [...]
8. Usar drogas aumenta a possibilidade de contágio?;
9. Qual o risco para quem vai a dentistas, médicos, manicures e barbeiros?; [...]
13. Quais as possíveis formas de contágio sobre as quais há dúvida?;
14. O beijo longo na boca é perigoso?;
15. Animais domésticos podem ser transmissores? As picadas de inseto são perigosas?; Algumas medidas de prevenção estão interligadas a higiene?;
16. Piscinas, saunas e banheiras podem ser meios de transmissão?; [...]
18. Privadas, copos, talheres, lençóis podem ser meios de transmissão?;
19. É necessário tomar precauções para conviver com amigos ou familiares doentes?; [...]
21. Há risco no caso de alguém contaminado cortar-se ao

¹⁵ Idem.

preparar alimento que será ingerido por outras pessoas?¹⁶

O número de questões levantadas demonstra uma tentativa de dar rosto à doença. Segundo Sontag, surge uma metáfora a partir da idéia de contaminação em toda parte. “As doenças infecciosas associadas à culpa sexual sempre dão origem ao medo do contágio fácil e à fantasias absurdas sobre a transmissão por meios não venéreos em lugares públicos”.¹⁷ Metáforas a parte, a incerteza neste momento deve ser compreendida como algo que fazia parte da construção das representações sobre a Aids.

O estigma sombrio da Aids foi socialmente construído pela forte relação estabelecida entre doença e morte. Em tempos de cólera, como ocorreu em Paris, por volta de 1832, a população se recusava em pronunciar o nome da doença, vista como um tabu. “Nomear o mal teria sido atraí-lo e demolir a última muralha que o mantinha a distância”.¹⁸ Da mesma forma é possível pensar a palavra Aids, em que muitas vezes ela não era pronunciada, pois em si mesma já parecia ser mortal.¹⁹ Nascimento descreveu essa conduta, ao contar a história de uma mãe, que após descobrir que o filho tinha Aids, referiu-se a ela apenas como “essa doença”. A autora percebeu que no relato de Alice, a mãe, nunca nominou a doença. A própria mãe diz nunca ter conversado sobre a doença.

Pensando nesta relação do homem com as doenças, é interessante ainda destacar que “A doença não tem existência em si, é uma entidade abstracta à qual o homem dá o nome. A partir das indisposições sentidas por uma pessoa, os médicos criam a noção intelectual que agrupa os sintomas de que sofre o doente”.²⁰ São convenções, entendidas para um melhor diagnóstico e que respondem ao desejo das pessoas diante de um universo misterioso. Nomear, classificar, simplificar, para enfim poder organizar. “Dessa forma, a dor e os sintomas são definidos, dotados de significação e socialmente rotulados. Podemos observar que todo significado só é lógico para o

¹⁶ Jornal **Diário Catarinense**, 30 mar. 1987, p. 04-06.

¹⁷ SONTAG. **Op. cit.**, p. 33.

¹⁸ DELUMEAU, Jean. **Op. cit.**, p. 119.

¹⁹ NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **Op. cit.**, p. 329.

²⁰ SOURNIA, Jean-Charles. “O homem e a doença” In LE GOFF, Jacques. **As Doenças têm História**. Lisboa – Portugal: Terramar, 1997, p. 359.

indivíduo porque é socioculturalmente legitimado por seus semelhantes”.²¹

Em 1988, o jornal *O Estado de São Paulo* contou a história de um prefeito de uma cidade chamada Jequeri, no interior de Minas Gerais, onde a onda da desinformação promoveu uma rede de fofocas e suposições em torno de quem poderia estar contaminado. Uma das vítimas das fantasias em torno da Aids, foi ele próprio, Francisco Gomes Brumano, o prefeito Zitinho. Nos bares, nas ruas o assunto era de que o prefeito estava contaminado e, por isso, estava viajando com mais frequência, para realizar exames e tratamento contra a Aids. Sem saber como o povo inventou essa história, o prefeito acabou descobrindo por meio das fofocas, que um sermão do padre foi o responsável pela idéia.²²

Após esse fato, conta o farmacêutico da cidade que a compra de antibióticos aumentou, como um anseio da população em se proteger da doença e uma suspeita começou a recair sobre o posto de saúde também. Alguns acreditavam que as vacinas estavam contaminadas pela Aids. Em meio a essa turbulenta onda de fantasias, qualquer um que se apresentasse doente, com sintomas de emagrecimento seria um suspeito em potencial. Diante de tanto pavor, o padre tomou a iniciativa de realizar uma palestra no salão paroquial para acabar com tantos boatos e onda de medo. Mas recorda-se que poucas pessoas apareceram, com medo de que comparecendo, pudessem ser suspeitos de terem Aids.²³ Este caso é interessante, porque mostra que, em diversos contextos, episódios de “histeria” coletiva, de medo compartilhado e fantasia, aconteciam de modo análogo ao caso da “Gangue da Aids”, que irei analisar no próximo capítulo.

Nos jornais de Santa Catarina, durante o ano de 1987 eram apresentados diariamente índices sobre os casos de Aids no Brasil e em Santa Catarina. Estes índices não orientavam as pessoas sobre a doença. Em matéria sobre o crescimento de número de pessoas infectadas, o jornal *Diário Catarinense*, trouxe a manchete: “AIDS: Sobe para 16 o número de infectados”.²⁴ Assim segue a matéria,

²¹ NASCIMENTO. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-9702002000100015&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 20/06/08

²² Jornal *O Estado de São Paulo*, 17 abr. 1988.

²³ Idem.

²⁴ Jornal *Diário Catarinense*, 07 out. 1987.

Florianópolis – O número de pessoas infectadas pelo vírus da AIDS já chega a 10 em Santa Catarina, além dos seis pacientes que ainda sobrevivem à doença, informou, ontem Jorge Tramuja, coordenador da Comissão Interinstitucional de Controle da AIDS. Isso porque, além dos oito resultados positivos já constatados, mais dois casos foram detectados há 10 dias.

“Apesar dos dois testes de Elisa e um de imunofluorescência positivos, até agora os pacientes não apresentaram os sinais da doença, como pneumonia, toxiplasmose, isofagite por cândida, tuberculose disseminada, sarcoma e outras infecções oportunistas”, afirmou Tramuja. Disse ainda que os pacientes continuam em observação. A cada dois meses são realizados exames e uma avaliação clínica.²⁵

A confirmação da doença pairava na observação de um espectro de sintomas enquadrados como sendo próprios da Aids. Os sinais da doença definiam mais a condição do paciente, do que propriamente a confirmação dos testes de HIV. Nessa relação inconstante de diagnóstico e espera dos sintomas, a imprensa mostrou-se no papel de construir conceitos e idéias como forma de defini-la e compreendê-la também.

1.4 Prevenção x Noção de risco

[...] a AIDS é concebida de maneira pré-moderna como uma doença provocada pelo indivíduo enquanto membro de algum “grupo de risco” – essa categoria burocrática, aparentemente neutra, que também ressuscita a idéia arcaica de uma comunidade poluída para a qual a doença representa uma condenação.²⁶

Fazer parte de um “grupo de risco” significava acima de tudo ser o agente responsável pela contaminação. Eram enquadrados como parte dos “grupos de risco”, os homossexuais, profissionais do sexo e

²⁵ Idem.

²⁶ SONTAG. *Op. cit.*, p.55-56.

usuários de drogas injetáveis, que possuíam comportamentos considerados como “transgressores”, dentro de um espectro de regras sociais compartilhados. A homossexualidade, por ferir a heterossexualidade, a prostituição pela promiscuidade e as drogas injetáveis pela ilegalidade. A noção de “grupo de risco”, conceituada dessa forma, está mais ligada à questão moral. Mas também existe o aspecto biológico, em que o sexo anal, caracteriza uma forma mais fácil de contaminação e, as drogas injetáveis pelo uso da seringa compartilhada.

Estes foram inicialmente postos como responsáveis por propagarem a doença. No entanto, outro sentido pode ser atribuído ao “grupo de risco”. Antes de tudo, uma noção desenvolvida na epidemiologia para uma melhor compreensão e controle das doenças. Essa separação é importante para não conferirmos um sentido maniqueísta a esta noção, empregada nos órgãos de saúde pública.

O exemplo dessa compreensão por parte dos profissionais ligados a saúde, pode ser percebido por meio do médico Rui Iwersen, que não utilizava a categoria “grupo de risco” de forma negativa. Podemos interpretar isso por meio do seu relato ao ser perguntado sobre como ele via essa nomenclatura,

Olha na realidade naquela época falava-se grupo de risco e havia pessoas que diziam que deveríamos parar de falar de grupo de risco. Eu fui uma das pessoas que sempre achou que havia grupos de riscos e comportamentos de risco. Na realidade os grupos de risco sempre existiram, não é a toa que os gays antes eram muito mais organizados e muito mais preventivos, hoje estão negligenciando e os gays estão se contaminando novamente mais do que se contaminavam há cinco, seis anos atrás. Do mesmo modo que os heterossexuais estão se contaminando mais do que se contaminavam há cinco, seis anos atrás, porque estão negligenciando. Hoje nos estamos preocupados com os idosos. Os idosos se contaminando. Já é um grupo de risco. Então eu particularmente sempre trabalhei com a idéia de grupos de risco e comportamento de risco. Enquanto outros colegas achavam que eram duas posições conflitantes, eu acho que eram duas posições complementares. Eu acho que essa é a visão mais adequada, porque um hemofílico que

precise receber um sangue, uma transfusão sanguínea, ele sempre será um hemofílico que precisa receber uma transfusão sanguínea, e que sempre sofrerá o risco de adquirir um HIV pelo sangue, a hepatite, ou a doença de chagas, etc, pelo sangue. E eles formam um grupo, os hemofílicos são um grupo, então eles ainda são um grupo de risco. Então eu trabalho com a idéia de grupo de risco e com comportamento de risco.²⁷

A categoria “grupo de risco” foi uma forma “não maquiavélica” de identificar a doença, segundo a visão do médico, principalmente no trecho da entrevista, em que ele expõe como o hemofílico é considerado uma categoria de risco. “[...] um hemofílico que precise receber um sangue, uma transfusão sanguínea [...] sempre sofrerá o risco de adquirir um HIV pelo sangue, a hepatite, ou a doença de chagas, etc [...]”. O termo nas políticas de saúde pública foi mais conduzido no sentido de organização, do que propriamente uma visão moralista sobre os comportamentos dos indivíduos. Trata-se de uma forma de melhor organizar os possíveis riscos que um sujeito está disposto a ter frente à doença. Porém, estes discursos sobre a idéia de risco podem ser utilizados para legitimar políticas ou para desqualificá-las.²⁸

A grande questão foram os significados conferidos a essa categoria “grupo de risco”, pois de um lado temos uma noção epidemiológica utilizada para o controle das doenças, e de outro a interpretação da imprensa, da igreja católica, da população, entre outros estratos sociais, que atribuíram valores. As mulheres casadas foram postas, muitas vezes, como vítimas, passivas neste processo, pois a elas coube o papel de estabelecer uma relação de confiança com seus companheiros, em que o uso do preservativo não se fez necessário. Essa idéia foi proveniente da utilização freqüente do discurso de que os “grupos de riscos” estavam mais propensos a se contaminar. A percepção de que as mulheres casadas estavam “a salvo” contribuiu para que em fins da década de 1980, os índices de mulheres casadas contaminadas crescessem.

²⁷ IWERSEN, Rui Martins. **Op. cit.**, 2006.

²⁸ MITJAVILA, Myriam. “O risco como recurso para a arbitragem social”. In **Tempo Social** n.14, p.129-145, USP, São Paulo, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a07.pdf>.



Figura 05: Mulheres e Aids.²⁹

A edição da revista *Veja*, de 1993, trouxe na capa Sandra Bréa, atriz que foi considerada um símbolo sexual e, trabalhou em novelas pela *Rede Globo* de televisão. A atriz que contraiu o vírus da Aids, segundo ela, por uma transfusão de sangue, após um acidente de carro, contou à revista toda a trajetória de sua vida. A partir de sua história, outras histórias de mulheres que começaram a aparecer nas estatísticas de índices de Aids por todo o Brasil foram apresentadas. A maioria contraiu o vírus por meio das relações “estáveis” com os maridos, dos quais muito escondiam relações extraconjugais.

Nesse sentido, também é importante salientar que aconteceram transformações na percepção da doença, entre o início da década de 1980 e os dias de hoje, ligados ao conhecimento médico sobre a doença, principalmente das políticas públicas voltadas a Aids. Como posto anteriormente, os boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, hoje conseguem abarcar de forma melhor as pessoas que vivem com Aids no Brasil.

A história de Sandra Bréa é interessante, porque como a própria revista constatou, a atriz foi a primeira mulher conhecida a enfrentar o momento difícil da revelação.

²⁹ Revista *Veja*, 25 ago. 1993.

[...] A Aids tem aumentado seu ataque às mulheres por três motivos: sexo com homens infectados, uso de drogas injetáveis e transfusão de sangue. A razão predominante é o sexo. Os parceiros que trazem a doença escondida no organismo são geralmente bissexuais, às vezes viciados em drogas injetáveis que apanharam a Aids usando agulhas contaminadas por outros usuários de drogas. Sandra, que tem o vírus no organismo mas não apresenta sinais da doença, repete para todo mundo que se contaminou numa transfusão de sangue depois de um acidente de automóvel, em 1991, no Rio de Janeiro.³⁰

A atriz faleceu de câncer de pulmão em 2004, e apareceu na capa da revista alguns anos depois da capa de Cazuzu, que ainda fazia parte do discurso da forte associação da doença ao homossexualismo. Na década de 1990, a percepção da doença sofreu uma mudança, em que a Aids deixou de ser exclusivamente uma doença que atingia somente homossexuais masculinos.

Sobre o comportamento da mulher no casamento, um estudo realizado a partir de campanhas oficiais de prevenção da Aids, entre 1994 a 2000, por pesquisadores voltados as relações de gênero, mostrou que,

A ‘mulher que presta’ é exatamente essa que tem uma relação estável, que ‘se dá o respeito’ e que nessa posição tem, então, “suas razões para resistir a determinados tipos de informação [como o imperativo do uso do preservativo] que possam interferir no espaço mais íntimo de suas vidas”, colocando em risco esses atributos de respeitabilidade.³¹

³⁰ Idem, p. 78.

³¹ O artigo discute anúncios televisivos que integram campanhas oficiais de prevenção ao HIV/aids implementadas no Brasil em 1994 a 2000 com o objetivo de contribuir para uma leitura crítica desse tipo de material, considerando as relações de gênero ali representadas. Analisam-se dois discursos, que instituem: a de ‘mulher sem-vergonha’ e a de ‘traidor responsável’. Ver: MEYER, Dagmar Estermann, SANTOS, Luis Henrique Sacchi dos. OLIVEIRA, Dora Lúcia de. WILHELMS, Daniela Montano. ‘Mulher sem-vergonha’ e ‘traidor responsável’: problematizando representações de gênero em anúncios televisivos oficiais de prevenção ao HIV/AIDS In **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, maio/ago 2004.

O imperativo nesse estudo foi a questão dos valores aceitos no casamento. Era muito mais importante mostrar confiança no parceiro, mantendo longe o preservativo, do que o risco de se contaminar com o vírus da Aids. O preservativo dentro dessa relação pode ser compreendido como carregado de significados simbólicos. A mulher permitindo ou exigindo o uso do preservativo poderia ferir a confiança que estabelecia no parceiro e dar margem para pensar na possibilidade de traições neste relacionamento.

Outra pesquisa que aponta uma contribuição no estudo sobre a relação mulheres e Aids é da pesquisadora, Luciana Sendyk³² em dissertação de mestrado. Ela falou sobre seu estudo ao *Jornal do Brasil*, em abril de 1999, que apresentou um alto índice de mulheres universitárias que não utilizavam camisinha por confiarem nos seus parceiros. A pesquisadora que realizou seu estudo com estudantes universitárias sobre Aids, comentou que a justificativa mais comum para o não uso do preservativo era: “Se o homem parece saudável, bonito e é conhecido de alguma amiga, para muitas mulheres ele já é confiável”, conclui Luciana que se decepcionou com os números³³. Percebem-se quais códigos aceitos por estas mulheres, em que segundo Denise Martin, “[...] a cultura é o filtro pelo qual os perigos são reconhecidos e prevenidos ou não”.³⁴

Para compreender a maneira pela qual a idéia de grupo de risco foi construída durante a década de 1980, Dilene Nascimento apresentou o discurso de um médico e professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 1985, que concedeu uma entrevista ao *Jornal do Brasil*. Ele apresentou uma explicação biológica e mostrou os motivos pelas quais os homens estavam mais propensos a se contaminar com o vírus da Aids nas relações homossexuais,

Nas mulheres, o sêmen não provoca deficiência imunológica, pois a mucosa vaginal está naturalmente preparada para recebê-lo. Biologicamente, a mulher foi preparada para

³² Jornal *Jornal do Brasil*, 08 abr. 1999.

³³ Idem.

³⁴ Denise é pesquisadora do Departamento de Psiquiatria da Unifesp/EPM. Seu artigo se propõe a tratar das dificuldades da prevenção no tocante a contaminação sexual e como a proposta das campanhas de prevenção nem sempre levam a mudança de comportamento das pessoas. Para tanto ela utiliza a antropologia para compreender como as ações preventivas estão cercadas de códigos e valores. Ver: MARTIN, Denise. **Informação e comportamento**: o exemplo da Aids.

Disponível em: http://www.unifesp.br/dpsiq/polbr/ppm/atu5_03.htm.

receber o esperma. O homem não. [...] há evidências de que os homens são mais propensos a terem deficiência imunológica do que as mulheres.³⁵

Acima deste discurso “biológico” ele colocou a homossexualidade como anormal, que não pertence à natureza, pois, só as mulheres poderiam receber o esperma. De qualquer forma seu discurso ajuda a compreender a maneira como essa categoria de grupo de risco foi construída. Fazendo um paralelo com os dias de hoje, muitos discursos defendem que as mulheres apresentam mais riscos de contaminação em uma relação heterossexual do que os homens. O sexo anal, segundo o médico Rui Iwersen se apresenta com maior possibilidade de contaminação. Esta prática sexual é realizada por ambos os sexos, porém houve uma ênfase de preocupação somente com os homens, o que indica também uma tentativa de combate a homossexualidade.

Na década de 1980, momento em que se construía a compreensão da doença, a atenção esteve muito voltada no comportamento entendido como desviante (sexo anal é um exemplo), o que tornou a prevenção mais difícil, porque deixou de informar a população sobre a importância da utilização do preservativo, independente das práticas sexuais. Tais práticas foram percebidas como tabu, o que dificultou a compreensão sobre sexo e preservativo, levando muitas vezes, as campanhas de prevenção e meios de comunicação a darem uma ênfase na monogamia e mesmo na abstinência sexual.

A idéia de relação entre prevenção x noção de risco parte do pressuposto de tentar perceber a dificuldade de encontrar respostas preventivas da população diante das campanhas de prevenção à Aids. Se por um lado existe atualmente pouca atenção da mídia sobre a síndrome, porque a doença deixou de ser facilmente mortal, por outro tivemos na década de 1980 a Aids associada ao medo e a morte. Em todos estes anos, seja com diferentes níveis de medo e de conhecimento frente à Aids, muitas pessoas negligenciaram o uso do preservativo. A pergunta é então por que as campanhas de prevenção não alcançam total finalidade quando educam a população sobre a importância do uso do preservativo?

³⁵ Jornal do Brasil, 16 de jun. 1985, p.20. Ver: NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **Op. cit.**, p.89.

Pouco conhecimento sobre a Aids pode ser uma forma de compreender os motivos pelos quais, os índices de contaminados cresciam. No entanto, há de se considerar que a população tinha o conhecimento sobre a síndrome, possível para a época, levando-se em conta a maneira pela qual a mídia informava o grande público. A mídia impressa, como já foi abordado anteriormente, optou por comentar histórias pouco usuais sobre a Aids, que por vezes aumentavam o preconceito ao invés de informar.

A grande questão, talvez mais aplicada aos dias de hoje, é como em meio a muitas informações sobre a síndrome, bem como a acessibilidade ao preservativo, muitas pessoas se contaminam com o vírus da Aids? Para responder a estas questões encontrei por meio de um artigo de Denise Martin, uma análise antropológica da abordagem teórica de Mary Douglas da obra *Risk and Blame*.³⁶

A noção de risco analisada por Douglas ajuda a desmistificar a idéia de que as propagandas de Aids têm em seu conteúdo um caráter educativo, e que o único problema é a população, que não se previne, que é omissa. Os órgãos de saúde pública esperam que a partir da difusão de conhecimento das campanhas de prevenção à Aids, o uso do preservativo torne-se uma hábito. Porém é importante fugir dessa lógica racional e compreender que qualquer fato, como no caso, uma ação preventiva está permeada de códigos e interpretações sociais e culturais.

A relação de prevenção pode ocorrer em maior ou menor grau, dependendo do contexto que se está inserido. De acordo com Martin, as políticas de prevenção não levam em conta, muitas vezes, o contexto sócio-cultural e apostam em uma equação objetiva: “informação correta *igual* mudança de comportamento”.

Um exemplo disso está em sua tese de doutorado de 1999, na qual ela realizou um estudo sobre as prostitutas de Santos acerca da noção de risco, e revelou que o uso da camisinha não era freqüente, mesmo diante de uma constante exposição ao risco. Essas mulheres tinham acesso à informação, aos serviços de saúde, bem como, acesso gratuito à proteção. Todas tinham o discurso politicamente correto quanto à necessidade da utilização da camisinha, mas suas histórias mostravam comportamentos diferentes dependendo da situação. Um as afirmavam que aceitavam fazer programa atendendo ao desejo do cliente de não usar preservativo, caso ele pagasse mais. Outras ainda

³⁶ DOUGLAS, Mary. *Risk and Blame: Essays In Cultural Theory*. NY: Routledge, 1994. Apud MARTIN, Denise. **Op. cit.**

Disponível em: http://www.unifesp.br/dpsiq/polbr/ppm/atu5_03.htm. Acesso em: 22/05/08.

diziam que por vezes, elas mesmas optavam por não usarem proteção, quando estabeleciam uma relação de afetividade dentro deste contexto da prostituição. Esse estudo levou a conclusão que, a prevenção poderia ou não ocorrer, dependendo do contexto da relação com o cliente.³⁷

Para se compreender os motivos que as pessoas se contaminam é necessário analisar algo bem subjetivo, mas que faz parte do contexto social em que vivemos. Trata-se de perceber como cada um de nós está disposto a enfrentar riscos na sociedade. Dependendo do contexto, nos expomos mais ou menos a riscos.

O risco passa pelo contexto social das pessoas. Não utilizar o preservativo em uma relação pode estar muito mais vinculado ao grau de afetividade e confiança que se estabelece, do que propriamente ao medo da doença. Os laços afetivos entre casais “casados” representam mais proteção do que propriamente o preservativo. Dentro dessa lógica podemos pensar nas muitas mulheres casadas que contraíram o vírus da Aids por meio de seus maridos. Ter a atitude de utilizar a camisinha poderia significar para estas mulheres a idéia de que não poderiam confiar no outro, e isso era quase como uma ofensa. Ao contrário do que muito se abordou nas mídias, estas mulheres, muitas vezes, não eram desinformadas. O filtro pelo qual passou a questão da prevenção foi o comportamento.

Pensando na etimologia da palavra risco, podemos empregar a partir deste contexto um sentido negativo, no qual designa a possibilidade de contrair o vírus da Aids. Mas a palavra também pode ser sinônimo de algo que é novo e aventureiro. O que ambos significados têm em comum, é o fato de serem incertos.

Uma forma de compreender esta noção de risco parece estar muito ligada à modernidade, especialmente no final do século XIX, quando começaram nas cidades uma preocupação em remodelar e esquadrihar o espaço urbano. Essa reorganização das cidades criou uma forma de organizar, ordenar e gerenciar uma população. As instituições ligadas ao Estado começaram a ter mais legitimidade para arbitrar as questões ligadas ao cidadão. Por exemplo, no Rio de Janeiro, com todo o projeto de urbanização e modernização em vigor, os cortiços, bem como os cidadãos pobres passaram a ser alvos de visitantes, frutos de medidas higienistas, que vistoriavam se as moradias e indivíduos representavam risco à saúde.³⁸ Caso tais

³⁷ Ver: Martin, Denise. **A construção cultural do risco**: o cotidiano da prostituição em Santos [Tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1999.

³⁸ CHALHOUB, Sidney. **Op. cit.**, 1996.

visitadores constatassem risco a saúde, decretavam a demolição de cortiços e tratavam de afastar os pobres. Estes passaram a ser vistos como sinônimo de atraso e impedimento do progresso.

A noção de progresso criou a imagem de um futuro promissor. Para tanto era necessário ter-se uma população sadia e produtiva. Com isso, medidas de profilaxia eram vitais neste processo e a noção de risco começou a estar mais presente por parte destas instituições que passaram a ter uma maior arbitragem social.

Durante a década de 1980 a possibilidade do número de pessoas serem contaminadas pelo vírus de Aids mobilizou os órgãos de saúde no sentido de lançarem campanhas de prevenção levando em conta a probabilidade de pessoas se infectarem. A contaminação é incerta, mas a noção de probabilidade é um advento da contemporaneidade, capaz de conduzir toda uma rede de políticas em prol do futuro. A noção de probabilidade é uma abordagem discutida por Giddens.³⁹

Para compreender o porquê das pessoas se contaminarem com o vírus, mesmo em meio à campanhas de prevenção, é preciso compreender a construção do sentido de risco e como as pessoas absorvem isso. A noção de risco surge da probabilidade de algo acontecer. É uma noção abstrata, ou invisível, que estima algo no futuro. Adquire visibilidade no campo do conhecimento, no qual pode ser transformado, dramatizado, sendo adequado ao fim desejado.⁴⁰

Essa noção quando pensada em relação às campanhas de prevenção à Aids ajudam a compreender o vasto campo de possibilidades de atuar nesse “campo de conhecimento” e apresentar as mais variadas noções de risco. Na década de 1980 ficou muito evidente uma noção de risco “catastrófica”, em que se trabalhava o medo nas pessoas como forma de se prevenirem, colocando a síndrome como sentença de morte. Para muitos uma noção abstrata e inatingível, para outros um futuro perigoso, no qual morrer de Aids seria quase que certo.

Pensando nas informações prestadas por cientistas no sentido de informar a população sobre a Aids é que podemos compreender uma rede de “símbolos” por trás destes enunciados científicos que são,

[...] um conjunto de crenças sociais, valores ou ideais políticos que, devido à sua inacessível sintaxe, resistem a qualquer forma de

³⁹ GIDDENS, Anthony. **Op. cit.**, 1991.

⁴⁰ Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC. Ver: MITJAVILA, Myriam. **Op. cit.**, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a07.pdf>.

contraposição. Gera-se assim a possibilidade de que os discursos sobre o risco se percam num *labirinto de símbolos*, como adverte Norbert Elias, referindo-se a todas as formas de abstração modernas, “[...] pois os símbolos de um elevado nível de síntese não são em nossas sociedades freqüentemente mais do que palavras vazias de conteúdo, palavras que perderam seu referente”.⁴¹

A intervenção cotidiana das autoridades, sejam elas ligadas à saúde ou outro aspecto, estão baseadas na noção de risco e na possibilidade do que possa ocorrer no futuro. Todo o trabalho de conscientizar uma população sobre os riscos de se contrair o vírus da Aids é um trabalho no sentido de não só mostrar a probabilidade da contaminação, como também o de trabalhar algo que se almejará no futuro.

Cotidianamente somos bombardeados pela “possibilidade do risco”. É o risco de ser assaltado, de contrair algum vírus, entre outros, que em menor ou maior gravidade, preenchem nosso cotidiano de forma a tornar-se banal. Giddens pontuou uma lista de riscos que a humanidade tem a probabilidade de enfrentar. Quando analisou o risco de guerra nuclear, ele nos falou de como esse e muitos outros riscos estão disseminados entre a maioria da população. Atualmente, nossa relação com o risco de guerra nuclear é de um sentimento de insensibilidade, quase de tédio, no qual,

Mesmo a observação desta insensibilidade tornou-se algo como um lugar-comum: Fazer uma lista dos perigos que enfrentamos tem em si um efeito amortecedor. Torna-se uma litania que é ouvida apenas vagamente por parecer tão familiar. Somos bombardeados constantemente com estes problemas, de modo que eles se tornaram, em sua intratabilidade, parte do segundo plano.⁴²

Existe o quadro das pessoas que percebem a palavra risco, como sinônimo de “aventura”, algo novo. Os adolescentes parecem ter esta visão, por quererem experimentar novas situações. Sobre as

⁴¹ ELIAS, Norbert. *Conocimiento y poder*. Madrid, La Piqueta, 1994, p. 37. *Ibid.*, 2002, p.134 Apud MITJAVILA, Myriam. **Op. cit.**, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a07.pdf>.

⁴² GIDDENS, Anthony. **Op. cit.**, p. 129-130.

propagandas veiculadas pelo Ministério da Saúde, Luciana Sendyk, em entrevista para o *Jornal do Brasil*⁴³ criticou muitas destas propagandas, por acreditarem veicular uma realidade falsa, principalmente quando diz respeito às drogas. Assim ela analisou,

O jovem se julga invulnerável, sempre pensa: comigo, não”, diz a professora’. E sobre as campanhas antidrogas: “As campanhas antidroga, por exemplo, por mostrar uma realidade falsa, perdem a credibilidade. Dizem que a droga é ruim, que não dá prazer, e o jovem, quando chega a uma festa e vê seus amigos fumando maconha e se divertindo, deixa de acreditar no que leu ou viu. O certo seria dizer que a droga é legal, porém, perigosa”, aconselha. Sobre a camisinha, diz que “não adianta fingir que não é como chupar bala com o papel. Não é gostoso, mas é necessário.

Essa percepção é interessante, pois vai ao encontro da análise de Mary Douglas, que chamou de inocente a percepção de noção de risco por parte das propagandas de prevenção, que partem do princípio que a população é desinformada e não tem conhecimentos dos riscos. Uma análise superficial sobre o comportamento das pessoas perante os riscos é errônea, porque deixa de levar em conta o contexto que a pessoa está envolvida, permeada de códigos morais.⁴⁴ A discussão acerca desta problemática ajudou a compreender a relação da Aids com a população e, como a prevenção passa pelo contexto cultural de cada indivíduo.

⁴³ Jornal *Jornal do Brasil*, 08 fev. 1999.

⁴⁴ DOUGLAS Apud MARTIN. Denise. **Op. cit.**

Disponível em: http://www.unifesp.br/dpsiq/polbr/ppm/atu5_03.htm. Acesso em: 22/05/08.

CAPÍTULO II

A construção do episódio nos jornais

*Florianópolis acordou, na última quarta-feira, perplexa com a constatação de que, sob sua face provinciana, escondiam-se os males das metrópoles modernas. Viu em letras da imprensa o que talvez já soubesse, mas recusava-se a expor: os vários jovens, de todas as camadas sociais, que estão envolvidos com o comércio e o consumo de drogas. E mais, a contaminação, pela AIDS, de um número ainda não definido deles.*¹⁶²

Quem disse que Florianópolis encontrava-se perplexa com a existência de um grupo de jovens usuários de drogas injetáveis? E que existia um número de contaminados pelo vírus da Aids? A citação acima foi extraída do jornal *O Estado* referente ao dia 24 de outubro, que expôs sua opinião no quarto dia de notícias sobre o episódio. Será mesmo que o caso fez a população acordar para o consumo de drogas e Aids? Pode ser possível levantar a hipótese de que a prática de consumo de drogas não incomodava a população como colocavam os jornais. A existência poderia ser tolerada, não desconhecida, como se a população estivesse com vendas nos olhos. A relação Aids e drogas foi tema constante nos dois grandes jornais diários de Florianópolis, que noticiaram denúncias sobre um grupo de jovens, do bairro Trindade, acusados de serem consumidores de cocaína injetável e, ainda disseminarem o vírus da Aids.

Trabalharei ao longo deste capítulo com a construção de um episódio conhecido como o “Pacto da morte” ou a “Gangue da Aids”, produzido por dois grandes jornais locais, *O Estado* e *Diário Catarinense*. Estes modelaram uma sucessão de fatos envolvendo esse grupo de pessoas que moravam em apartamentos no bairro Trindade, na cidade de Florianópolis, em outubro de 1987. A partir de situações que envolveram festas, o uso de drogas e prisões, os jornais construíram um episódio, com nome e enredo. As notícias e histórias sobre o episódio tornaram-se realidade presente na vida dos leitores e dos envolvidos.

¹⁶² Jornal *O Estado* 24 out. 1987, n° 22.149, opinião.

Além de perceber essa construção, foi possível, a partir da interpretação das fontes, compreender como o episódio revelou alguns aspectos sobre Florianópolis no ano de 1987. Problemas estes apresentados nos discursos dos jornais, pelas autoridades locais ligados à saúde, à segurança pública e mesmo à população. Entre esses aspectos, a Aids, o tráfico de drogas e a saúde pública.

As vozes encontradas nas fontes analisadas são caminhos que ajudam a interpretar não só como foi construído o episódio, mas também a forma como foram produzidos significados a partir do caso. Dentro de um contexto midiático, o episódio em questão, bem como a Aids, foram discursadas e disputadas pelas mais variadas falas.

Outra preocupação presente nos discursos das figuras públicas foi situar Florianópolis na rota do turismo e apresentá-la como bela, limpa e sadia. A Aids, segundo os jornais, passou a ameaçar a imagem turística da cidade, conhecida pela beleza de suas praias.

Um dos eixos deste capítulo é compreender o que este episódio revela. Tudo começou com uma denúncia, que se mostrou mais tarde fantasiosa e se transformou em um acontecimento, em que passou a ser alvo de discussões por parte das autoridades públicas de Florianópolis.

Os jornais, *O Estado* e *Diário Catarinense*, aqui utilizados, correspondem ao mês de outubro e novembro de 1987, período pelo qual analiso o auge do episódio, bem como o momento que ele desapareceu. Para tanto, irei interpretá-los acompanhando detalhadamente cada dia, de forma a perceber a sua evolução, desbravando os aspectos sociais deslanchados com a divulgação nos jornais.

2.1 Um pouco sobre o bairro Trindade na década de 1980

O bairro Trindade, contexto onde ocorreram as histórias do episódio “pacto/gangue” possui uma história de crescimento urbano ocorrido após a década de 1960. A historicidade deste bairro pode ajudar a compreender características, como a intensa transitoriedade de pessoas nos apartamentos do edifício Helsinque, bem como o fato de muitos moradores serem de outras cidades. Outro fator ligado ao desenvolvimento e crescimento das áreas urbanas, que aliás, durante o episódio passou a ter visibilidade, foram os locais à margem da cidade, como o morro do Mocotó por conta do tráfico de drogas e o envolvimento no episódio. Nesta busca por compreender estes aspectos,

será possível uma visualização da geografia social de alguns pontos da cidade na década de 1980.

Este bairro era chamado de Sub Distrito da Trindade, também conhecido como localidade Trás do Morro. Era uma antiga freguesia ocupada por açorianos desde o século XVIII.¹⁶³ Até 1960 a Trindade era um local rural, com tradições de festas religiosas e “Farra do Boi”. Com o crescimento urbano, o bairro passou a apresentar características cosmopolitas, devido às transformações urbanas ocorridas inicialmente na década de 1960. Algumas destas transformações promoveram mudanças significativas no bairro e mesmo na cidade, das quais a criação da Universidade Federal de Santa Catarina em 1962, com sua instalação na antiga fazenda Assis Brasil. E logo após, em 1975¹⁶⁴ a instalação da ELETROSUL (As Centrais Elétricas do Sul do Brasil), inicialmente localizada em Brasília, depois no Rio de Janeiro e finalmente com sua sede em Florianópolis, onde cerca de 450 funcionários vieram trabalhar e residir na cidade.¹⁶⁵ Do encontro destes funcionários advindos de uma metrópole como o Rio de Janeiro, com a população nativa, ocasionou um choque cultural, que pode ser compreendido por meio do colunista social na década de 1970, Beto Stodieck, no jornal *O Estado* em 1978. Estes funcionários eram chamados de “eletrossuis”.¹⁶⁶

Para atender as estruturas mencionadas ocorreu um investimento por meio do PLAMEG (Plano de Metas do Governo)

¹⁶³ VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina: a Ilha. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1984 apud BERNARDES, João Victor. **A Família Vidal e o processo de modernização de Florianópolis (1960-1980)**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, p. 30.

¹⁶⁴ Jornal **O Estado**, 05 jul. 1978, p. 16.

¹⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p.25.

¹⁶⁶ Trechos das declarações dos de alguns funcionários da Eletrosul em 1978 e rebatidas por Beto Stodieck em sua coluna no jornal *O Estado* em 1978. Um dos entrevistados, por exemplo, num rasgo de total superfluosidade, teve a audácia de dizer que um dos problemas fundamentais de Florianópolis é não ter sessão de cinema a meia-noite... Como se no Rio tivesse todos os dias: tem, e mesmo assim em raros cinemas, as sextas e sábados... A propósito: os Daux, preocupados, já estão pensando seriamente em sanar esse problema, instituindo a sessão das 2 da madrugada...Só pra eletrossuis... O mesmo senhor afirma, em tom de queixa, “que os cariocas dão uma educação mais liberal para os filhos, completamente diferente daqui”. No entanto, comparem o desbaratinado nível em que se encontra a decadente rapaziada da Zona Sul carioca com os da Ilha. (Dispensa-se comentários).

Uma senhora reclama que as vizinhas só lhe dão lacônico “oi” e nada mais. Até parece que no Rio as pessoas sabem quem mora em cima, em baixo, na frente ou nos lados. Agora, uma coisa todos foram unânimes em afirmar: o florianopolitano, de maneira geral, é difícil de se relacionar com o pessoal de fora – e depois desta reportagem, mais ainda.... Ver: Jornal **O Estado**, 07 set. 1978, p. 17.

iniciado em 1961, durante o governo de Celso Ramos,¹⁶⁷ para proporcionar um crescimento econômico através dos investimentos em indústrias, de melhorias nas estradas e um crescimento imobiliário, que acabou sendo desordenado e predatório.

Esse processo predatório foi estudado por Eduardo Guerini em dissertação de mestrado acerca dos impactos sócio-ambientais em Florianópolis neste período. Ele acredita que esse processo resultou de um modelo de desenvolvimento de “urbanização tardia” na economia catarinense, que ainda assumiu um processo de reprodução social excludente. Como aspectos que podem ser enquadrados como impactos ambientais, ele apontou a elevada degradação ambiental devido à baixa qualidade de serviço de saneamento e uma elevação nos preços de terrenos nas áreas mais servidas em termos de infra-estrutura, como o bairro Trindade, que relegou as populações com renda menor para as periferias da cidade.¹⁶⁸

Muitos vieram residir no bairro Trindade, como estudantes, professores de outras partes do Estado e do Brasil, para estudarem e trabalharem na UFSC, ativando a economia com a utilização de serviços locais e aluguel de imóveis. Nesse contexto imobiliário, surgiu o condomínio Europa, em 1976,¹⁶⁹ composto por um conjunto habitacional com vários edifícios, entre os quais, o edifício Helsinque, local onde foram protagonizadas as histórias do “pacto/gangue”.

Por meio dos jornais e inquérito policial é possível perceber um pouco do perfil dos moradores daquele edifício. Tratava-se de pessoas que em sua maioria vieram de outras cidades e estados, que residiam há dois anos em média em Florianópolis. Com o episódio, as reuniões naquele edifício passaram a ocorrer com mais frequência. De forma que não só questões sobre o trio de envolvidos passaram a ser tema de discussão, como também as deficiências estruturais daquele condomínio, que foram até compartilhadas pelos outros blocos. No segundo capítulo do presente trabalho foram apontadas as reivindicações feitas pelos moradores, por meio da mídia impressa local, acerca daquela localidade, como o problema da violência devido à falta de

¹⁶⁷ SCHMITZ, Sérgio. Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo PLAMEG 1961-1965. Apud BERNARDES, João Victor. **Op. cit.**, p. 21.

¹⁶⁸ GUERINI, Eduardo. **Metropolização e impactos sócio-ambientais em Florianópolis (1986-1996)**. Dissertação de mestrado em sociologia política – Universidade Federal de Santa Catarina, 2000, p. 37 a 44.

¹⁶⁹ Dado retirado da ficha cadastral de aprovação de projeto do Condomínio Europa – **acervo SUSP** (Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos).

segurança e, em consequência disso, a solicitação do fechamento do condomínio.

Segundo Duarte, dependendo das circunstâncias históricas, um bairro pode se perceber como uma comunidade. O sentimento e as experiências partilhadas definem essa construção, pouco importando as diferenças econômicas, sociais ou políticas, tendo mais peso a constituição dos valores sociais.¹⁷⁰ Essa definição pode ajudar a compreender como neste momento vários moradores dos blocos do Condomínio Europa passaram a se organizar para reivindicar melhorias nessa localidade.

Esta análise se aplica também em relação a opinião popular em cartas de leitores, que manifestavam sua revolta contra o grupo acusado. Com isso, pode-se dizer que uma comunidade se formou na tentativa de criar barreiras contra o trio. Mas este sentimento foi mutável, pois só ocorreram laços de solidariedade durante o episódio. Em fins do ano de 1987, quando os jornais deixaram de lado as histórias do “pacto/gangue”, não mais esteve nas capas e matérias, perdendo-se também essa característica de pertencimento da comunidade.

Partindo de uma análise sobre o estudo de Elias e Scotson, acerca das diferenças de poder da pequena comunidade de Winston Parva, permeadas pelas categorias “estabelecidos e outsiders”, é possível utilizá-la para perceber como em certa maneira os envolvidos no caso “pacto/gangue” foram percebidos como “outsiders”, não por serem moradores novos, mas por terem sido portadores de valores considerados desregrados, de fora, em decorrência do uso de drogas e relações sexuais. E o contato mais íntimo com estes “outsiders” poderia representar um sentimento desagradável, pois eles colocavam em risco a defesa das normas e tabus coletivos daquele grupo “estabelecido”.¹⁷¹

O morro do Mocotó como local à margem do centro de Florianópolis, teve seu desenvolvimento a partir da lógica de urbanização e modernização por volta de 1920, em Florianópolis, que seguiu o modelo do Rio de Janeiro, tendo iniciado esta dinâmica de transformações em meados do século XIX. Aqui, este processo adotou também uma lógica higienista, atribuindo aos pobres a responsabilidade pelas doenças que acometiam a população. Assim, medidas de profilaxia

¹⁷⁰ DUARTE, Adriano Luiz. **Os sentidos da comunidade**: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade cultural. Trajetos. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. I, n° 2, 2002, p. 107.

¹⁷¹ ELIAS, Norbert e SCOTSON, J.L. **Op. cit.**, p.26.

e reformas urbanas foram adotadas pelas autoridades públicas para evitar que as doenças atingissem a elite local.¹⁷²

A partir desse momento ocorreu uma divisão de espaços, de costumes e de direitos, deslocando as populações que viviam nas margens do antigo rio da Bulha, hoje Avenida Hercílio Luz, para os morros da cidade. A Avenida Hercílio Luz foi inaugurada em 1922 e, tornou-se uma espécie de linha divisória entre pobres e ricos. É certo que as condições sanitárias melhoraram, já que uma extensa área urbana ligando a baía sul, a partir do lago 13 de Maio, até a Praia de Fora, na baía norte, promoveu um melhor saneamento. O banho de mar, antes não muito praticado, passou a ser uma forma de evitar doenças, bem como, uma prática “chique” entre a elite de Florianópolis.¹⁷³

Portanto, o episódio conduziu também, a uma melhor compreensão dos espaços em Florianópolis. No que tange ao desenvolvimento do bairro Trindade, as relações sociais e, a visibilidade do Morro do Mocotó. Local este à margem, que a partir do caso, trouxe à tona uma problematização da sua formação e desenvolvimento ao longo da década de 1980.

2.2 As revelações em 21 de outubro de 1987

As histórias sobre o episódio envolveram muitas pessoas, entre as quais, as protagonistas deste enredo. A tabela a seguir traz algumas características importantes para se compreender a atuação de cada um. Ao terceiro capítulo, outras informações pessoais sobre estes e outros tantos personagens estão presentes também, pois foram parte da composição do Inquérito Policial.

As primeiras notícias sobre o episódio surgiram em Florianópolis, em vinte e um de outubro de 1987, no jornal *O Estado*, que noticiou a existência de um “Pacto da morte” formado por um grupo de “aidéticos” comprometidos em contaminar o maior número de pessoas, por meio de seringas, em sessões de consumo de cocaína. Consta nos jornais que as reuniões aconteciam no Condomínio Europa, Edifício Helsinque, bairro Trindade, nos apartamentos 821 e 841, respectivamente pertencentes aos proprietários Rosângela Corrêa

¹⁷² ROSA, Ana Letícia. AMORIM, Grazielle Regina. REIS, Antero Maximiliano Dias dos. **A modernização e urbanização na década de 20 no Brasil**. Projeto de estágio – (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

¹⁷³ FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1998.

Machado da Silva Lima, a “Zú”, João Machado da Silva Lima Neto, o “Dedinho” (casal) e Patrícia de Oliveira Bastos.¹⁷⁴

As garotas, Márcia Regina Corrêa da Silveira e Marilisa Melo residiram alguns meses, inicialmente no apartamento 841, de Patrícia e, logo depois no apartamento 821, com “Zú” e “Dedinho”. Ambas chegaram à capital catarinense no início do ano de 1987 com o objetivo de trabalharem e residirem aqui. Ao que consta nos dois jornais, Márcia trabalhou algum tempo no Hotel Cabanas, localizado na praia Mole, em Florianópolis. Lá ela conheceu Patrícia Rosana, a “Patinha”, que já era usuária de drogas. “Patinha” já freqüentava os apartamentos do trio de envolvidos e acabou levando Márcia e Marilisa para as festas realizadas nos apartamentos. Segundo as confissões de Márcia aos jornais, as festas eram embaladas por sessões de consumo de cocaína injetável, e muitas pessoas que compartilhavam a mesma seringa.

Márcia e Marilisa foram presas em dezenove de outubro de 1987, no 5º DP (Distrito Policial) do bairro Trindade sob a acusação de terem furtado objetos de seus amigos,¹⁷⁵ “Zú” e “Dedinho” que a denunciaram. Detida, Márcia chamou a atenção da polícia pelas manchas roxas apresentadas nos braços. Segundo versão do jornal *O Estado*,¹⁷⁶ diante desta observação as investigações tomaram outro

¹⁷⁴ Jornal *O Estado*, 21 out. 1987, nº 22.146, capa.

¹⁷⁵ Jornal *O Estado*, 21 out. 1987, nº 22.147, polícia, p.10

¹⁷⁶ Jornal *O Estado*, 21 out. 1987, nº 22.146, polícia, p.06.

Principais personagens do episódio						
Nome	Rosângela Corrêa Machado da Silva Lima	João Machado da Silva Lima Neto	Patrícia de Oliveira Bastos	Márcia Regina Corrêa da Silveira	Marilisa Melo	Patrícia Rosana Silva
Apelidos	“Zú”	“Dedinho”	P.O	M.R.C.S	M.M	“Patinha”
Naturalidade	Tubarão – SC	Paranavaí – PR	Criciúma – SC	Canoas – RS	Seara – SC	Florianópolis – SC
Residente	Edifício Helsinque Apto 821	Edifício Helsinque Apto 821	Edifício Helsinque Apto 841	Residiu nos dois apartamentos por alguns meses	Residiu nos dois apartamentos por alguns meses	Bairro Lagoa da Conceição Florianópolis
Idade	30	30	27	18	17	17
Estado Civil	Casada	Casado	Casada	Solteira	Solteira	Solteira
Filhos	3	3	2	-	-	-
Profissão	Do Lar	Professor	Do Lar	Manicure	-	-
Atuação dos personagens neste contexto	Usuária de drogas. Acusada e indiciada por protagonizar as sessões de consumo de cocaína	Usuário de drogas. Acusado e indiciado por protagonizar as sessões de consumo de cocaína	Usuária de drogas. Acusada e indiciada por protagonizar as sessões de consumo de cocaína	Usuária de drogas. Grande destaque por ter sido presa sob a acusação de furto. Denunciou todo o episódio à polícia e aos jornais: O Estado e Diário Catarinense	Usuária de drogas. Presa sob a acusação de furto. Denunciou todo o episódio à polícia e aos jornais: O Estado e Diário Catarinense	Usuária de drogas. Frequentador a dos apartamentos

Tabela 3: Principais personagens do episódio.¹⁷⁷

O Departamento Especializado em Investigações Criminais (DEIC) ouviu a história da garota, que por vingança ou qualquer outra

¹⁷⁷ Dados retirados do Inquérito Policial.

motivação, deu início ao caso, revelando à polícia uma trama envolvendo propagação indiscriminada de Aids, tráfico de drogas e prostituição. O depoimento da garota foi uma espécie de estopim para o caso tornar-se motivo de investigação policial, pois o jornal *O Estado* e a rádio *Guarujá* estavam por dentro de alguns rumores sobre a existência do grupo antes do caso estourar. A notícia aparece no jornal *O Estado* no dia 21 de outubro:



Figura 6: Aidéticos fazem pacto da morte e espalham o vírus em Santa Catarina.¹⁷⁸

A notícia de que “aidéticos” estavam espalhando o vírus da Aids em Santa Catarina, anunciou um comprometimento do grupo em propagar a doença. O título elaborado pelo jornal *O Estado*, não trouxe o autor da matéria, porém deu indícios de que Carlos Paniz, editor do jornal e jornalista que acompanhou o caso pode ter sido o responsável pela elaboração desta primeira apresentação sobre o fato. As primeiras notícias estiveram pautadas primeiramente nas investigações realizadas pelo jornal e a seguir pelo depoimento de Márcia à polícia.

Nesta primeira manchete já é possível perceber a dimensão que o caso ganhou, devido algumas preocupações, que se tornaram uma constante na duração do episódio. Primeiramente, o jornal contou de

¹⁷⁸ Jornal *O Estado*, 21 out. 1987, nº 22.146, capa.

maneira sucinta, na manchete, a história da existência de pessoas que se reuniam várias noites por semana, em apartamentos do bairro Trindade, em uma espécie de “pacto” para disseminarem o vírus da Aids, por meio de seringas contaminadas, aos outros participantes do grupo. O significado de pacto já se esboça nesta primeira descrição da manchete. Assim temos a idéia de “pacto”, e seu significado. Um nome que indica a formação de um grupo unido para disseminar a Aids ao maior número de pessoas possíveis. Após a descrição desta marca ao grupo, todos os envolvidos passaram a ser conhecidos pela suposta transmissão do vírus da Aids.

A segunda parte mostra como estavam sendo as investigações sobre o caso. Inicialmente realizadas pelo próprio jornal *O Estado*, por meio do jornalista que era editor, Carlos Paniz e, por um repórter da rádio *Guarujá*, Sérgio Calazans.¹⁷⁹ Em seguida, o depoimento da garota que participou das reuniões e tornou-se o elemento chave nesta trama.

A terceira parte é marcada pela atuação policial frente ao caso, que buscava como prova para incriminar o grupo o teste de HIV de Márcia. Se positivo, acreditava a polícia, teria meios legais para comprovar a veracidade das acusações feitas pela garota e confirmaria a intenção do grupo em disseminar o vírus da Aids, propositalmente. Este critério estava pautado no enquadramento do trio no artigo 131, do Código Penal Brasileiro, que diz: “Perigo de contágio de moléstia grave”. Uma das formas de incriminar o grupo se firmou na confirmação de que outros envolvidos estivessem contaminados pelo vírus da Aids.

A última parte desta manchete trouxe a dificuldade da polícia e médicos lidarem com essa relação, Aids e drogas. Nos jornais, o problema foi novo aos olhares das autoridades públicas, que se demonstraram surpresos: “Este tipo de crime apanha médicos e a polícia sem muitos recursos sobre a forma correta de enfrentar a situação”.¹⁸⁰ E ainda, o jornal apontou a complexidade em tratar dos portadores do vírus, alertando que só os pacientes de Aids que apresentavam doenças oportunistas poderiam ser internados.

Ao lado da manchete, aparece Márcia em sua primeira imagem estampada no jornal *O Estado*. Ela foi fotografada com venda nos olhos, pois o jornal adotou a postura de resguardar sua integridade física, pois estava sendo ameaçada por traficantes que ela mencionou como responsáveis pelo fornecimento de cocaína ao trio de acusados.

¹⁷⁹ Jornal *O Estado*, 21 out. 1987, nº 22.146, polícia, p.06.

¹⁸⁰ Jornal *O Estado*, 21 out. 1987, nº 22.146, capa.

De alguma forma a garota representou a prova concreta do “pacto”, e a imagem alimentou fantasias nas páginas policiais. É acima de tudo a figura de alguém que participou do “pacto da morte”, o que deu mais vivacidade às histórias que circularam sobre o grupo. É como se a história do “pacto” estivesse estampada em sua face, a começar pela venda nos olhos, que remete ao proibido, ao que não pode ser visto. O cigarro pode ser um elemento que simboliza e alimenta a imagem do uso de drogas.

Avançando a primeira reportagem, surge às primeiras notícias sobre a trama na página policial do jornal *O Estado*, com a definição: “pacto da morte”:

Pacto da morte. É disso que parece tratar-se. Uma denúncia leva a várias pessoas que, segundo *O Estado* e a rádio Guarujá conseguiram apurar, mantém-se relacionado sexualmente como se fossem sádios e compartilham a mesma seringa com outros viciados. Uma outra ponta desse iceberg apareceu quando M. foi presa. Nesse momento a polícia chegou ao mesmo ponto a que a denúncia inicial levou. E hoje poderá obter o instrumento legal necessário para interromper o “pacto”.¹⁸¹

A definição trouxe a idéia de pacto um sentido “suicida”, como se o grupo estivesse tentando “carregar” outros para a morte. Márcia assumiu um personagem determinante nesta trama. Graças a ela, o “pacto” poderia ser finalmente interrompido, pois ela caracterizava o instrumento que legitimava a acusação de propagação do vírus da Aids. As falas são ativadas pelo jornal para descrever as supostas reuniões, que foram utilizadas para mostrar seu lado vítima desta história.

¹⁸¹ Jornal *O Estado*, 21 out. 1987, nº 22.146, polícia, p. 6.



Figura 7: M. foi presa sob a acusação de furto e acredita ter contraído Aids com o grupo que fez pacto da morte.

Algumas falas da garota na primeira reportagem do jornal *O Estado*,

A Zu mora junto comigo e a Patinha [...] A Zu é que sabia que estava com AIDS, confirmado e não me avisou de nada. Inclusive eu me piquei com uma agulha com sangue dela. Injetei quase 3 ml de sangue dela misturado com cocaína nas minhas veias. [...] Tem para mais de 30, vêm de tudo quanto é lugar. Maconha é fichinha. A sessão começava às 10h da noite todos os dias. Nós íamos até às 6 da manhã. [...] Mas não consigo entender, ela continua passando a grinfa (seringa) dela para todo mundo. Ela sabia e continua a passar [...] Os vizinhos viam. Fizeram abaixo-assinado para tirar ela, mas não conseguiram, talvez porque ela tem filhos. [...] Uma menina de sete anos que ela tem, uma menina de seis que pedia pelo amor de Deus que tirasse elas dali, porque não agüentava mais o ambiente. [...] Eu sou uma viciada, estou tentando sair, ou pelo menos procurando ajuda para sair.

A cada trecho de sua fala uma revelação. Seja descrevendo como ocorria a utilização da mesma seringa, seja mostrando-se vítima. Em nenhum momento o jornal relatou como foi o furto realizado por Márcia. Com essa situação, Márcia conseguiu transferir o foco da polícia para outro caminho.

Uma vez revelado este acontecimento extraordinário, falas pertencentes à esfera pública foram ativadas para explicar o caso. Ainda nas primeiras páginas policiais de *O Estado*, o delegado Bado, (Antonio Abelardo [Bado]) se queixou da polícia não ter instrumentos legais eficazes para agir contra o grupo, como uma espécie de justificativa pelo que acreditava ser uma impotência da polícia ao lidar com algo novo.

Em se tratando da Aids, ainda nesta primeira reportagem, a fala de um médico foi ativada para responder sobre o caso. Assim, o médico epidemiologista, que acompanhava os pacientes com Aids em Santa Catarina, declarou que não tinha conhecimento sobre o fato. Na forma de tratar o caso, o médico descartou uma postura punitiva com pacientes de Aids, e aconselhou que a educação era o melhor caminho para evitar situações como esta. Declarou também que o DSP (Departamento de Saúde Pública) da capital, segundo estatísticas, observou uma preocupação dos bancos de sangue e laboratórios hospitalares em notificarem casos de Aids ao hospital.

O episódio permitiu traçar a maneira pela qual os órgãos ligados à saúde estavam trabalhando com os casos de Aids em Santa Catarina. Assim abriu-se um leque de outras questões que se tornaram motivos de discussão. É expressivo neste caso, não apenas uma percepção maior do funcionamento da saúde nas questões relacionadas à Aids, mas acima de tudo os problemas enfrentados ao lidar com uma doença nova.

Em todas essas falas é como se as autoridades públicas tivessem uma obrigação de responder em relação ao caso de imediato. Inicialmente, eram reclamações isoladas de moradores, investigadas por profissionais da comunicação. Até que o caso todo veio à tona por meio da acusação de Márcia. Interpreto, com base na análise dos jornais, que o episódio foi desde uma construção dos jornais até uma forma de discutir os problemas sociais de Florianópolis em 1987.

2.3 A dimensão do episódio em 22 de outubro de 1987

No dia 22 de outubro de 1987, o jornal, *Diário Catarinense* batizou o grupo, como “Gangue da Aids”¹⁸² e, as reportagens seguintes passaram a tratá-los com essa denominação. O jornal publicou o diário de Márcia e imagens do trio de envolvidos, bem como acusados, o que

¹⁸² Jornal **Diário Catarinense**, 22 out. 1987, nº 539, capa.

se tornou um diferencial em relação ao jornal *O Estado*, que não apresentou o caso desta maneira.



Figura 8: Garota comprometida com a Gangue da Aids conta tudo.



Figura 9: M.R.C.S., 18 anos: Estou com essa doença e quero avacalhar com o mundo

O *Diário* mostrou Márcia por completo na capa do jornal. E de uma maneira mais intrigante, pois expôs não só sua imagem por inteiro, como também uma legenda de sua fala, e confirmou a idéia de transmissão do vírus da Aids de maneira proposital. Para se diferenciar de *O Estado*, os envolvidos foram definidos como uma “ganguê”, em que o sentido remete aos grupos que praticam algum delito. O termo ainda carrega a idéia de desvio por parte desses jovens. No livro *Outsiders*, Howard Becker¹⁸³ analisou o sentido do desvio como sendo uma qualidade que não reside no comportamento em si, mas na relação entre as pessoas que cometem um ato e aquelas que reagem. Essa definição ajuda a compreender como os jornais tentaram de alguma forma provocar a idéia de que estes jovens eram infratores, dotados de comportamentos que infringiram as regras da cidade.

Na capa do *Diário*, o título “Garota comprometida com a gangue da AIDS conta tudo”, trouxe a promessa de que história da “ganguê” seria revelada nas páginas policiais. Nesta mídia impressa, Márcia também apareceu com venda nos olhos, como forma de resguardar sua integridade física diante dos leitores, e principalmente, dos traficantes denunciados.

A tarja preta parece ter hipnotizado o leitor, que buscou uma identidade na garota. Principalmente quando se trata de uma pessoa que simbolizou toda uma história envolvendo substâncias ilícitas e uma doença. Foi pela busca do doente de Aids que olhares foram conduzidos a tentar revelar essa identidade, pois a pessoa doente deveria ter uma determinada aparência. Em 1987 o portador do vírus da Aids já tinha sua imagem associada a de uma pessoa muito magra, um dos sinais fortes que caracterizou a doença. A imagem, juntamente da legenda, ainda conduzem nosso olhar para uma comprovação de que ocorrera o “pacto/ganguê” e que as mulheres foram as grandes protagonistas. Márcia contribuiu para dar vivacidade às histórias, não só pelos seus relatos obtidos no diário, mas também pelas imagens reunidas que, a todo o momento, carregava de significado a idéia de mulheres promíscuas, drogadas e prostituídas que desejaram espalhar a Aids a outras pessoas.

Na primeira publicação sobre a “ganguê” este jornal elaborou uma longa reportagem sobre o episódio, devido às novas revelações que o caso ganhou no dia 22 de outubro. De qualquer forma, podem-se notar algumas diferenças em relação ao *O Estado*. Foram duas páginas reservadas para as falas de Márcia e seu diário pessoal, bem como

¹⁸³ Becker, Howard Saul. *Op. cit.*, p. 21.

títulos e subtítulos construídos no sentido de mostrar o comprometimento do grupo em disseminar o vírus da Aids. Foi destaque nesta edição, os nomes dos profissionais responsáveis por cobrirem o caso: “Trabalharam nesta cobertura os repórteres Luís Carlos Ferrari, Almir Casimiro, Rubens Lunge, Norberto Vieira e Mauren Pinto, diagramação de Luiz Acácio de Souza; Coordenação e edição de Sérgio Bueno, Vitor Louzado, Paulo Goeth e Zuba Coutinho”.¹⁸⁴

No segundo dia do caso, o jornal *O Estado*, apesar de algumas diferenças apresentadas, também reservou duas páginas para tratar do assunto. Trazendo a capa:



Figura 10: Polícia indicia dois aidséticos.¹⁸⁵

A manchete trouxe a informação de que Rosângela, João Machado e Patrícia foram indiciados para responderem o inquérito policial, sob a acusação de propagarem o vírus da Aids intencionalmente para outras pessoas. A noite do dia 21, quando o caso já era público, os moradores do Edifício Helsinque, segundo o jornal, chamaram a polícia por estarem assustados com a “presença de viciados e aidséticos no prédio”. Acima, a imagem da segunda visita da polícia ao Edifício, já que a primeira foi na manhã do dia 21 quando o trio foi indiciado.

A presença da polícia, segundo as declarações da moradora R.S.,¹⁸⁶ assustou os moradores, pela quantidade em que eles se

¹⁸⁴ Jornal *Diário Catarinense*, 22 out. 1987, nº 539, p. 18 e 19.

¹⁸⁵ Jornal *O Estado*, 22 out. 1987, nº 22.147, capa.

¹⁸⁶ S.R. *Entrevista concedida a Grazielle Regina de Amorim*. Florianópolis, 21 de setembro de 2006.

encontravam e por estarem armados. Em entrevista realizada em 2006, R.S. relembra as circunstâncias da batida policial,

Quando todo mundo viu a polícia chegar, invadir aqui, quem tava dentro não saía, quem tava fora não entrava, 07:30 da manhã isso! A sorte que eu consegui, porque eu tinha escutado no rádio, porque tava dando no rádio uma coisa, não propriamente que a polícia tava aqui, que ia chegar, mas eu tava escutando porque tinha acabado de ligar. E a polícia que tinha denunciado, que não sei o quê, o quê. E quando eu saí, aí, eu desci, o marido da vizinha, lá do 24 desceu também. Daí a gente desceu junto, daí que eu comentei com ele, que eu tinha escutado isso na rádio. Foram descendo porta fora, era carro da polícia, tudo armado, e nos se mandamo né, não paramos. Se tivesse parado não saía, né! E eu na época trabalhava, tinha horário pra entrar, e eu que tinha a chave de três lojas, então não podia ficar com as chaves. A gente se mandou. Daí, mas revistaram o apartamento deles. A Patrícia era tão debochada, ela ria depois, porque o que ela tinha de drogas em casa ela jogou no bacio e deu descarga. Acharam nada!

A ação da polícia descrita pela moradora foi determinante para ocorrer a criminalização do grupo por parte dos moradores. O comportamento do trio de acusados passou a ser intolerável pelos outros moradores do edifício Helsinque. Nesse sentido, não só a ação da polícia contribuiu para o crescimento dessa intolerância, como também a divulgação por parte da mídia impressa da capital. E ainda, quando perguntei à moradora como foi a reação dela quando leu os jornais e todas aquelas denominações, a mesma respondeu: “E daí que saiu esse negócio da Aids, que eles falaram que é verdade, não sei, mas comentários a gente escutava. E aí depois que a coisa estourou nos jornal que a gente ficou sabendo de muita coisa que a gente não sabia”. Com a publicação do caso e a ação da polícia, o comportamento do trio de acusados deixou de ser tolerado para ser algo criminalizado, provocando ainda, o medo da possibilidade de contágio do vírus da Aids. Foi a incerteza em relação ao contágio que alimentou o medo.

Voltando ao *Diário*, segundo a matéria: “Risos e medo no círculo da morte”, Márcia foi o pivô da trama que trouxe à tona as

histórias sobre a “ganguê”, do qual foi participante, mas também foi representada como “capricorniana tranqüila e bonita”, que falou mansamente com o interlocutor ao realizar suas declarações. Márcia foi a personagem construída pelo *Diário* nesta trama que participou da suposta “ganguê” e se arrependeu,

Senti vontade de passar esta doença a outras pessoas, mas agora penso que é loucura e que todos devem saber o que significa isto. Não foi porque ‘dedurei’ todos os envolvidos que falo isto, mas para que estas pessoas sejam salvas e outras impedidas de entrar no círculo da morte.¹⁸⁷

Em “Sedução macabra no Hang Loose”, um contexto envolvendo a trajetória de Márcia foi exposto de maneira a justificar seu envolvimento com as drogas, “Em Canoas, já fumava maconha e cheirava lança-perfume com os meus colegas do Colégio Cristo Redentor, mas não conhecia o ‘brilho’ (coca). E foi com entusiasmo que ela ingressou nos sonhos da droga [...]”.

Na mesma matéria, a garota descreveu todo envolvimento com a “ganguê” e com os traficantes que forneciam a cocaína nos cinco meses que residiu no Edifício Helsinque,

No primeiro contato que manteve com o grupo de viciados, ela conheceu “Junior da Auto Escola”, “Patinha” e Márcia. Em data que não lembra, a garota assegura que mais de 30 gramas do pó foram consumidos. Depois da primeira vez, no apartamento de Patrícia, foi apresentada aos traficantes do Morro do Mocotó, que freqüentavam com assiduidade o local. “Doi”, “Tito”, Hercílio. Hamilton, “Baleia”, “Pinça” e Anézio são nomes que M. não esquecerá, pois eram eles que “faziam a presença” (colocavam a droga à disposição dos viciados) sem cobrar.

Em meio às revelações, a garota ainda afirmou preocupação com paulistas e gaúchos, que, segundo ela, mantiveram relação sexual com suas amigas durante o *Hang Loose Pró-Contest de Surf* na praia da Joaquina, em setembro de 1987. Mais do que uma preocupação com a disseminação do vírus da Aids é interessante observar a maneira que o

¹⁸⁷ Jornal *Diário Catarinense*, 22 out. 1987, nº 539, p. 18.

relato de Márcia foi articulado pelo jornal. É perceptível como as mulheres foram postas como responsáveis por uma possível disseminação do vírus da Aids e os “paulistas e gaúchos” que frequentaram o campeonato de *Surf* foram vítimas destas mulheres. Howard Becker salienta que “[...] algumas regras são impostas somente quando resultam em certas conseqüências”.¹⁸⁸ Isso quer dizer que para os homens que se envolveram com essas mulheres “infratoras” eles pouco sofreram algum tipo de censura social, pois são elas responsáveis por carregarem o comportamento ilícito, seja pelo sexo ou pela drogas.

O episódio ajuda a compreender também um pouco sobre as sociabilidades entre estes jovens, que morando juntos, dão indícios de uma lógica de “República”, onde é possível ficar por um tempo, ora em um apartamento, ora em outro, a exemplo de Márcia e Marilisa, que moraram com Patrícia e logo depois com o casal, “Zú” e “Dedinho”. O bairro Trindade, desde a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina na década de 1960, tornou-se um bairro predominantemente de estudantes. Esta é até hoje uma forte característica do bairro que abriga uma grande quantidade de estudantes da UFSC, que alugam imóveis enquanto necessitam estudar na capital. As garotas envolvidas no caso não eram de universitárias, porém compõem esse perfil jovem. A Trindade representava para cidade esse perfil de ser composto pelos “de fora”. Os próprios protagonistas desta trama eram de fora, a observar pela tabela exposta no início do capítulo. Rosângela era natural de Tubarão – SC, João Machado de Paranavaí – PR, Patrícia de Criciúma – SC, Márcia – RS e Marilisa de Seara – SC.

¹⁸⁸ Becker, Howard Saul. **Op. cit.**, p. 20.



Figura 11: Vizinha diz que é tudo uma fantasia.¹⁸⁹

A indiciada Patrícia foi fotografada numa pose que sugere certa revolta em relação ao caso. Logo abaixo, a legenda: “Não segurou a barra”. O *Diário* expõe os envolvidos na “gangue” de maneira a remontar uma realidade. Neste caso, a imagem de Patrícia sugere que ela estava revoltada com todas as acusações feitas por Márcia. O *Diário* explorou as histórias sobre o episódio bem mais do que *O Estado*, ao detalhar e juntar todas as situações que descreviam a trama. Os jornalistas realizaram uma espécie de jornalismo investigativo, pois deduziram situações, como a que discordam da entrevistada.

O seu Elói esteve aqui. Podem perguntar para ele. Nada foi encontrado aqui com relação a picadas, defende-se a moradora do 841. A visão do interior do apartamento, no entanto, é deprimente”. Uma das portas arrombada e há um quarto completamente desarrumado, onde pedaços de pão jogados no chão se misturam às roupas de crianças.

¹⁸⁹ Jornal *Diário Catarinense*, 22 out. 1987, nº 539, p. 18.

A descrição indica que o visto por ele não condiz com o relato de Patrícia. Ele ainda foi além ao observar objetos e deduzir situações, “Sobre um móvel, uma gilete bastante usada, fabricada na Alemanha, provavelmente utilizada no preparo da coca antes de ser cheirada”.

As reuniões de moradores no Edifício Helsingue passaram a acontecer com mais frequência quando o caso estourou. A dimensão que o caso ganhou obrigou os moradores a tomarem uma providência.



Figura 12: Caça à gangue da AIDS.¹⁹⁰

Na matéria principal, novamente a imagem de Márcia com os olhos vendados, segurando um cigarro e abaixo a legenda trazendo um desabafo retirado do seu diário: “Hoje eu quero passar AIDS para todo mundo”. Na manchete, mais uma das revelações: “Com o objetivo de disseminar o vírus e obter dinheiro para cocaína, garotas fizeram programas com pessoas conhecidas na cidade”. Novamente, o jornal utilizando o recurso da promessa de mais uma revelação sobre o grupo, além de sugerir que pessoas conhecidas, logo públicas, foram alvos das garotas. De novo, a idéia de passividade/vítima aos que se relacionavam com o grupo do “pacto/gangue”. Assim, ao grupo, somaram-se a acusação de disseminação do vírus da Aids através de relações sexuais.

¹⁹⁰ Jornal *Diário Catarinense*, 22 out. 1987, nº 539, p. 18-19.

Márcia afirmou que muitas adolescentes de 14 a 17 anos faziam programas a fim de comprar drogas e que utilizavam o apartamento do casal acusado para usar a droga e, quando acabava tratavam logo de realizar outros, sendo muitos com “senhores idosos, alguns pessoas ilustres cidade”.

Interpreto que acima de qualquer deslize moral naquela sociedade, aqueles homens ainda deveriam ser lembrados como homens de algum respeito. Fica a idéia de terem sido vítimas daquelas mulheres, que mesmo em meio a um escândalo, não deixaram de serem pessoas importantes. A equipe de jornalistas que acompanhou e escreveu o caso no *Diário* utilizou a categoria “ilustres homens” ao que parece como forma também de provocar alguma expectativa no leitor sobre a identidade deles. É perceptível como mesmo ocupando duas páginas do jornal com vários desdobramentos sobre o caso, a edição do *Diário* não revelou todo o caso no dia 22 de outubro.

O propósito desta idéia pode ser percebido por meio da identidade não revelada das pessoas que freqüentavam os apartamentos dos acusados e pelo diário de Márcia, que foi dividido em partes, assemelhando-se a um enredo de novela.

A construção da idéia de doença aconteceu como algo que estava “invisível” ao mesmo tempo em que se buscou determiná-la em rostos/camada social. A cada edição dos jornais se construía o perfil do doente de Aids, aquele/a que possuía uma conduta moral desviante das regras sociais, pois carregava o estigma do uso de substâncias ilícitas e posturas sexuais reprováveis. O termo, “ilustres homens”, utilizado pelo *Diário* demonstra ainda que certas regras foram aplicadas mais para algumas pessoas do que outras.¹⁹¹ Pela lógica, tanto as mulheres envolvidas na “ganguê” quanto os homens que se relacionaram com elas, infringiram condutas sociais, por terem sido “promíscuos/as”. No entanto, apenas as mulheres foram acusadas de terem sido as

¹⁹¹ Segundo Howard Becker, o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas que as outras. O autor trouxe o exemplo de um estudo sobre a delinqüência juvenil em que meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis. No caso dos envolvidos na “ganguê” não se tratava nem de serem de “classes baixas”, porém foram caracterizados como pessoas inferiores por serem usuários de drogas e considerados “promíscuos”. De qualquer forma o termo “ilustre homens” elevou a importância daqueles homens que se envolveram com as mulheres da “ganguê” e que conseqüentemente as conduziu a uma categoria inferior. Ver: Becker, Howard Saul. **Op. cit.**, p. 25.

propagadoras da desordem e de carregaram o perigo de contágio do vírus da Aids.

Outro termo que merece destaque do *Diário* foi “Arrebataram jovens e atrair”, ao descrever como as garotas agiam na praia da Joaquina no Campeonato de *surf Hang Loose Pró Contest*. Novamente a imagem de que as garotas eram culpadas, de provocarem e de seduzirem estes homens, fazendo estes caírem como presas fáceis.

A publicação da primeira parte do diário de Márcia alimentou mais a idéia em torno da “ganguê”, seja por meio das informações acerca das festas, como do forte sentimentalismo que colocavam Márcia como a garota vítima das drogas e de traficantes. A atividade da “ganguê”, diferente do “pacto” era mais diversificada, pois envolvia uma pluralidade de sujeitos: garotas de programa viciadas e de vítimas não só de outros usuários, mas também “homens ilustres”, jovens surfistas, etc.

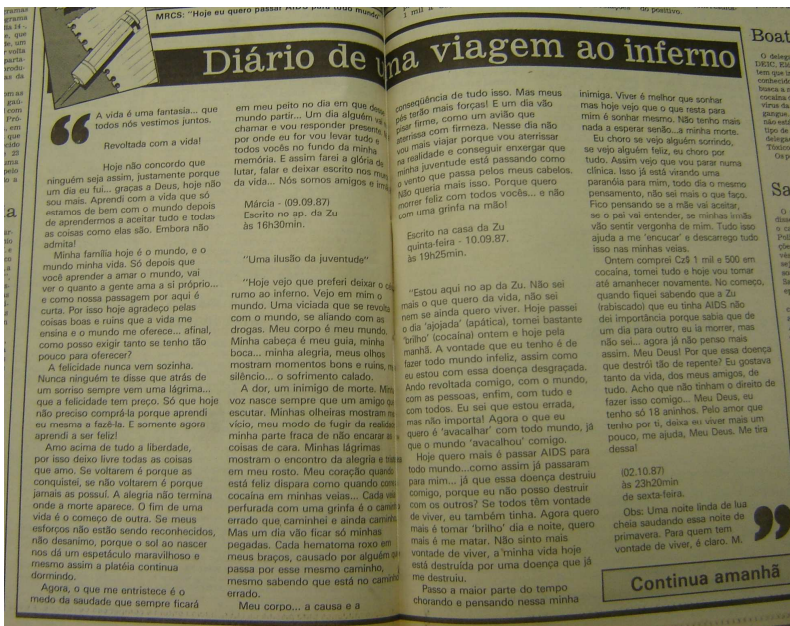


Figura 13: Diário de uma viagem ao inferno.¹⁹²

As acusações de Márcia acerca da intenção do grupo foram legitimadas pelas declarações de revolta, transcritas no Diário:

¹⁹² Jornal *Diário Catarinense*, 22 out. 1987, nº 539, p. 18-19.

Estou aqui no AP. da Zu. Não sei mais o que quero da vida, não sei nem se ainda quero viver. Hoje passei o dia ‘ajojada’ (apática), tomei bastante ‘brilho’ (cocaína) ontem e hoje pela manhã. A vontade que eu tenho é de fazer todo mundo infeliz, assim como eu estou com essa doença desgraçada. Ando revoltada comigo, com o mundo, com as pessoas, enfim, com tudo e com todos. Eu sei que estou errada, mas não importa! Agora o que eu quero é ‘avacalhar’ com todo mundo, já que o mundo ‘avacalhou’ comigo.

Como as imagens, as confissões de Márcia ao *Diário*, contribuíram também para dar vivacidade à “ganguê”. Alimentaram o imaginário de quem lia, pois em meio a desabafos a garota descreveu como eram feitas as festas nos apartamentos dos envolvidos, bem como mencionou nomes de traficantes que forneciam cocaína ao grupo. O *Diário* explorou e o transformou quase que em uma novela, pois ao final do diário colocou: “Continua amanhã”, e novamente utilizou o recurso da promessa de novas revelações. Interessante que os leitores não parecem ter questionado a autenticidade do diário, quando tiveram espaço para se manifestarem sobre o caso.

A descrição inicial da matéria sobre a ação policial na captura dos traficantes do morro do Mocotó é mais um dos indícios de como o caso ativou as autoridades públicas. É possível saber, por meio das descrições, como agiram diante deste caso e que poder eles tiveram sobre os envolvidos. Com as revelações sobre o tráfico, o bairro Trindade não foi o único a ganhar a atenção, pois o morro do Mocotó passou a ser lembrado como local das mazelas da cidade. Quanto à voz da polícia, estes ganharam nesta trama o papel de combater o crime e de livrar o mal de Florianópolis.

Segue a operação montada pela polícia para encontrar os traficantes envolvidos no caso, tal como descrito no *Diário Catarinense* de 22 de outubro de 1987:

Com 70 homens da Polícia Militar e 35 do DEIC (Departamento Especializado em Investigações Criminais), a polícia cercou o Morro do Mocotó, Centro, no início da manhã de ontem, para prender alguns traficantes que estavam vendendo cocaína aos moradores do apartamento 821, do Edifício Helsing, na Trindade, João Machado, o “João Dedinho”, Rosângela Corrêa, a “Zú”, e

Patrícia de Oliveira, 27 anos. Eles são possíveis portadores do vírus da AIDS e estariam disseminando propositalmente a doença, com o objetivo de contagiar o maior número possível de pessoas.¹⁹³

Nesta ação policial 19 traficantes foram presos por fornecerem cocaína ao grupo do Edifício Helsinque, entre eles:



Figura 14: Traficantes Sidnei, Amilton, Hercílio e Sérgio, presos no Morro do Mocotó.

Com a prisão dos traficantes um novo problema emergiu a partir da “gangue”: a preocupação dos policiais em lidarem com usuários de drogas. Na matéria: “Contágio amedronta os policiais”, agentes policiais declararam o medo de serem contaminados por “toxicômanos” como eram chamados nas ocorrências atendidas. Segundo o agente, Eduardo Akira: “A polícia passará a ser um grupo de risco se não for protegida”. Ele declarou ao *Diário* sua insatisfação em não receber adicional de insalubridade e ao fato da instituição não ter materiais necessários para lidar com usuários de drogas injetáveis. Assim ele fez um desabafo ao jornal: “A gente coloca a mão em toda espécie de pessoas e quando vai se fazer uma revista é comum encontrar giletes e outros objetos cortantes nos bolsos de marginais, isso quando não flagramos o viciado se aplicando e ele nos agride com a própria agulha”. O agente não falou da “gangue”, o episódio neste ponto foi uma forma

¹⁹³ Jornal *Diário Catarinense*, 22 out. 1987, nº 539, p. 19.

de pensar sobre as condições de trabalho, talvez antes não refletidas, mas também de reforçar a “histeria” que o caso traria à tona.

Outra voz foi a do delegado Luiz Carlos dos Santos, um dos responsáveis pela abertura do inquérito policial; que pela primeira vez falou ao *Diário* como foram enquadrados o trio de envolvidos nas histórias que envolveram propagação do vírus da Aids. Para provar a existência e comprovação de crime, os envolvidos foram inicialmente enquadrados em dois artigos do Código Penal Brasileiro datado de 1940. O “trio de aidéticos” foi enquadrado no artigo 131, que diz: “Perigo de contágio de moléstia grave”, com pena de Cz\$ 1mil a 20 mil pela falta de uma legislação específica. Na fase judicial, os envolvidos poderiam ser enquadrados no artigo 267 do CP, “Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos”. A polícia teria 30 dias para concluir o inquérito e neste tempo aguardava os exames de Márcia e Marília para decretarem a prisão do trio. Outra questão surgida foi como lidar com a construção de um novo crime: a intenção dolosa em propagar o vírus da Aids, no qual o Código Penal de 1940 não tinha uma legislação específica. Essa questão judicial foi o grande impasse para o caso ser solucionado e será discutida no terceiro capítulo sobre o Inquérito Policial.

Paralelo às investigações da “ganguê”, ainda em 1987, a polícia, tentando controlar a suposta disseminação do vírus da Aids, decidiu vistoriar as boates e casas de prostituição em busca de usuários de drogas e mulheres apontadas como participantes do grupo. A operação estava sendo coordenada pelo delegado da Polícia Civil e diretor do DEIC, Elói Gonçalves de Azevedo, que também reclamou que a polícia estava enfrentando um novo tipo de crime. As batidas passariam a ser realizada com frequência, segundo o delegado: “A Operação Veraneio deste ano se preocupará também com a disseminação do vírus da AIDS e as nossas ‘batidas’ em boates e zonas de meretrício visam combater a doença, afastando pessoas doentes da comunidade”. Essa medida pode ser um exemplo de como um ato dado como desviante pode variar em determinados momentos, pois tal medida apenas teve anseio em ser enérgica no verão. Após a publicação do caso “ganguê” foi que “usuários de drogas” passaram a ser apontados com mais ênfase na categoria de “desviantes” de uma regra social. Existem variações de tempo na forma de tratar uma conduta como desviante. A hipótese deve-se ao fato de em determinados momentos campanhas serem deslançadas por agentes da lei para atuar contra tipos

de desvio que incluem jogos de azar, vício em drogas ou homossexualidade.¹⁹⁴

Se a polícia de um lado estava agindo com medidas para barrar a ação dos “aidéticos”, de outro tivemos as autoridades de saúde, que esperavam oficialmente uma notificação da polícia civil acerca da intenção de um grupo em disseminar a Aids. O secretário da saúde de Santa Catarina, Martinho Ghizzo, reclamou de ter tido conhecimento do caso apenas por meio da imprensa. Esperava o secretário que, após uma comunicação e identificação das pessoas envolvidas na “ganguê”, o DSP poderia realizar um levantamento epidemiológico das pessoas envolvidas, seja direta ou indiretamente, e submetê-las a exames anti-Aids. O desconhecimento do número de pessoas infectadas também fez a secretaria da saúde pensar em medidas que mostraram a dimensão que o caso ganhou. O diretor da Vigilância Epidemiológica do DSP, Antônio Miranda, junto da diretora Clair Castilhos levantaram a possibilidade de que se comprovado o envolvimento de pessoas de outros estados, os órgãos desses locais também seriam avisados para tomarem as medidas necessárias. Nessa descrição é possível compreender algumas características de como neste caso agiram os órgãos de saúde e perceber os discursos, como também as hierarquias presentes naquele momento.

Alguns fatos mereceram naquele contexto serem lembrados, como o descrito na matéria ainda no dia 22 de outubro no *Diário*, “Perigo ronda penitenciária em SC”. A história voltou a ser lembrada por conta do pânico que gerou. Um preso chamado de “Murruga”, na época preso há nove anos, se envolveu com uma mulher, que morreu em 1986, de Aids. Segundo o jornal, Vânia da Silva Walter, que residia no bairro Capoeiras, foi a primeira mulher em Santa Catarina a morrer de Aids. Ela era usuária de drogas injetáveis e seu corpo não foi examinado pelo Instituto Médico Legal. A morte da mulher provocou pânico e uma carta anônima chegou a ser enviada ao *Diário* da penitenciária. “Murruga” e outros presos que tiveram contato com ele, foram submetidos a exames, que deram negativo. Ao se deparar com este problema o coordenador das Organizações Penais, Rogério Rupp declarou que o centro Hemoterápico Catarinense não tinha condições de realizar os exames em 500 presos.

Nota-se um deslocamento do grupo de risco de exclusivamente homossexual para usuário de drogas, desfazendo a idéia

¹⁹⁴ Becker, Howard Saul. *Op. cit.*, p. 25.

de doença “gay”. Com as notícias construídas pelos jornais de que muitas pessoas poderiam estar contaminadas pela “ganguê”, houve uma tentativa de controle dos portadores, revelando uma tensão entre liberdades individuais e políticas públicas. Lembrando que as políticas voltadas à prevenção da Aids passaram a agir com maior atenção em 1987, ano em que o GAPA se firmou como uma ONG em Florianópolis, pois passou não só a agir com mais autonomia, como também acompanhar as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde.

O Jornal *O Estado* no segundo dia, 22 de outubro, fez revelações sobre o grupo, denominado como “pacto da morte”, publicando também a imagem dos traficantes do morro Mocotó, presos por serem os fornecedores de cocaína ao grupo da Trindade, mas não colocou os nomes dos mesmos, como fez o *Diário*.



Figura 15: Os quatro indiciados como traficantes, presos ontem no Morro do Mocotó.¹⁹⁵

Na matéria: “Aidéticos detidos e indiciados criminalmente”, trouxe toda a descrição de como Márcia foi presa, de como Rosângela, João Machado, e Patrícia foram indiciados, além das declarações das autoridades policiais. O delegado Elói, apontou que cerca de 600 pessoas no estado poderiam estar contaminadas.¹⁹⁶ Especulação esta que

¹⁹⁵ Jornal *O Estado*, 22 out. 1987, nº 22.147, polícia, p. 10 e 11.

¹⁹⁶ Jornal *O Estado*, 22 out. 1987, nº 22.147, polícia, p. 10.

ajudou a aumentar o clima de “histeria” sobre o perigo de contaminação do vírus da Aids.

O jornal *O Estado* fez questão de registrar que foi a sua equipe a primeira a investigar o caso e publicar toda a denúncia,

No dia 8 deste mês, uma quarta-feira, à noite, chamados por alguém que exigia não ser identificada, Sérgio Calazans da Rádio Guarujá e Carlos Paniz de **O ESTADO**, foram chamados para ouvir a história de uma pessoa sobre o caso que envolvia drogas e Aids. Ela estava apavorada, com medo e contava histórias de pacto da morte, seringas contaminadas sendo passadas de mão em mão e muitos outros fatos que, além de assustarem, exigiam uma apuração jornalística [...]. Depois de mais de dez dias de investigação, o jornal **O ESTADO** publicou com exclusividade, o início da história, que começava a ser desvendada pela polícia a partir da prisão feita no início desta semana.

Se de um lado o *Diário* publicou o diário de Márcia, de outro tivemos *O Estado* com a revelação de como tudo começou. As declarações de Patrícia também fizeram parte desta mesma edição de *O Estado*, e sua imagem que foi exposta, com o diferencial de estar com os olhos vendados e o nome abreviado,

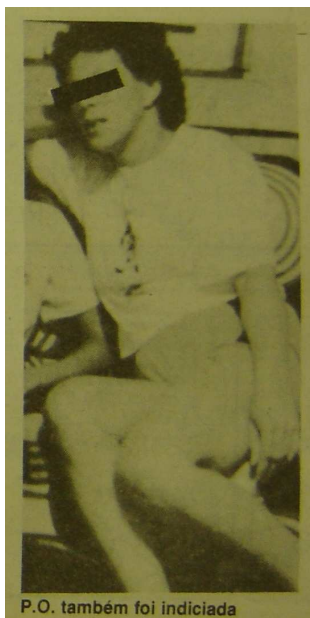


Figura 16: P.O. também foi indiciada

Como no *Diário*, ela contestou a versão de Márcia, declarando que a garota estava se vingando por ter sido denunciada por furto e contou um pouco da trajetória de Márcia. Uma mesma observação foi posta neste jornal, a respeito do apartamento como desarrumado, sendo que o diferencial foi que o jornalista de *O Estado* embora também tenha reconstruído os fatos, não ficou tentando remontar uma realidade “teatral” como fez o do *Diário*.

A vizinhança também passou a se incomodar mais com as movimentações dos apartamentos 821 e 841. Em “Vizinhos temem a contaminação”, referente a este dia 22 de outubro, foram publicadas algumas falas de moradores que declararam o medo de contaminação e que há dois anos notavam as festas. Inicialmente, segundo um morador, os dois apartamentos chamavam atenção pelo forte cheiro de maconha. Depois de algum tempo o cheiro desapareceu e os moradores concluíram que eles tinham “mudado para coisa melhor”. Com a divulgação da imprensa, as reuniões que antes incomodavam pelo cheiro e barulho, tornaram-se uma ameaça aos moradores, que os passaram a ver como um “pacto” ou “ganguê”,

Alguns moradores do edifício Helsink – o mesmo em que mora R.C., estão preocupados com o caso: “isso aqui está um pânico e ninguém mais tem sossego sabendo que existe o risco de contaminação”, afirmou um deles. Ontem à noite realizou-se uma reunião entre os moradores do condomínio – 16 famílias ao todo. Um outro morador que também não quis se identificar disse que a proposta é de **Zu, Dedinho** e os filhos se mudem para outro lugar.

Percebe-se que enquanto os moradores tinham conhecimento apenas do uso de drogas pelo trio, eles toleraram aquela situação, porém quando se tratou de uma doença, que 1987 era sinônimo de morte, aliás carregada de punição pela ligação com o sexo e drogas, essa convivência passou a estar ameaçada.

A questão de conviver com portadores do vírus em 1987, preocupava as autoridades públicas de Florianópolis. A partir de um exame anti-Aids feito por Márcia, solicitado pela polícia, outras questões emergiram além das histórias do “pacto/gangue”, ocorrendo uma espécie de jogo de responsabilidades entre as autoridades responsáveis pelo assunto. Ainda na reportagem do dia 22, no jornal *O Estado*, uma página foi dedicada às discussões sobre como lidar com os portadores do vírus da Aids. Assim segue o título: “Vírus pode levar seis meses para ser detectado”.¹⁹⁷ O alerta partiu inicialmente do diretor da Comissão Interinstitucional de Combate à Síndrome em Santa Catarina, Jorge Tramujas, que levantou a possibilidade de um “falso negativo” no teste de Márcia, já que o vírus da Aids pode levar até seis meses para ser detectado pelos exames existentes. Apenas quando a pessoa portadora era atingida por alguma infecção oportunista é que os órgãos ligados à saúde tomavam maior conhecimento. Também não existia um acompanhamento das pessoas que obtinham o exame com resultado positivo, segundo Tramujas.

As políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, em 1987, não davam conta da complexidade da Aids. Naquele ano, uma portaria havia sido desenvolvida determinando a notificação de casos de Aids às secretarias estaduais, porém não enquadrava os casos de pessoas

¹⁹⁷ Jornal *O Estado*, 22 out. 1987, nº 22.147, polícia, p. 11.

que tinham detectado a presença do vírus por meio de um único teste Elisa.¹⁹⁸

“De 1985 até 1987 foram confirmados 16 portadores da síndrome em Santa Catarina, sendo que nove eram homossexuais, três bissexuais, três usuários de drogas injetáveis, e dois através de transfusões sanguíneas realizadas em São Paulo”. Em meio às histórias do trio de acusados, O DSP passou a se reportar aos usuários de drogas, como medida para prevenir a contaminação da síndrome naquele momento. O número de portadores do vírus da Aids confirmados, ou seja, aqueles que haviam realizados testes ou apresentavam já os sintomas, não aumentou em 1987, o que demonstra certo exagero por parte das especulações publicadas nos jornais sobre o número de contaminados. Talvez a realidade mostrasse que as pessoas não estavam tão preocupadas em se contaminarem com o vírus da Aids e, tampouco com a quantidade de pessoas infectadas.

Acerca da preocupação de quem deveria resolver o caso, alguns discursos dão indicativos sobre qual órgão deveria se responsabilizar. O conselho assim se manifestou, mostrando até ironia, ao argumentar que nessa *caça* aos portadores do vírus da Aids, as medidas se assemelhariam a profilaxia desenfreada aos leprosos em outros contextos sociais.

O Conselho Regional de Medicina também se diz impotente para atuar neste tipo de situação. Segundo seu presidente, o médico Maurílio Lopes Silva, não existem recursos para *caçar* os portadores do vírus. “Essa atribuição é da Justiça”. Ele observa que o trabalho do CRM está baseado no direito individual do paciente em relação ao atendimento e tratamento médico. “A

¹⁹⁸ ELISA (Enzyme Linked Immuno Sorbent Assay) é um teste imunoenzimático que permite a detecção de anticorpos específicos no plasma sanguíneo. Essa técnica é amplamente utilizada como teste inicial para detecção de anticorpos contra o HIV no sangue do paciente, podendo ser realizada com um grande número de amostras ao mesmo tempo. Para a sua realização, utiliza-se uma placa de plástico que contém algumas proteínas do HIV absorvidas ou fixadas nas cavidades em que cada amostra de soro ou plasma (que são frações do sangue) será adicionada. Após uma seqüência de etapas, em que são adicionados diferentes tipos de reagentes, o resultado é fornecido por meio de leitura óptica, em um equipamento denominado leitora de Elisa. Se uma amostra apresentar resultado negativo no teste Elisa, esse resultado é fornecido para o paciente, acompanhado do aconselhamento pós-teste. Caso uma amostra apresente resultado positivo nesse teste, é necessária a realização de outros testes adicionais, denominados testes confirmatórios.

Disponível em: <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISA9219C2FPTBRIE.htm>. Acesso em: 06/08/09.

única forma de controlarmos os portadores é colocarmos um sininho no pescoço deles como era feito com os leprosos anos atrás, o que seria um retrocesso de grande crueldade”.

A entidade não governamental, o GAPA (Grupo de apóio a Prevenção da Aids), sob a direção de Rui Iwersen, passou a discutir ações para lidar com os portadores do vírus da Aids. Com uma forma de política paralela e complementar, esta ONG buscou por meio do trabalho voluntário de psicólogos, entre outros, uma estratégia de inserir e não excluir esses portadores.

O GAPA não se manifestou sobre o episódio, pois tinha um perfil diferente. Baseado em propagar medidas preventivas, esta instituição procurou, dentro dos mais variados contextos, exercer uma atuação a favor da proteção. Tais medidas foram ao encontro da idéia de que as campanhas de prevenção precisavam levar em conta o contexto social, pois como descreveu Mary Douglas existe um filtro que é a cultura,¹⁹⁹ onde estas informações passam antes de exercerem seu objetivo.

Esta idéia de prevenção era algo muito novo em Santa Catarina para os órgãos de saúde que trabalhavam com confirmações de casos da doença. Uma medida até certo ponto compreensível, levando-se em conta que era necessário a constatação de casos, até por uma questão política de conseguir arrecadar verbas para lidar com os doentes. De forma que, a dinâmica das autoridades de saúde permitiam uma maior atuação quando a doença aparecia. Com a Aids essa idéia foi a grande armadilha para o aumento dos casos, pois a pessoa pode transmitir o vírus sem ter conhecimento e sem apresentar por algum tempo sintomas. Ocorreu com isso uma maior dificuldade destes órgãos terem conhecimento dos casos de Aids e conseqüentemente lutarem por políticas para lidar com a doença no ano de 1987. Essa idéia por ser compreendida pela entrevista do governador ao jornal *O Estado* em 22 de outubro de 1987,

O governador Pedro Ivo Campos comentou ontem que um plano para enfrentar a disseminação da AIDS só vai acontecer quando houver dados concretos. Pedro Ivo contou que a Secretaria de Saúde tomou medidas no sentido de detectar

¹⁹⁹ DOUGLAS, Mary. **Op. cit.**, 1994.

focos, mas até agora as informações recebidas foram negativas.

A declaração do governador demonstra como as políticas de saúde pública se viram de alguma forma impotentes. Talvez uma das explicações para compreender estas medidas, que por vezes nos parecem como negligentes, é compreender o funcionamento da síndrome. A Aids, como posto no primeiro capítulo, é marcada por etapas em que é possível um indivíduo permanecer assintomático durante quase 10 anos. E nesse intervalo, ele um soropositivo, podendo não ter conhecimento de sua condição e transmitir a outros/as o vírus HIV.

2.4 O auge do episódio em 23 de outubro de 1987

A edição do jornal *Diário*, de 23 de outubro de 1987, trouxe na capa os filhos de Patrícia Oliveira Bastos; ao lado das crianças, Rosana, conhecida como “Patinha”, que simulando da utilização de drogas injetáveis. A foto e “encenação” transmitem uma tentativa de remontar as reuniões protagonizadas nos apartamentos dos acusados, dando ênfase na utilização de drogas injetáveis.



Figura 17: Patinha garante que tem e usa suas próprias seringas. Patrícia, ao lado, diz que M.R.C.S. não sairá viva de SC.²⁰⁰

²⁰⁰ Jornal *Diário Catarinense*, 23 de out de 1987, n° 540, capa.

A foto de Patinha mostrando como se aplicava a cocaína criou uma simulação de como eram as reuniões do grupo. A idéia transmitida é que o consumo de drogas era feito na frente das crianças.

A segunda parte do diário de Márcia, publicada pelo *Diário*, vai do dia 03/10 até 14/03 de 1987. Seus desabaços continuam no mesmo caminho da primeira parte às freqüentes queixas sobre o uso de drogas no apartamento de “Zú” e “Dedinho”, o medo de também ser portadora do vírus da Aids, como o casal (se assumiram portadores do vírus) e as observações sobre a rotina do grupo em torno das drogas.

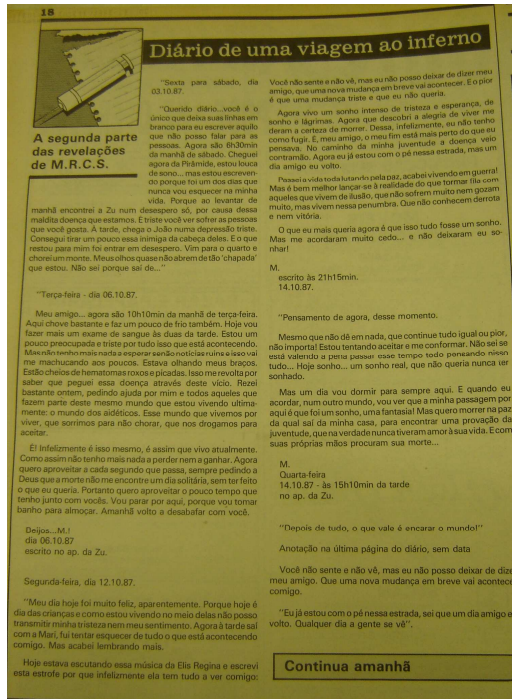


Figura 18: Diário de uma viagem ao inferno.²⁰¹

Nas descrições do diário, que sobre a autenticidade em nenhum momento foi questionada, são encontrados dados que detalharam a rotina do grupo. Foram mencionados os lugares freqüentados, os horários onde ocorriam o uso de drogas, o desespero de “Zú” por causa da Aids, e as manchas roxas no braço de Márcia. Estes

²⁰¹ Jornal *Diário Catarinense*, 23 de out de 1987, nº 540, p. 18.

escritos imprimiram a idéia da Aids como consequência, como punição pelo comportamento desregrado. O diário foi uma composição nesse cenário do “espetáculo” da “ganguê da Aids”, alimentando as histórias de que existia uma intenção dolosa por parte do grupo. É destaque que mesmo antes do caso vir a público, Márcia já estava realizando mais exames de sangue. Em um dos trechos do seu diário supostamente ela revela ao público sobre o exame que faria.

Terça-feira – dia 06.10.87.

Meu amigo... agora são 10h10min da manhã de terça-feira. Aqui chove bastante e faz um pouco de frio também. Hoje vou fazer mais um exame de sangue às duas da tarde. Estou um pouco preocupada e triste por tudo isso que está acontecendo. Mas não tenho mais nada a esperar senão notícias ruins e isso vai me machucando aos poucos.

Os exames podem indicar uma preocupação anterior ao desenrolar das notícias sobre a “ganguê”. Ao final do diário, novamente a mensagem do jornal, como no dia 22 de outubro: “Continua amanhã”, em uma espécie de novela, um espetáculo, uma trama teatral, do qual tentou prender o espectador para o fim da história da garota. O diário publicado junto das imagens foram recursos que contribuíram para alimentar as fantasias e imaginário em torno do grupo.

A matéria do mesmo dia 23 de outubro, no *Diário*: “Momento de alívio. Primeiro exame dá negativo”, trouxe o resultado do exame realizado em Márcia para atestar a presença do vírus da Aids, porém o primeiro exame deu negativo, o que impediu a polícia de instaurar um processo-crime, já que para enquadrá-los no artigo 131 era preciso a prova. Sem esta a polícia continuou as investigações sobre o grupo. Outros exames ainda seriam realizados em Márcia, pois já se sabia que o vírus poderia permanecer inativo durante alguns meses.

O DEIC ainda esperava por uma prova concreta para poder levar o caso à justiça. As declarações de Márcia continuaram no sentido de obter novas revelações sobre o trio. Ela denunciou que dois dos filhos de “Zú” utilizavam drogas. O menino de 10 anos, segundo ela, já cheirava cocaína e, o de 3 anos fumava maconha, esporadicamente. No entanto, o delegado Luiz Carlos dos Santos afirmou que nada poderia fazer diante desta acusação, pois era a palavra da denunciante contra a do casal. A grande expectativa aconteceu em torno de outras pessoas que supostamente participaram das “festas de embalo”, como descreveu

o *Diário*. O jornal acabou publicando que dois filhos de um promotor da capital poderiam estar contaminados, além de mais 60 pessoas que a polícia ainda esperava encontrar.

Diante dessas declarações a história em torno do grupo ganhou força em meio às especulações daquilo que supostamente aconteceu. Enquanto a trama não era esclarecida, os jornais enriqueciam a crônica com notícias que abriam margem para fantasiar e imaginar aquilo que poderia ser.

Em contrapartida, na mesma edição, o secretário de Turismo do Município, André Schimitt, alertou que se as informações sobre a “gangue de aidéticos” extrapolassem a verdade, isso poderia prejudicar a vinda de turistas para a temporada de verão em 1987. Como medida de precaução, ele, junto a este órgão, estudava a possibilidade de levantar esclarecimentos desmentindo exageros sobre o caso, “Estamos diante de uma situação perigosa, mas é preciso dimensioná-la para saber quais serão os desdobramentos. André avalia que passaram apenas três dias do impacto e o caso deve ser tratado pelas autoridades competentes [...]”.

O episódio trouxe à tona o problema de uma doença sem sintomas claros, o que tornava difícil o diagnóstico apenas por meio de um exame, principalmente em 1987, em que os recursos e verbas destinados à Aids eram poucos. Com as histórias de que muitas pessoas poderiam estar contaminadas em Santa Catarina, por terem tido contato com a “Gangue da Aids”, o *Diário* trouxe a matéria: “Saúde Pública planeja ir em busca de aidéticos”. Escrita pela jornalista Margareth Lourenço, que trouxe o coordenador da Comissão Interinstitucional de Controle da Aids, Jorge Tramujas, falando novamente sobre a criação da portaria, obrigando a notificação dos casos de testes positivos para o vírus da Aids. A medida, acreditava-se, que tornaria possível um acompanhamento não só dos pacientes de Aids, como também daqueles com o vírus. A busca pelo controle da saúde e da doença fica bem clara neste momento, quando se procurava todos os recursos para a saúde pública ter condições de medicar estas pessoas.

Como reportagem central, a notícia de que Márcia estava sendo ameaçada por traficantes, escrita pelos jornalistas Rubens Lunge e Almir Casimiro. Assim segue o texto com a descrição quase como em um filme de ação, onde o mocinho (polícia protegendo Márcia e Marilisa) tenta fugir dos bandidos (traficantes). E a manchete alimentou esse clima de perseguição, “Traficantes tentam invadir Fucabem e garantem que garota não chega viva ao RS. Polícia precisou escondê-la

em motel”.²⁰² Nesta edição, o jornal utilizou o recurso da repetição para lembrar os leitores, mesmo no terceiro dia de caso, o que significava a “Gangue da Aids”,

Traficantes do morro do Mocotó ameaçam seqüestrar a menor M.R.C.S., de 18 anos, Gaúcha de Canoas, ela denunciou, no último final de semana, a trama macabra de um grupo de usuários de drogas injetável, que pretendia espalhar terror transmitindo o vírus da doença indiscriminadamente [...]”.²⁰³

Nas histórias de ameaças entre Márcia e traficantes, as declarações de Patrícia são publicadas pelo *Diário* para mostrar a sua revolta contra Márcia, que a acusou de fazer parte da “gangue” e contra a imprensa, por difamação. Em seguida a notícia de que os moradores do Edifício Helsinque decidiram que os envolvidos residentes nos apartamentos 821 e 841 teriam que deixar o local.

Uma das envolvidas, a menor “Patinha”, posou para a foto e simulou o uso de cocaína, e também mostrou-se inconformada com as declarações de Márcia. Segundo ela, Márcia teria realizado falsos depoimentos para mudar o rumo das acusações, já que havia sido denunciada por furtar objetos de moradores do edifício.

Esta imagem de Patinha com a seringa pode representar vários significados inscritos no seu corpo. A idéia é de estar lidando com algo proibido, pela venda nos olhos e pela situação recriada. A foto pode suscitar uma analogia ao suicídio, analisada pela autora Sontag, “Os viciados que contraem a doença ao compartilhar agulhas contaminadas são encarados como pessoas que cometem (ou completam) uma espécie de suicídio inadvertido”.²⁰⁴

²⁰² Jornal *Diário Catarinense*, 23 de out de 1987, n° 540, p. 18 e 19.

²⁰³ Jornal *Diário Catarinense*, 23 de out de 1987, n° 540, p. 19.

²⁰⁴ SONTAG, Susan. *Op. cit.*, p. 32.



Figura 19: Patinha com seringa que o delegado não achou.²⁰⁵

A matéria é iniciada com o título: Patinha: “Agora não me vendem mais coca”. Uma referência que o jornal publicou em decorrência da prisão dos traficantes que forneciam cocaína ao grupo. Para compor a imagem de Patinha e a seringa, os jornalistas descreveram que ela mostrou as cicatrizes no braço, além da maneira que eram realizadas as aplicações da droga. Qual a intenção do jornal em mostrar como eram feitas as aplicações? O *Diário* tinha uma preocupação em alimentar suas reportagens com tudo o que fosse relacionando ao grupo, para compor a idéia de uma “ganguê”.

Na outra ponta da imprensa local, o jornal *O Estado* que também publicou as revelações sobre o episódio.

²⁰⁵ Jornal **Diário Catarinense**, 23 de out de 1987, n° 540, p. 18.



Figura 20: Mais 20 envolvidos no pacto.²⁰⁶

Na foto Márcia mostrou o braço em uma referência ao uso de cocaína. A legenda da foto informou que o primeiro exame da garota deu negativo, atestando que ela não tinha Aids, porém estava jurada de morte. Ao lado, o delegado Elói Gonçalves do DEIC, declarou que pretendia intimar 20 envolvidos para compor o inquérito policial. A imagem trouxe, em primeiro plano, várias seringas, caracterizando o tipo de crime a ser punido pelo delegado.

A manchete do jornal trouxe os delegados Elói e Luiz Carlos Santos em declarações acerca do possível número de envolvidos e, como caminhavam as investigações para tentar enquadrar o grupo no artigo 131.

Na reportagem sobre as 20 pessoas suspeitas de estarem envolvidas no caso, o delegado Elói declarou ao jornal *O Estado*, que uma ação conjunta com as autoridades do DSP seria realizada no sentido de barrar as ações do grupo em disseminar o vírus da Aids. Um dos

²⁰⁶ Jornal *O Estado*, 23 out. 1987, n.º 22.148, capa.

objetivos do delegado era atuar naquilo que classificou como zonas de prostituição. Justificou-se dizendo que o maior objetivo não era colocar estas pessoas na cadeia, porém seria necessário segregá-las diante da possibilidade de contaminarem outros indivíduos. O momento acabou sendo percebido como oportuno para o delegado se queixar da administração anterior que, segundo ele, permitia de maneira deliberada o consumo de drogas. Em meio à transferência de responsabilidades, o delegado falou sobre a falta de uma legislação específica para enquadrar o grupo.

Elói reconhece que o enquadramento legal dos aidéticos é um caso problemático. “A Aids não é citada como moléstia grave no Código Penal, por ser uma doença posterior à criação da legislação”, explicou. Mas ele argumenta que é possível fazer analogia. “Os integrantes deste grupo podem ser indiciados diante das informações de M.R.C.S. e a menor M.M.”, garantiu. Para reforçar a sua posição, Elói disse que dois membros do grupo – C.V.V., o **Lingüiça**, e **Fernando Onça** – já estão internados para se tratarem da doença. “Isto prova que havia pessoas contaminadas no grupo”, concluiu.²⁰⁷

A polícia apostava no diagnóstico dos envolvidos no caso. Os dois nomes são citados como supostos traficantes, responsáveis por fornecerem cocaína ao grupo, porém mesmo com exames positivos destes envolvidos, a polícia não poderia provar a intenção dolosa, a não ser pelas declarações de Márcia. Ainda assim, seria a palavra dela contra a dessas pessoas.

Em três dias foram analisados discursos das autoridades policiais, das pessoas ligadas à saúde e dos próprios envolvidos. Na mesma edição, a matéria: “Comunidade alarmada com o caso”, é que se percebe o auge do episódio, pela forma como a população ao menos do bairro Trindade e arredores, se comportou. A “Zú” passou a ser conhecida como a aidética comprometida com o “pacto”, e assim se inicia texto que trouxe a informação que seus dois filhos, alunos do Colégio Estadual Simão Hess, localizado na Avenida Madre Benvenuta, não estavam indo a aula há dois dias.

²⁰⁷ Jornal **O Estado**, 23 out. 1987, nº 22.147, polícia, p. 10.

A diretora da escola na época, Marina Duarte, foi procurada para falar do assunto, e afirmou que muitos pais e professores a procuraram para saber se as crianças estavam contaminadas e qual risco do contato com elas. Para tentar resolver a situação, a diretora levou o caso para Ucre (Unidade de Coordenação Regional de Ensino da Secretária de Educação).

Outra matéria desta edição, “Pânico”, trouxe mais outros exemplos da repercussão do caso, ao demonstrar o medo dos freqüentadores de um bar, chamado de “Bar do Osni”, localizado no bairro Trindade e, outro chamado de “Treiler do bigode”, que ficaram surpresos com as investigações acerca do paradeiro de “Zú”, escondida há dois dias. Ela era freqüentadora destes bares e, segundo informações, costumava beber vodka e cerveja lá, acompanhada de muitas pessoas, onde possivelmente utilizaram o mesmo copo. Um dos freqüentadores se assustou com a notícia de que “Zú” estava com Aids, como descreveu o jornal *O Estado*:

Um homem gordo, de cerca de 30 anos, que não quis se identificar, que jogava sinuca no bar do Osni, largou o taco e foi para casa quando soube que **Zu** estava com Aids. Ele é um dos muitos que bebia com ela. Antes de sair disse aos amigos que hoje iria procurar um médico para fazer exames.

As duas mídias em questão encontraram furos para desfrutar de fantasias de um imaginário que existia em torno da contaminação da Aids. De tantas reportagens reafirmando a intenção do grupo em disseminar o vírus, como também a exposição de fotos e declarações de Márcia, chegou ao ponto de se temer qualquer contato com o grupo. “Zú” e “Dedinho” tornaram-se celebridades de uma polêmica histórica, que os fez passarem estes primeiros dias de agito na casa da irmã de “Zú”, para poderem ficar longe dos jornalistas e, segundo o jornal, também longe da polícia.

O jornal *O Estado*, ainda do dia 23 de outubro, com o título “Relações sexuais para disseminar o vírus”, também publicou declarações de Márcia sobre a suspeita dos filhos de “Zú” serem usuários de drogas. Porém, a matéria trouxe o diferencial: Márcia ter admitido que “Zú” fazia programas para contaminar surfistas, principalmente no campeonato de *Surf* internacional do esporte, acontecido na praia da Joaquina em 1987, o *Hang Loose Pro Contest*. E que “Zú” havia tido relações sexuais também com um argentino de

nome Cláudio, que fez um pacto para disseminar o vírus da Aids na Argentina.

Em outro trecho desta edição, histórias sobre a disseminação do vírus da Aids não se restringiu somente ao Edifício Helsinque, pois Márcia continuou a mencionar supostos nomes e situações,

M. se referiu a outro grupo de viciados que moram no bairro Agrônômica, que podem estar contaminados. Citando apenas apelidos ou prenomes, M. contou que “Cachimbo, E., T e A. é companheira de T. e já participou das sessões no edifício Helsinki. “Ela usou a mesma grinfã da **Zu**”, declarou M.R.C.S também está preocupada com a menor M.M., atualmente detida no R.P.M. (Recolhimento Provisório de Menores do Juizado de Menores). O desenrolar deste caso foi alimentado por uma série de fofocas e suposições. Acima a garota expôs isso através de acusações de outras pessoas seriam viciadas e teriam tido contato com o grupo.

Acerca da fofoca, Elias e Scotson²⁰⁸ discorrem sobre a sua função em uma comunidade, denominada Winston Parva, Inglaterra. A análise dos autores está baseada nesta comunidade, que pela metodologia adotada, ajuda a obter ferramentas para utilizá-las neste contexto em 1987. A utilização deste estudo para analisar o episódio do “pacto/gangue” se deve ao fato de que os autores construíram um modelo explicativo em pequena escala que, segundo eles, é universal para ser testado e ampliado se necessário. Por meio deste modelo é possível obter características elementares encontradas em várias sociedades independentes do seu contexto social.

²⁰⁸ Os *estabelecidos e os outsiders* é um estudo sobre uma pequena comunidade denominada como Winston Parva, Inglaterra, no qual os autores se debruçaram sobre as diferenças de poder nos três bairros presentes nesta comunidade. O bairro mais antigo foi caracterizado como *estabelecidos*, por ser composto por moradores que tinham uma adesão maior entre as famílias. Já os *outsiders* eram compostos por moradores novos com costumes diversos. “A principal diferença entre os dois grupos era exatamente esta: um deles era um grupo de antigos residentes, estabelecido naquela área havia duas ou três gerações, e o outro era composto de recém-chegados”, p. 24. Para tanto “[...] o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa (praise gossip), no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas (blame gossip) contra os suspeitos de transgressão”, p. 20. Nesse sentido os autores buscaram compreender melhor a natureza e a função das fofocas. Ver: ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Op. cit.**, introdução.

Dentro desta perspectiva, o trio de envolvidos passou a ser conhecido e chamado pelo que supostamente tinha feito. Segundo Elias e Scotson, essa era uma das funções da fofoca, sendo esta ainda um fenômeno que não é independente, dependendo das normas e crenças coletivas das relações sociais de uma sociedade. Em todas as suas diversas formas, as fofocas tinham um valor considerável como entretenimento. Isto se deve ao fato de que as notícias de desrespeito às normas aceitas podem exercer mais fascínio e satisfação, do que boatos sobre elogios dos que seguem padrões aceitos. Uma das explicações para esta hipótese, segundo os autores, consiste no fato da fofoca ser parte de uma opinião dominante comum e tem a função de excluir pessoas e cortar relações.²⁰⁹

Seguindo as matérias do terceiro dia do episódio, dentro de uma série de abordagens, como as descritas até o momento, um plano de cadastramento obrigatório também foi discutido no jornal *O Estado*, que publicou que o DSP estava aguardando verbas do INAMPS, no valor de Cz\$ 2 milhões e 100 mil para serem utilizadas na aquisição de kits para teste de HIV, ainda em 1987. E também seriam criadas centrais sorológicas no estado para atender as pessoas que contraíram o vírus da Aids, evitando o alastramento da doença, preocupação decorrida dos supostos números de portadores de Aids em decorrência do “pacto/gangue”.

A entrevista em 1987, com o diretor do Programa Anti-Aids do Ministério da Saúde, Pedro Chequer, realizada por telefone ao jornal *O Estado* é mais uma das vozes ativadas em meio à repercussão do caso, que passou a ser com esta entrevista de conhecimento nacional. Surpreso com a notícia de um “pacto da morte” o diretor falou: “A disseminação voluntária da Aids por um grupo de toxicômanos é fato inédito no país, sendo Santa Catarina o primeiro estado a registrar este tipo de crime”.

Junto da entrevista a lembrança de promessas não cumpridas por parte do Ministério da Saúde. O jornal lembrou que há alguns meses este órgão havia anunciado que forneceria uma equipe multiprofissional aos hospitais que atendessem pacientes com Aids. Porém, o único estabelecimento que prestava este atendimento era o hospital Nereu Ramos, que não possuía psicólogos, apenas oferecendo o serviço com duas assistentes sociais. E diante desta contestação, Rui Iwersen, diretor do GAPA, se pronunciou nesta mesma reportagem que trouxe a fala do diretor Pedro Chelquer ratificando esta reclamação e pontuando os

²⁰⁹ Idem. Ibidem.

maiores problemas enfrentados pelos pacientes de Aids. No Brasil, segundo ele, uma pessoa com Aids não vivia mais de dois anos, em decorrência da falta de assistência, enquanto em países mais desenvolvidos as pessoas tinham uma expectativa de vida maior. Aqui o assunto discutido não foi o episódio, ele apenas foi um impulso para se perceber outras carências em Santa Catarina.

2.5 A repercussão do caso em 24 de outubro de 1987.



Figura 21: Moradores juram linchar a gange dos aidéticos.²¹⁰

Em letras garrafais, “Moradores juram linchar a gange dos aidéticos”. Ao lado, “Já foi apresentado queixas à polícia. E um dos vizinhos em pânico, decidiu mudar-se rapidamente”. E a legenda da foto: “Patrícia garante que não é portadora do vírus da Aids. Patinha ainda não fez o teste: faltou marcar consulta”. Na foto, Patrícia e Patinha subindo as escadas do hospital Nereu Ramos, em Florianópolis.

O foco nesta edição do *Diário* foi a construção de uma imagem de revolta dos moradores contra o grupo, pelos outros moradores, com base no depoimento de alguns deles.

Logo no início, na página intitulada como, *Visor*, a opinião do jornal sobre o episódio.

²¹⁰ Jornal **Diário Catarinense**, 24 out. 1987, nº 541, capa.

“Revistas e jornais de circulação nacional começam a repercutir o caso da “gang da AIDS”, que está provocando verdadeira paranóia em Florianópolis e arredores. Parece mentira, mas é verdade: um grupo de desclassificados, drogados e marginais, que chegaram à mais baixa condição humana, pode prejudicar até mesmo o turismo na ilha de Santa Catarina”.²¹¹

O *Diário* dá uma resposta para algo que ele mesmo construiu. É como se precisasse alimentar as histórias em torno da “Gangue da Aids”, promovendo supostas “repercussões”, pois atesta que o episódio poderia prejudicar o turismo. A realidade daquele momento era caracterizada por se imaginar o que no futuro o episódio poderia causar. Era preciso atribuir culpa ao grupo como forma de legitimar as acusações feitas pelos jornais.



Figura 22: Patrícia e Patinha no Edifício Helsinque: alta tensão na Trindade e revolta contra as sessões de pico e perigo de Aids.²¹²

A principal matéria desta edição foi: “Aidéticos ameaçados de linchamento”, assinada pelo jornalista Rubens Lunge. De acordo com o texto, um grupo de moradores com medo do contágio exigia a retirada

²¹¹ Jornal *Diário Catarinense*, 24 out. 1987, nº 54, Visor.

²¹² Jornal *Diário Catarinense*, 24 out. 1987, nº 541, p. 18-19.

do trio. Os moradores estavam intolerantes quanto à presença do grupo e, prometiam tomar medidas enérgicas, como promover justiça com as próprias mãos, segundo um deles. O texto seguiu com alguns desabaços de moradores, que por medo não se identificaram.

“Vivemos um clima de pânico e horror. Nossos filhos acordam gritando à noite e somos obrigados a dar-lhes proteção, pois a polícia não está garantindo nossa segurança. As crianças não brincam mais, como medo de serem mortas por esta maluca, a Patrícia, disse uma denunciante”.

Do grupo, Patrícia, era geralmente posta como a mais desequilibrada, talvez por isso o termo “maluca”. Nesse momento já estavam acontecendo os depoimentos no DEIC para compor o Inquérito Policial. Uma das moradoras desabafou: “Um dos aidéticos injeta e retira sangue, dando a agulha para um de seus filhos e este ferir um dos nossos”. Nervosa, ela advertiu que “mato qualquer um deles que se aproximar de um dos nossos três filhos”. A mesma mulher declarou também que estava começando a ocorrer uma evasão no prédio, como o vizinho de “Zú”, que logo depois que o caso estourou, resolveu se mudar por conta do grupo.

Segundo versão da moradora R.S., não existiu tanto pânico assim, e a movimentação da imprensa ocorreu apenas nos primeiros dias. Quando perguntei a ela se havia tido medo, a mesma respondeu em 2006 na entrevista concedida: “Não, porque a gente não tinha contato com eles, então a gente não, ninguém... Também a Aids não é assim pra pegar, né!”²¹³ O medo era mais presente, segundo ela, nas crianças, pois ouviam histórias de seringas contaminadas.

A discussão que fez parte em quase todos os dias nos jornais foi a relacionada ao inquérito e a tentativa de enquadrá-los no artigo 131 do Código Penal, que os poderia condenar por propagação de moléstia grave. No entanto, os dois delegados responsáveis por cuidarem do caso, Luis Carlos dos Santos e Elói Gonçalves, estavam atentos para esta legislação não poder condenar o grupo,

A polícia tem 1% de chance de incriminar os portadores da doença, já que não se pode comprovar com um flagrante ou com a simples

²¹³ S. R. Entrevista concedida a Grazielle Regina de Amorim. Florianópolis, 21 de setembro de 2006.

denúncia”, acredita o delegado Luís Carlos dos Santos. “A propagação do vírus pode ter ocorrido no relacionamento com outras pessoas. É difícil comprovar como alguém foi contagiado.”²¹⁴

A tentativa da polícia foi então tentar indiciá-los em outros artigos do Código Penal, como o 121 (homicídio) e ainda tentar processar Patrícia por ter segundo o jornal, ameaçado, publicamente, matar Márcia.

O episódio, neste dia 24 de outubro, ainda foi uma das principais atrações do *Diário*, que continuou concedendo duas páginas para noticiar todos os desdobramentos do caso. Logo de início, as revelações da terceira e última parte do diário de Márcia, que o escreveu para o jornal, como a nota abaixo.

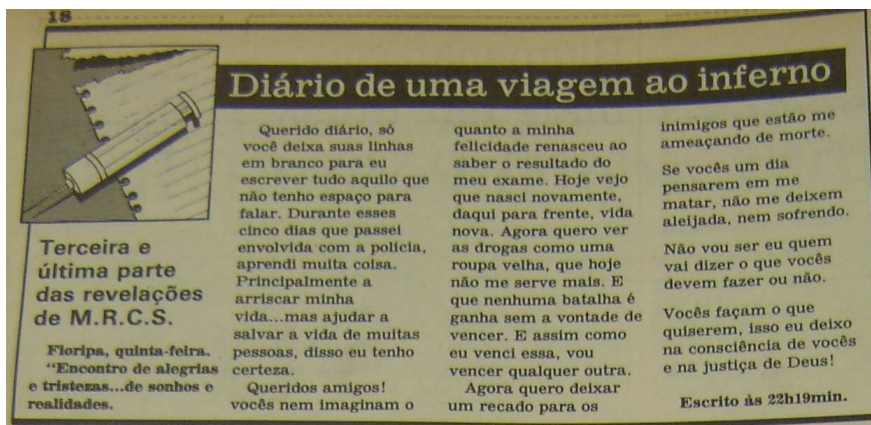


Figura 23: Diário de uma viagem ao inferno.²¹⁵

Estes escritos sobre o desfecho das histórias da vida da garota foram provocados pelo *Diário*, que teve esta última parte como uma “redenção”.

Neste quarto dia de intenso noticiário, as atenções se deslocaram para a fuga de Márcia de Florianópolis, devido as ameaças de traficantes. A polícia, sob a figura do delegado Elói Gonçalves, novamente concedeu declarações de como seria o esquema policial secreto para dar segurança à garota. A idéia era levá-la até São Paulo para casa de um tio, onde lá ela ficaria por seis meses, até que as

²¹⁴ Jornal *Diário Catarinense*, 24 out. 1987, nº 541, p 19.

²¹⁵ Jornal *Diário Catarinense*, 24 out. 1987, nº 54, p. 18.

ameaças acabassem. Márcia, em meio às histórias da “ganguê” parece ter sido livrada de uma acusação de furto, o que inicialmente fora o estopim do episódio.

O *Diário* trouxe uma espécie de matéria com um conteúdo de reflexão sobre a relação de Márcia com as drogas. Com o título: “Perigosa aventura de garota de classe média”, escrita por Norberto Vieira da Silva, no dia 24 de outubro de 1987, novamente um histórico sobre a vida de Márcia, como um registro, já que a garota estava prestes a partir de Florianópolis. Nesta matéria a garota foi descrita de maneira romaneada:

De família classe média, seu pai trabalha com o comércio de carnes em Canoas (RS), M.R.C.S., é uma garota que saiu de sua terra levada pela curiosidade de conhecer Florianópolis. Pequena, com 1.55m. de altura e 59 quilos, prefere a literatura espírita, Alan Kardec e Chico Xavier. Frequentou as sessões do médium Humberto Campos, em sua cidade, apesar da família ser católica. Música para mim é Elis Regina, e rock clássico como The Cure e Dire Straits e claro churrasco e chimarrão.

Sua biografia é descrita como se encaixasse neste enredo descrito pelos jornais em volta das histórias da “ganguê”.

As histórias do grupo imprimiram nos envolvidos a marca da Aids. A prova foi a reportagem: “Freguesas famosas alarmam restaurante”,²¹⁶ descrita por Mauren Rojah Pinto, nesta mesma edição, onde conta ao jornal que um funcionário do restaurante universitário reconheceu Patinha e Patrícia, e que foram questionadas se estavam com a doença. Elas responderam que apenas desejavam almoçar em paz. Por medo, os funcionários jogaram fora os talheres utilizados por elas e, a diretora do RU (Restaurante Universitário), Maria Tereza Keunecke, declarou que conhecia as formas de contágio da doença, porém entrou em contato com o DSP para tranquilizar seus funcionários. As histórias do grupo construídas pelos jornais, de alguma forma começaram a ter repercussão entre a população, ao menos nas redondezas do Edifício Helsinque.

E ainda o “pacto/ganguê” acabou sendo utilizado como modelo explicativo para outras ocorrências semelhantes. Algumas

²¹⁶ Jornal **Diário Catarinense**, 24 out. 1987, nº 54, p. 19, especial.

evidências disso já começaram a ser apontadas neste quarto dia, no *Diário*, com “Soldado com vírus contamina colegas e pega Corte Marcial”, por Débora Southgate, que trouxe a história de um soldado americano, acusado de ter o vírus da Aids e ter mantido relações sexuais com um homem e uma mulher, como forma de transmitir o vírus de forma intencional. A matéria seguiu registrando que outras situações de transmissão dolosa estavam acontecendo em outras partes dos Estados Unidos, e que o exército americano já encarava a Aids como uma arma biológica.

A grande atração do jornal *O Estado*, neste mesmo dia, foi a primeira entrevista concedida por Rosângela Corrêa, a “Zú”. Este jornal continuou reservando uma página ao episódio, com os mesmos desdobramentos apontados pelo *Diário*, como os exames realizados por Patrícia e Patinha.



Figura 24: Menor confirma uso coletivo de seringa.²¹⁷

Nesta edição de “O Estado” são postas também as conseqüências das histórias sobre o grupo, no imaginário da população, descritas na matéria: “Boatos criam pavor na cidade”,²¹⁸ pois com o medo das crianças, de uma escola na capital, em serem contaminadas com balas, tendo gotas de sangue no seu interior, as notícias correram

²¹⁷ Jornal *O Estado*, 24 out. 1987, nº 22.149, capa.

²¹⁸ Jornal *O Estado*, 24 out. 1987, nº 22.149, p.5, polícia.

entre as escolas e, chegou-se a levantar um boato de que havia um casal rondando os colégios com sacos de bala infectados. Este fato é outro indício do que a construção do episódio promoveu naquele momento. Passou-se a ver suspeitas de contaminação do vírus em toda parte.

Com a entrevista de “Zú”, concedida ao jornalista Renan Antunes de Oliveira, do jornal *O Estado* sob o título: “Zu aparece e conta tudo que sabe”, o episódio teve um tom mais reflexivo por se aproximar mais da realidade de uma das acusadas. Em um dos trechos é possível obter a resposta de como os jornais construíram um episódio. A intenção da entrevista foi uma abordagem mais fidedigna.

Frágil, magra, delicada e tranqüila, 27 anos, R. (vamos chamá-la assim nesta reportagem) não passa a imagem da mulher viciada, mortalmente doente e potencialmente homicida que teve construída em três dias de quente noticiário policial. Doente, sim, de AIDS, encara a doença com naturalidade (ou tenta demonstrar assim).

O jornalista imprimiu uma nova imagem a Zú, sem todos aqueles atributos, “aidética, drogada, prostituída e criminosa”, postos pelos dois jornais. O jornal construiu seus personagens de acordo com a intensidade que desejava mostrar aos seus leitores e, revelando modos de construir “realidades” e “verdades” sobre o caso. Até mesmo no momento em que o jornalista relembrou o início das histórias sobre o grupo, realizou uma abordagem menos fantasiosa.

Segue um trecho da entrevista em que Zú foi questionada sobre o chamado “pacto da morte”,

- Você participava de um pacto, R...?
- Não posso falar. Isto é com minha advogada, doutora Moema. (Não sabe dizer o sobrenome).
- Mas fala-se tanto nisso...
- Nunca existiu. (Categórica, aumenta um pouco a voz, sempre com calma). Isto é pura invenção. Jamais participei ou participaria de uma coisa destas. É uma tentativa de vingança daquela menina. Não quero me envolver nesta polêmica, em respeito a minha família) o pai é um artista conhecido na cidade). Quem sabe?

Zú concedeu esta entrevista no Hospital Nereu Ramos, acompanhada de seu marido João Dedinho, Onça (frequentador das

festas) e a irmã, que esperavam serem atendidos pelo médico Oswaldo Vitorino, epidemiologista do hospital. O jornalista descreveu não só as palavras de Zú, mas todos os seus gestos, ações e cenários envolvidos. Seus comentários, ora são comprometidos com o que ele apenas ouviu, ora são envolvidos com julgamentos que formulou a partir do que observou. “Em mais 15 minutos de conversa na saleta, J. se descontrai um pouco. Enrola o envelope das radiografias de R., faz um cano e, espiando por ele, diz, sorrindo: - Este *cano tem saída!* (Numa alusão aos *canos* (veias) em que os viciados injetam a cocaína)”.

A entrevista terminou com Zú despistando os jornalistas e saindo pelos fundos. De maneira irônica o jornalista concluiu: de maneira irônica e querendo mostrar como bandida, que pula muro, fugitiva, e vai atrás de droga.

Assim terminou a entrevista de R. Três dias de notoriedade, uma viagem de táxi e uma escapada pelos fundos, provavelmente pulando muros e valetas, subindo no morro da Agrônômica. O mesmo onde há gente vendendo pó, para outras viagens.

O conhecimento de um grupo de pessoas comprometidas em transmitir o vírus da Aids não se limitou ao território catarinense. Tão logo revistas, jornais, televisão abordaram o assunto, passou-se a discutir mais sobre a saúde e a doença em Santa Catarina e no Brasil. O caso tornou-se um gancho para realizar um balanço dos programas de saúde desenvolvidos até então para os portadores do vírus. Com tantas discussões e repercussões, as histórias do grupo ultrapassaram os limites catarinenses.

O jornal *O Globo*, trouxe uma matéria intitulada: “Menor denuncia pacto feito por viciados que têm Aids”.²¹⁹ Na pequena reportagem sobre o caso, um resumo sem muito sensacionalismo, como o publicado pelos jornais locais. Embora o caso tenha tido alguma repercussão nacional, houve uma diferença de importância entre os jornais locais e de outros estados. A história sobre o grupo apareceu de maneira mais resumida nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, porque as notícias tinham um caráter mais local e para terem mais atenção precisariam ter uma importância nacional. Os envolvidos não são denominados como “aidéticos” e não ocorre um julgamento prévio, como aconteceu nas outras fontes analisadas.

²¹⁹ Banco de Dados de São Paulo Jornal *O Globo* 24, out. 1987.

O texto se limitou a ser mais descritivo do que fantasioso, sendo possível entender o caso em todos os ângulos, desde Márcia, que denunciou o caso, até os acusados de estarem transmitindo vírus propositalmente,

FLORIANÓPOLIS – Mais de 20 pessoas poderão ser indiciadas pela Polícia se ficar comprovado que são portadoras do vírus da Aids e estavam disseminando deliberadamente a doença. Todas são toxicômanas e, segundo denúncias de M.R.C.S., de 18 anos, teriam feito um “pacto macabro” para contaminar o maior número possível de pessoas, durante sessões de aplicação de cocaína num apartamento do bairro Trindade, a sete quilômetros do Centro de Florianópolis. M. foi detida no último domingo, após ter furtado objetos do apartamento de João e Rosângela Corrêa, com quem morava.

Até o momento, o episódio contemplou as mais diversas vozes, fincando até mesmo raízes no imaginário da população sobre supostas formas de contaminação. E ganhou repercussão nacional quando noticiado pelo jornal *O Globo*.

2.6 O declínio do episódio

Após o quarto dia de episódio, os jornais já não estamparam em suas capas notícias sobre a “ganguê”. Mas das raízes de quatro dias de revelações emergiram outros problemas. Dois temas passaram a ser discutidos com maior frequência: tráfico de drogas e comportamento frente à Aids.



Figura 25: Caçada aos traficantes de cocaína em SC.²²⁰

Foi traçado uma espécie de rastreamento desde a origem da cocaína até o abastecimento em Santa Catarina. Em “Polícia caça reis da coca em SC”,²²¹ escrito por Rubens Lunge, são identificados os principais nomes responsáveis pelo fornecimento em Santa Catarina. A intenção foi saber como a droga chegou até o bairro Trindade. Nomes como: “Jerônimo, Lúcio Careca e Alan” foram parte deste roteiro traçado pelo jornalista. “Do local da produção, a Bolívia, até o Bairro Trindade, em Florianópolis, numa distância superior a três mil quilômetros, a cocaína passa por inúmeras mãos”. E seguiu com a descrição de como a droga chegava a cada cidade do litoral catarinense. A notícia da vez era a constatação de que crianças eram utilizadas no tráfico também.

Passou a ser importante para o jornal entender a dinâmica do consumo de drogas antes de chegar às mãos do trio de moradores acusados. E nesse sentido ocorreu uma percepção de que a cocaína na capital era mais comum do que se imaginava. Isso porque os traficantes mais envolvidos nesta rota do tráfico foram presos e deram informações

²²⁰ Jornal **Diário Catarinense**, 25 out. 1987, nº 542, capa.

²²¹ Jornal **Diário Catarinense**, 25 out. 1987, nº 542, p. 12, especial.

sobre as pessoas que consumiam e mesmo como era feita a distribuição. Assim descreveu o jornal:

De estudantes a desempregados, os usuários sequer se importam com a qualidade da cocaína que, a cada vez que passa por um “canal” (homem encarregado de continuar o tráfico), recebe um “malho” (acréscimo de outros produtos, como caco de vidro moído, talco, farinha de trigo, soro fisiológico, mármore moído, louça moída, maisena, comprimidos analgésicos e anfetaminas).²²²

Com este assunto, a opinião da população passou a ser foco dos jornais, como forma de sustentar o episódio. O *Diário* publicou a opinião de quatro pessoas e intitulou a matéria como: “Cidade amedrontada com a AIDS”, escrita por Rose Delfino, mencionando que a cidade estava estarecida com as histórias sobre o grupo.

De um lado, alguns entrevistados apresentaram desconhecimento das formas de contágio do vírus da Aids, de outro, reclamaram que o governo não distribuía camisinhas e que não existiam propagandas para ensinar a usar o preservativo.

Um dos entrevistados falou sobre a conversa que ouviu entre dois surfistas: Imagine que o Bocão não sabia que é possível a contaminação através de seringas coletivas não esterilizadas, durante uma sessão para a aplicação de drogas injetáveis. Em pleno surf queria explicações”, afirmou Robert.

Outro entrevistado afirmou:

Jorge Valdir Sá Del Rey, outro frequentador do bar do Nunes, na subida do morro da Barra da Lagoa, declarou não conhecer nenhuma das meninas implicadas mas já se preveniu. Como viajo muito e tive um currículo sexual meio vasto achei melhor me submeter a um exame [...].

Um estudante de Agronomia protestou:

Eu de minha parte vou excluir da minha companhia Patrícias, Márcias e Rosângelas. Fiquei esperando uma propaganda na tevê que ensinasse como se coloca camisinha, pois nunca

²²² Jornal *Diário Catarinense*, 25 out. 1987, nº 542, especial, p. 13.

usei. Não veio, por moralismo talvez. Agora sou como a Xuxa, beijinho, beijinho e tchau, tchau. Quero viver, decidi.

Ao contrário do que disse a matéria, interpreto que não houve um medo generalizado, como apontou este jornal. Alguns deles não conheciam os envolvidos e utilizaram o assunto mais como ponte para tratar de outros problemas, como o desconhecimento sobre Aids, a falta de uma política voltada a prevenção que pudesse falar de sexo abertamente. A ênfase na questão comportamental também foi abordada pelo jornal *O Estado* no dia 25 de outubro,



Figura 26: AIDS altera comportamento na capital.²²³

Nessa edição, o foco foi também no comportamento em relação a Aids, perdurando a idéia de que o grupo de envolvidos nas histórias de disseminação do vírus da Aids despertou entre a população medo e mudanças nas relações sexuais e sociais. A longa matéria sobre assunto foi escrita por Lena Obst e Heloisa Dalanhof, que trouxeram

²²³ Jornal *O Estado*, 25 out. 1987, nº 22.150, capa.

vários relatos e opiniões sobre o assunto. Os jornais superdimensionaram o efeito do episódio, alimentando a idéia de que tratava-se de um crime.

Para as crianças, segundo as autoras, a Aids foi associada aos monstros das histórias infantis,

Quem tem medo de pegar Aids, pegar Aids?. Este refrão – adaptação da cantiga infantil. Quem tem medo do Lobo Mau? – foi criado por crianças na faixa dos nove anos, estudantes do Colégio Bardal, refletindo o temor a uma ameaça mais moderna a suas vidas que os antigos monstros.²²⁴

Aqui os problemas relacionados ao episódio e à Aids foram interpretados pelas crianças por meio de uma figura maligna dos contos infantis. Como consequência de uma suposta paranóia, o hospital Nereu Ramos, segundo informações do médico epidemiologista, Oswaldo Vitorino, ao jornal *O Estado* neste dia 25 de outubro, recebeu naqueles tempos várias pessoas que mantiveram contato com o grupo acusado, querendo realizar testes de HIV. Situação, também, enfrentada pelas pessoas que necessitavam de transfusão de sangue, entre elas os hemofílicos que se encontravam em posição de maior risco, desde o surgimento da AIDS. Em 1987 existia uma grande possibilidade de se contrair o vírus da Aids através de transfusões sanguíneas, pois segundo informações do jornal, apenas 25% das unidades de sangue no estado passavam por testes Elisa. A Organização Mundial de Saúde estimava naquele momento que 20% dos brasileiros que contraíram o vírus da Aids foram contaminados por transfusões sanguíneas.

Sobre a mudança de comportamento frente à Aids, uma prostituta contou em reportagem ao jornal *O Estado*, do dia 25, que sabia muito pouco sobre a Aids, mas que depois do episódio recebeu ameaças de clientes solicitando que ela comprovasse que não estava infectada com a doença. Ela confessou que para não perder seus clientes emitiu uma falsa carteirinha de saúde constando que ela estava livre do vírus da Aids. O preservativo não foi mencionado pela garota, um indício de que naquele momento este método de proteção poderia não ter sido muito utilizado.

Eu sabia que não era direito, mas eu não queria perder a freguesia, que ameaçava desaparecer

²²⁴ Jornal *O Estado*, 25 out. 1987, n° 22.150, geral, p.9.

depois que inventaram a Aids”: é o relato da prostituta. “Eu que pensava que sempre haveria homens dispostos a correr riscos para pular o muro do casamento ou da solidão, descobri que a Aids assusta demais”, explica Lucimara, “a ponto de mudar as pessoas.

A síndrome foi percebida como uma visitante nova para a maioria da população. Atestando certo descontentamento, Lucimara se refere à síndrome, como algo que foi “inventado”. Como se a responsabilidade estivesse além dela e da população de contrair o vírus da Aids. Além do mais, esse discurso ainda contribuiu para problematizar, como ela, sendo classificada como integrante de um grupo de risco por parte de autoridades de saúde e cientistas, não se percebe responsável pelo contágio. Essa reflexão ajuda a compreender que essa classificação é mais a título de um ordenamento epidemiológico, com fins estatísticos, do que propriamente algo que ajudava a população a se perceber com mais ou menos risco de contrair a doença.

E mais desafiante ainda foi introduzir limites, regras, dentro daquilo que fornece prazer. Outra voz, na mesma edição, que comentou sobre o comportamento foi uma psicóloga, Eliana Collaço, que em tempos de notícias sobre o pacto, afirmou que boa parte dos seus pacientes apresentavam um medo de um dia serem contaminados pelo vírus da Aids.

A síndrome foi percebida como um risco que dependia do outro, associado naquele momento aos grupos de risco, ou parte de supostos “pactos”. Quer dizer, a pessoa considerada fora destes grupos não se percebia responsável neste processo. A profissional ainda atestou certa paranóia na cidade, onde segundo ela, as pessoas de baixo poder aquisitivo estavam desconfiando até dos órgãos públicos, quanto ao contágio. Elas não estavam dando crédito às poucas instruções sobre as formas de contágio feitas pelo Ministério da Saúde. Mas a população aos olhos da psicóloga, não acreditava na transmissão do vírus somente por contato sexual. Ela defendia a idéia de que uma relação de confiança poderia estabelecer mais esclarecimentos.

Na mesma edição, o discurso do chefe do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Brígido Vizeu Camargo, atestou que estava ocorrendo alterações no comportamento das pessoas, e que isto poderia ser considerado um “retrocesso no livre exercício de sua sexualidade”. Criticou a igreja por aproveitar a ocasião

para reafirmar seus valores de fidelidade e condenação ao homossexualismo. Na outra ponta, um suposto discurso liberal, que era utilizado nas propagandas da Aids e falavam em camisinha mas, segundo ele, escondiam a intenção de corrigir comportamentos condenados pela sociedade”.

Percebe-se como o “pacto/gangue” alimentou medos, pânicos e tornou-se assunto discutido por vários profissionais. O episódio em questão poderia ser mais uma das muitas notícias publicadas nas páginas policiais, se não fosse tamanha a repercussão que causou em Florianópolis e mesmo em outras cidades. Um exemplo disso, ocorreu em outras mídias impressas e, até mesmo na televisão, por meio do programa da Rede Globo, *Fantástico*, que noticiou em 25 de outubro de 1987: “Gang da Aids em Florianópolis – Márcia Silveira, jovem que denunciou pacto entre aidéticos para disseminar a doença, é ameaçada de morte.”²²⁵,”

Para além do território brasileiro, o caso esteve presente também no jornal francês, *Libération*, com o título: ‘Le “Pacto du Sida” des junkies de Florianopolis’, reproduzido na coluna de Beto Stodieck.



Figura 27: Le Pacte Du Sida des junkies de Florianópolis.²²⁶

Um dia depois, em 26 de outubro, o *Diário* voltou a focar mais nas histórias da “gangue”. Porém, a atenção passou a ser não nos

²²⁵ A fonte está presente no trabalho de Germana Barata, que analisou como a Aids foi divulgada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo de televisão, entre 1983 e 1992. Ver: BARATA, Germana Fernandes. **A primeira década da Aids no Brasil: o *Fantástico* apresenta a doença ao público (1983-1992)**.2006. Dissertação – Universidade de São Paulo, p. 163.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07072006-124258/>> Acesso em: out. 2006.

²²⁶ Jornal *Libération*, segundo Beto Stodieck um dos mais importantes da França. Ver: PORTO, Bea. LAGO, Fernanda (Org.). **É Tudo Mentira**. A história segundo Beto Stodieck. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 1999.

principais acusados, Zú, Dedinho e Patrícia, mas nas pessoas que freqüentaram o apartamento do trio. Acreditava-se que mais de 40 pessoas teriam que passar por exames. A polícia e a Saúde, por meio das revelações de Márcia formularam uma lista destas pessoas, e mantiveram em sigilo, o que foi explorado pelo *Diário* no sentido de despertar a curiosidade em seus leitores.



Figura 28: Polícia chama 40 para testes de AIDS.²²⁷

As medidas tomadas pelo DSP e pela polícia foram baseadas em suposições obtidas no relato de Márcia, que mencionou que garotas se prostituíam para obter cocaína e que existia uma grande rotatividade de pessoas, nos apartamentos dos acusados, para consumo da droga. Zú e Dedinho (acima na foto), tinham o vírus da Aids e isso era mencionado várias vezes nos jornais. Os dois órgãos responsáveis por cuidarem do caso (polícia e DSP), iniciaram uma estratégia de traçar uma espécie de mapeamento na cidade para localizar os focos provocados pelas garotas.

²²⁷ Em reportagem de Rubens Lunge no Jornal *Diário Catarinense*, 26 out. 1987, n° 543, p. 18-19.

O jornal fez questão de publicar que estes órgãos temiam que homens casados recusassem realizar exames junto de suas esposas. O médico Jair Ferreira alertou, porém, que o mais preocupante neste caso eram as pessoas que compartilharam a mesma seringa com o grupo, pois na escala de contaminação, esta seria umas das formas mais fáceis de contrair o vírus. A homossexualidade masculina estava no topo da escala de possibilidade de contrair o vírus da Aids. Depois, nas relações heterossexuais, vinham às mulheres, caso tivessem alguma ferida na vagina, e por último os homens, para quem, segundo o médico, as possibilidades eram menores.

Neste capítulo novo sobre a “gangue”, as histórias iniciais não eram mais o foco do jornal, mas sim o que ela poderia causar. E nesse sentido, imaginou-se muita coisa, como a estimativa apresentada na mesma reportagem de que o número de contaminados poderia chegar até 600 pessoas.

Ainda nesta edição, a fuga de Márcia para o estado do Rio Grande do Sul onde, sob escolta da polícia, a garota foi acompanhada dos repórteres do *Diário*, que aproveitaram os últimos momentos com a garota para publicarem “mais revelações” sobre o caso. Novamente a matéria que fala sobre a partida da garota situou o leitor, contando as histórias sobre o Edifício Helsinque e de como foi realizada a fuga.

Refutando as afirmações do delegado Elói Gonçalves, o secretário de Justiça e Segurança Pública, considerou um exagero o cálculo de que poderiam existir cerca de 600 pessoas contaminadas pela “gangue”, segundo jornal *O Estado*.²²⁸ Em 27 de outubro, no mesmo jornal, esse número aumentou para 1200 portadores do vírus, segundo o médico Oswaldo Vitorino, responsável pelo Ambulatório de Infectologia do Hospital Nereu Ramos, que declarou: “Preferível que se espalhe o pânico do que a doença”,²²⁹ numa referência às críticas levantadas sobre a estimativa de infectados. A afirmação do médico exemplifica o que Rui Iwersen declarou em entrevista concedida, quando mencionou que a década de 1980, em termos de combate a Aids, esteve pautada na inserção do medo na sociedade brasileira. Em se tratando do ano de 1987, período pelo qual o ministério da saúde não havia desenvolvido muitas políticas voltadas à prevenção e tratamento da Aids, a inserção do medo pode ser interpretada, ainda que uma medida descabida, como aquilo que era possível para o momento. O

²²⁸ Jornal *O Estado*, 26 out. 1987, nº 22.151, polícia, p.10.

²²⁹ Jornal *O Estado*, 27 out. 1987, nº 22.152, geral, p.10.

medo em termos de prevenção constituía-se numa medida mais concreta para se combater o vírus da Aids.

Outro assunto que passou a estar mais em evidência naquele momento foram as constantes reuniões dos moradores do Condomínio Europa, tendo como motivação inicial, a tentativa de retirada do trio de moradores do Edifício Helsinque, envolvidos no caso “pacto/gangue”. Outros problemas de longa data passaram a fazer sentido na lista de pendências levantadas pelos moradores. O jornal *O Estado* trouxe na edição de 27 de outubro, um abaixo-assinado realizado pelos moradores, que teve inicialmente como objetivo, tentar a retirada do trio de acusados. Depois, outro documento foi produzido em conjunto com todos os outros moradores dos edifícios com o intuito de pedir um posto policial naquele espaço. O argumento para o pedido foi a falta de segurança e os conseqüentes furtos, segundo o Sub-Síndico do Edifício Helsinque, Silvio Agostinho, que atribuiu tal situação à proximidade do morro da Penitenciária. Como descrito no jornal, aqueles problemas já existiam algum tempo, mas o episódio despertou a mobilização daqueles moradores.

Na tentativa de encontrar os portadores do vírus da Aids a polícia resolveu realizar uma espécie de vigília nas boates, em busca de “toxicômanos”, segundo Elói Gonçalves, que seriam levados a fazer exames. Além disso, tentou-se realizar uma espécie de mapeamento das pessoas que se envolveram com o grupo, bem como, a tentativa de obrigá-los a realizar os testes de HIV. Assim, a polícia tentou de todas as formas conseguir os nomes das pessoas portadoras do vírus da Aids para impedir que estas transmitissem o vírus a outras. Mas as autoridades ligadas ao Departamento de Saúde Pública impediram tal procedimento por ferir o direitos do cidadão.²³⁰ Existia uma expectativa da polícia em tomar ações enérgicas, o que foi barrado pelo DSP, que protestou uma espécie de “caça às bruxas”. O jornal publicou essa polémica, que pode ser compreendida como algo que alimentou o tema “Gangue da Aids”.

²³⁰ Jornal *Diário Catarinense*, 28 out. 1987, geral. p. 11.



Figura 29: Blitz contra suspeitos de AIDS.

Na mesma reportagem, ao lado, a história de um suposto “Esquadrão Aids”, relatado, segundo o jornal, por um homem casado, de 35 anos, que apareceu no Hospital Nereu Ramos com uma “história estranha”. O homem disse que ao sair da casa da sogra, no morro da Coloninha, foi abordado por oito pessoas que saíram de um Volkswagen e que aplicaram em seu pulso uma seringa e lhe disseram: “Somos do grupo de exterminio da Aids”, [...] a seringa está contaminada”. Em tempos que homens casados estavam na lista do DSP como possíveis contaminados pelas garotas que faziam prostituição, histórias de “pactos/gangues”, poderiam ser boas desculpas para sair livre de julgamentos no matrimônio.

A *Folha de São Paulo*²³¹ trouxe um furo interessante, não abordado pelos jornais locais sobre as declarações do delegado Elói Gonçalves, que em entrevista conjunta com o secretário da saúde, Martinho Ghizzo, no dia 27 de outubro, “reconheceu que errou ao afirmar que havia um grupo de aidéticos viciados em cocaína com um pacto de morte agindo no Estado, e que seriam seiscentas as pessoas infectadas”. Sobre o caso, o delegado afirmou, também não ter encontrado provas, já que das pessoas apontadas por Márcia, apenas o casal possuía o vírus da Aids. Outra informação, foi que nenhum caso de Aids foi constatado desde o início do suposto caso, segundo Antônio Miranda, chefe do serviço de vigilância epidemiológica.

²³¹ Jornal *Folha de São Paulo*, 28 out. 1987.

Mesmo com a constatação de que seria difícil encontrar provas para provar um suposto “pacto”, ainda assim, os jornais locais continuaram a alimentar um desfecho sobre o episódio, apresentando possíveis números de infectados, histórias similares de “pactos/gangues” e, nesse momento, principalmente uma expectativa em torno do resultado do exame de Patrícia Oliveira Bastos, a terceira integrante do episódio, como se ainda pudesse existir alguma forma de enquadrar o trio.

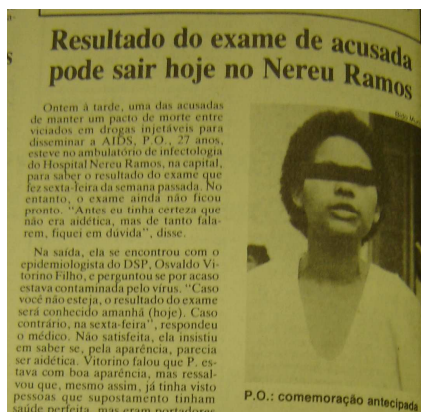


Figura 30: Resultado do exame de acusada pode sair hoje no Nereu Ramos.²³²

A revista *Veja*, semanal, também publicou o caso, com: “Viagens de alto risco”, quando o caso já estava perdendo força nas notícias diárias dos jornais locais.

Desde a semana passada, a população de Florianópolis descobriu que uma praga terrível ronda a cidade. Há um casal de viciados em cocaína e contaminados pelo vírus da Aids que, segundo a polícia, está disposto a disseminar a doença em rodas de consumo de tóxico através de uso comum de seringas para a aplicação da droga nas veias.²³³

²³² Jornal *O Estado*, 28 out. 1987, nº 22.153, polícia, p.10.

²³³ Revista *Veja*, 28 out. 1987, saúde, p. 102 e 103.

Saúde

Viagens de alto risco

Em Florianópolis a polícia denuncia que um casal de viajantes fez um passeio para disseminar a Aids

Do casal paulista, por volta de 45 anos, viajou para Florianópolis em janeiro de 1987. O casal, formado por um médico e uma enfermeira, chegou em Florianópolis em um avião de charter de São Paulo para Florianópolis. O casal chegou em Florianópolis em um avião de charter de São Paulo para Florianópolis. O casal chegou em Florianópolis em um avião de charter de São Paulo para Florianópolis.

Ranquilho confirma visita à cidade

DESAFIO: ORIENTAR — Com a denúncia de Maria, a polícia começou a investigar o casal. O casal chegou em Florianópolis em um avião de charter de São Paulo para Florianópolis. O casal chegou em Florianópolis em um avião de charter de São Paulo para Florianópolis.

FAC ESS CON VOCE TEM GANH

CON REMINER BANC

MESES

ROBERTA PEREIRA

ROBERTA PEREIRA

ROBERTA PEREIRA

Figura 31: Viagens de alto risco.

A revista mencionou “uma praga terrível ronda a cidade”, e imprimiu mais uma denominação fantasiosa sobre o episódio. O *Diário*, procurando alimentar o caso trouxe algumas figuras conhecidas na cidade, entre elas, o ex-prefeito Esperidião Aminim, que criticou a maneira que o caso estava sendo tratado e acrescentou que tanta repercussão poderia espantar os turistas da cidade.

Opiniões da sociedade sobre caso

Aminim espantando turistas

“Quer tirar a vida do turista e crime, para matá-lo, ainda mais assim, intencional de forma terrível. Não é justo que essa pessoa queira espalhar a praga... souhaça em Terra e vá para o céu... Quem é o Hang Louze, um juiz um pouco marialto, cheio de pontes, cheio de dinheiro e perdido, orgânico para promover a falta de respeito ao próximo. Mas o que não tem feito isso aqui é não continuar, apesar de ser presidente da Associação de Turistas...”

Roberta Pereira: um crime

reputa... como ela é... desequilíbrio provocado pelo... a responsável pelo... acreditado que sem permissão... era uma coisa dessas. Esse fato não é positivo, não é... “Uma situação é um... É uma coisa terrível... realmente desastroso, por... Esperidião Aminim... Roberto Pereira... “Tenho de resar pela... a situação de saúde... turistas menos desregrados... amplamente divulgado, fica... a normalidade com a sociedade... é normal nessa cidade. Não... acho que estejam fazendo de propósito e as declarações que dizem de ser são em momento de desequilíbrio...”

Dão: vidas desregradas

ria ser administrada pela... a imprensa, e não misturada a problemas de saúde. A... a praga, mas está sendo tratada... a contribuição do governo... Catarina que vai responder... interconectados e turistas. A... Roberto Pereira... “Uma é que você está... Esperidião Aminim... Roberto Pereira... “Tenho de resar pela... a situação de saúde... turistas menos desregrados... amplamente divulgado, fica... a normalidade com a sociedade... é normal nessa cidade. Não... acho que estejam fazendo de propósito e as declarações que dizem de ser são em momento de desequilíbrio...”

Figura 32: Opiniões da sociedade sobre o caso.²³⁴

A partir do caso, as opiniões veiculadas foram desde o prejuízo possível ao turismo até o medo pessoal de ser atacado com uma seringa contaminada. Alguns criticaram Florianópolis por querer aparecer demais ao publicar notícias sobre o “pacto/gangue”; outros se mostraram chocados diante de uma cidade que parecia não mais ser pacata e tranqüila. A idéia de criminalização não se limitou só aos envolvidos no caso, mas também aos outros portadores do vírus.

O responsável pela organização do Hang Loose Pro Contest, na praia da Joaquina, em 1987 considerou as ações da “gangue” como criminosas e traiçoeiras, por se aproveitarem de pessoas bonitas para promoverem a onda de contaminação. Já Esperidião Amin se mostrou preocupado com a dimensão que o caso ganhou, ao passar de uma questão social e médica para algo policial, e que a repercussão poderia atrapalhar o turismo na ilha, prejudicando a economia da cidade. A mulher do senador Jorge Bonhausen, levantou uma explicação mais psicológica atribuindo as atitudes dos envolvidos na gangue ao desequilíbrio destas pessoas de vida desregrada, segundo ela. Zeca D’Acâmpora (falecido), se mostrou assustado ao afirmar que a “gangue” tenha mesmo ocorrido. Argumentou que a situação estava sendo levada demais para o lado policial, focando na questão social e, de como estas pessoas necessitavam de tratamentos médicos e psicológicos. A manequim Roberta Pereira se mostrou amedrontada e apresentou como alternativa o isolamento das pessoas envolvidas na “gangue” para evitar que continuassem disseminando o vírus das Aids. Pessoas públicas foram entrevistadas para mostrarem seu posicionamento frente ao caso, bem como darem uma legitimidade e força para as argumentações dos jornais sobre o grupo.

Após as investigações em volta do grupo acusado de disseminar o vírus das Aids, a polícia constatou que enquadrar o grupo através da legislação presente seria difícil, já que não existia a possibilidade de comprovar a intenção dolosa por parte do trio em transmitir o vírus. É interessante, porque o mesmo delegado que acusou o grupo volta em fins de outubro a afirmar que não acredita em pacto da morte, “Não estou convencido de que houve um pacto de morte”, admitiu ontem pela primeira vez o delegado Luís Carlos dos Santos, presidente do inquérito policial [...]’. E mais, “[...] A prova de autoria e de materialidade em torno desse pacto é muito difícil de conseguir [...]”²³⁵.

²³⁵ Jornal **Diário Catarinense**, 30 out. 1987, nº 547, p. 20 e 21.



Figura 33: Casal “Zú” e “Dedinho”.²³⁶

A polêmica em torno do grupo nas páginas de outros jornais brasileiros trouxe à tona também a revolta do casal, “Zú” e “Dedinho”, que declararam que moveriam uma ação penal contra Elói Gonçalves. A foto acima mostra uma imagem contrária do que vinha sendo divulgado nos jornais locais, com um cenário mais familiar, em que “Dedinho” segue com o filho no carrinho. Eles não aparecem mais como supostos criminosos.

No mesmo dia 30 de outubro, a *Folha de São Paulo*²³⁷, trouxe uma matéria sobre os surfistas participantes de campeonatos de *surf*, que se mostraram preocupados com o suposto “pacto/gangue”. Declararam ao jornal, terem mudado o comportamento nos campeonatos realizados em Florianópolis. Se antes eles paqueravam as meninas da praia, após as denúncias passaram a não se envolver tanto.

²³⁶ Banco de Dados de São Paulo Jornal **O Globo** 30 out. 1987.

²³⁷ Banco de Dados de São Paulo Jornal **Folha de São Paulo** 30 out. 1987.



Figura 34: Caso de Aids em Florianópolis preocupa os surfistas

Há também quem precisou se certificar de que não corre riscos. O carioca Renato Phebo, 27, envolveu-se com uma garota durante o Hang Loose e só ficou tranquilo depois de ter sido informado sobre o comportamento da ex-parceira sexual: “Ela não é promíscua. Estou tranquilo”, disse. Phebo não toma as precauções recomendadas pelos médicos, como a de usar camisinha

A prevenção estava associada naquele momento à questão comportamental. Se a pessoa tivesse poucos parceiros não apresentava riscos. Depois de uma semana de intensa construção do episódio, o jornal O Estado promoveu um debate sobre Aids, no Centro Integrado de Cultura (CIC) de Florianópolis, atraindo 500 pessoas, (segundo a imagem abaixo), a presença de um portador do vírus da Aids, Paulo Roberto de Almeida, e mais os profissionais de saúde para esclarecer as dúvidas sobre a doença. Interessante que a medida educativa esteve diretamente vinculada ao episódio construído pelos jornais.



Figura 35: Debate sobre Aids atrai 500 pessoas.²³⁸

No mesmo dia 31 de outubro, o *Diário* passou a dar continuidade ao episódio, lançando um olhar sobre morro e construindo o local, como origem dos problemas referentes às drogas em Santa Catarina.



Figura 36: Quartel-general da droga tem novo rei.²³⁹

Ainda no dia 1º de novembro a reportagem seguiu com a imagem do criminoso associada ao forasteiro, “aos de fora”, percebida

²³⁸ Jornal *O Estado*, 31 out. 1987, nº 22.156, p. 10.

²³⁸ Jornal *Diário Catarinense*, 01 nov. 1987, nº 549.

²³⁹ Jornal *Diário Catarinense*, 01 nov. 1987, nº 549.

pela ex-dirigente da Associação dos moradores, como aqueles que vêm para deixar uma imagem negativa do morro. O momento foi oportuno para reclamar do poder público, que segundo ela, só aparecia em época de eleição. O delegado reafirmou o apelo da moradora, apontando que o morro era o local, onde migrantes catarinenses, gaúchos, paranaenses e paulistas eram facilmente captados pelo tráfico, quando não conseguiam emprego na cidade. Aqui um indício do crescimento populacional na capital. Naquele momento o contexto do morro do Mocotó foi percebido como lugar de desvio e de desajustamento da ordem social.

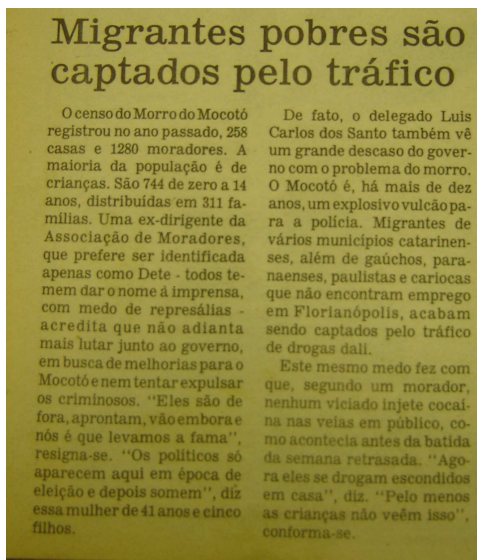


Figura 37: Migrantes pobres são captados pelo tráfico.²⁴⁰

O mês de novembro continuou marcado por assuntos relacionados à Aids, e informações sobre o andamento da composição do Inquérito Policial, por meio de depoimentos das pessoas que tiveram contato com o trio. Patrícia teve seu exame negativo, o que impossibilitou a polícia de enquadrar o trio do artigo 131 do Código Penal.

Quase um mês depois do início do caso, ressurgiram notícias semelhantes aos do caso "pacto/gangue". A foto a seguir mostra o caso dos falsos inoculadores de Braço do Norte que foi divulgado no jornal *O*

²⁴⁰ Jornal *Diário Catarinense*, 01 nov. 1987, nº 549, polícia, p. 38.

Estado em 19 de novembro, momento, aliás, que marca o fim do episódio. O episódio construiu a idéia de contaminação em toda a parte.



Figura 38: Falsos vacinadores acusados de inocular AIDS atemorizam o Sul.²⁴¹

Na capa, as histórias, sobre um grupo de pessoas, que estavam se fazendo passar por vacinadores para inocular o vírus da AIDS em crianças e idosos. Segundo a notícia, houve pânico nos municípios de Braço do Norte, Içara e Tubarão, no Sul do estado. O caso alarmou Braço do Norte, que ficou assustada com a situação e passou a representar perigo aos moradores,

O alarme foi dado pelo delegado de Braço do Norte que, ao receber a denúncia do juiz da comarca, alertou pelo rádio a população sobre o perigo. Embora a única confirmação do fato tenha partido do menor AFS que, segundo afirmou, recebeu Cz\$ 5,00 para ser “vacinado”, o medo tomou conta dos pais, que fizeram questão de buscar os filhos nas escolas e os impediram de sair à rua.

O surgimento de histórias semelhantes de transmissão dolosa ressurgiu depois de um mês de construção do caso “pacto/gangue” pelos jornais. Em 20 de novembro o Inquérito Policial foi concluído com o depoimento do médico Antônio Miranda que cuidava do casal, portador do vírus da Aids. Para o delegado Luiz Carlos dos Santos, o depoimento

²⁴¹ Jornal *O Estado*, 19 nov. 1987, n° 22.175, capa.

do médico comprovava que Zú já sabia da Aids desde setembro, e que ela mentiu ao depor, afirmando que soubera do resultado apenas algumas semanas antes do caso estourar. De qualquer forma, o casal não foi considerado doente de Aids, pois não apresentavam as manifestações da doença, o que deixava a critério do juiz realizar uma analogia ao artigo 131 do Código Penal.

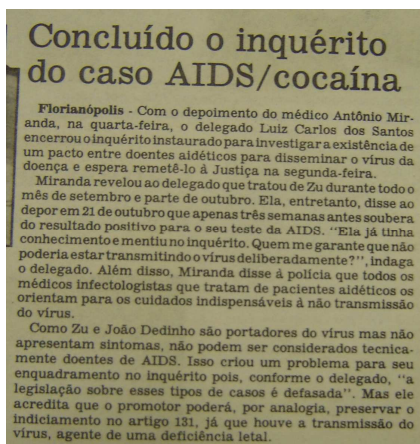


Figura 39: Concluído o inquérito.²⁴²

Em fins de novembro de 1987, os jornais passaram a publicar poucas notícias sobre o episódio. O caso teve uma dimensão social revelando as várias vozes que fizeram parte daquele contexto na estrutura da cidade, e que ultrapassou uma pequena história de desavenças entre um grupo de pessoas. A leitura das notícias me possibilitou compreender a dimensão deste episódio, que representou como estes jovens foram postos como bodes expiatórios dos problemas sociais, não só relacionados à Aids, como outros em geral.

²⁴² Jornal **Diário Catarinense**, 20 de Nov. 1987, polícia p.39.

CAPÍTULO III

A fofoca que rendeu um inquérito policial

Partindo da idéia de Elias e Scotson, de que “[...] o nível organizacional relativamente alto da “aldeia” facilitava a transmissão dos mexericos boca a boca e permitia que as notícias interessantes se espalhassem pela comunidade com uma velocidade considerável”,²⁴³ é possível ponderar esta análise para compreender como o episódio “pacto/gangue” ganhou tamanha dimensão a ponto de desencadear um Inquérito Policial, aberto em 19 de outubro de 1987²⁴⁴ e arquivado em 15 de agosto de 1990, tendo como indiciados: Patrícia de Oliveira Bastos, João Machado da Silva Neto (Dedinho) e Rosangela Corrêa Machado da Silva Lima (Zú).

A acusação principal foi respaldada na denúncia de que o grupo estava comprometido em disseminar o vírus da Aids através de seringas contaminadas. No processo constam em torno de 39 depoimentos de várias pessoas, entre acusados, moradores, médicos, policiais e jornalistas. A peça chave para provar a intenção criminal do grupo foi a confirmação da presença do vírus HIV entre as pessoas que tiveram contato com ele. Assim, o desenrolar do processo foi no sentido de buscar por meio dos exames e depoimentos a intenção criminal do grupo.

O objetivo deste capítulo é perceber o que o Inquérito Policial faz emergir por meio das linguagens conflitantes nos depoimentos e também as disputas em provar uma verdade construída, a partir do artigo 131 do Código Penal Brasileiro de 1940. A reconstrução do episódio por meio desta fonte jurídica se fará de forma paralela à análise feita nos jornais, já que tratam da mesma história, porém com linguagens diferentes sobre o acontecimento.

O inquérito foi instaurado pelo delegado de polícia do DEIC, Luiz Carlos Santos, que deu abertura às atividades no processo, e iniciou as investigações em torno do trio. A acusação esteve pautada no conhecimento por parte do DEIC de que pessoas residentes no bairro Trindade, contaminadas com o vírus da Aids, “procederam deliberada e intencionalmente, praticando atos capazes de transmitir a doença para

²⁴³ ELIAS, Norbert. SCOTSON, J.L. **Op. cit.**, p.121.

²⁴⁴ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, nº 01.86598.4.

outras pessoas [...]”.²⁴⁵ O delegado determinou que fossem tomadas as seguintes providências: apurar os depoimentos e encaminhar as pessoas suspeitas de terem contraído o vírus da Aids ao setor médico do DSP para realizarem testes.

A composição do inquérito começou com o Relatório realizado no dia 19 de outubro no 5º Distrito Policial da Capital, feito pelo delegado Aldo Prates D’Avila,²⁴⁶ momento em que as duas garotas, Márcia Regina Corrêa da Silveira e Marilisa de Melo foram detidas por suspeita de furto. Interrogadas, elas relataram à polícia sobre o tempo que estiveram residindo nos dois apartamentos pertencentes ao trio de acusados, e sobre as supostas reuniões, onde aconteciam sessões para o consumo de cocaína injetável, em que lá reuniam-se vários “marginais e pessoas comuns”, sendo o casal, João Machado e Rosângela, portadores do vírus da Aids.

O último item sobre as denúncias feitas pelas garotas chama atenção pelo uso da palavra “promiscuidade” por parte do delegado que interpreta suas falas. Este termo foi utilizado em larga escala durante o episódio. Assim, o delegado se pronunciou no relatório: “Que face à promiscuidade existente nos dois apartamentos, quanto ao uso de seringas pelos participantes das reuniões, e mesmo a promiscuidade sexual, são suspeitos de serem portadores do vírus da Aids os seguintes elementos:” e segue uma lista de nomes inquiridos no processo judicial. A noção de promíscuo usada pelo delegado não foi, necessariamente, a trazida pela garota. Mesmo antes do prosseguimento das investigações, o delegado interpretou a ação do grupo como sendo de caráter promíscuo, partindo do princípio que havia reuniões com drogas e sexo acontecendo indiscriminadamente.

Os “elementos” apontados pelas garotas foram: Hermes Geraldo Lopes, “Aldinho”, Alexandre e Marco (irmãos), Rosana (Patinha), Tito, Bugrão e Onça, como frequentadores e, Hercílio, Dói, Maestri, como traficantes.

A estrutura do Inquérito Policial foi dividida:

1º - Portaria delegando as regras em que os acusados foram investigados. Dos itens, destaque: “a) Reduzem-se a termo os depoimentos das pessoas que saibam ou tenham razão de saber dos fatos;”. Os acusados dentro desta dinâmica teriam seus depoimentos reduzidos, ao que parece, uma estratégia para diminuir o poder de defesa dos acusados.

²⁴⁵ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 02.

²⁴⁶ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 04.

- 2º - Relatório contendo informações sobre os fatos;
- 3º - Depoimentos de quem estava acusando;
- 4º - Depoimento dos acusados;
- 5º - Boletim individual sobre informações pessoais dos acusados;
- 6º - Informações sobre a vida pregressa dos indiciados. Ou seja, dados ao longo da vida pessoal;
- 7º - Identificação digital, foto, características físicas, qualificação, antecedentes criminais;
- 8º - recortes de jornais abordando o episódio;
- 9º - Procurações, ofícios de advogados
- 10º - Depoimentos dos moradores do Edifício Helsinque;
- 11º - Depoimento dos jornalistas envolvidos na denúncia do caso;
- 12º - Depoimentos de policiais envolvidos no caso;
- 13º - Relatório do delegado;
- 14º - Parecer sobre o caso.

Os primeiros depoimentos foram de Márcia e Marilisa, que trouxeram de forma mais detalhada as histórias denominadas pelos jornais como “pacto/gangue” da Aids, já que estas mídias impressas publicaram somente as entrevistas. O conteúdo do Inquérito Policial, embora tenha trazido o mesmo enredo publicado nos jornais, trouxe uma linguagem diferente para abordar o assunto. Ainda que os depoimentos neste inquérito tragam muitas palavras interpretadas pelo escrivão, por meio deste documento é possível ter um maior contato com a versão dos personagens, do que com as apresentadas pelos jornais. Isso devido ao fato dos jornais possuírem uma equipe de edição, que seleciona, organiza e monta as reportagens com trechos das falas dos personagens, além de conferirem muitas vezes sentidos e interpretações que fogem ao emitido pelos entrevistados.

3.1 Depoimento de Márcia e Marilisa

O primeiro depoimento foi de Márcia, com cinco páginas descrevendo o momento que residiu em Florianópolis. A garota natural da cidade de Canoas, (RS) chegou à capital em 25 de janeiro de 1987, onde foi primeiramente morar na praia Mole a convite de uma amiga. Lá, ela trabalhou como manicure. Neste tempo, Márcia conheceu Patrícia, que passou a convidá-las para participar das festas no Edifício

Helsinque. Segundo a garota, Patrícia a teria induzido a utilizar cocaína, justificando sua participação nas reuniões.

Nos apartamentos dos acusados, Márcia conheceu traficantes do morro do Mocotó. João Machado, o “Dedinho”, a quem ela se refere como sendo traficante, e Rosângela Corrêa, a “Zú”. Em relação a “Zú” a garota afirmou que a mesma compartilhava sua seringa com os outros participantes e que em 08 de agosto de 1987, a “Zú” soube através de exame que era portadora do vírus da Aids, juntamente com seu marido, “Dedinho”. E mesmo com o diagnóstico, o casal compartilhou sua seringa com os demais, sem lhes informar do estado de saúde, segundo Márcia.

O ponto alto desta acusação foi a declaração de que o casal afirmava abertamente que iria propagar a doença ao maior número de pessoas possíveis, através de seringas contaminadas para o consumo de cocaína e por meio de relações sexuais, que segundo a garota, as maiores protagonistas foram Rosana (Patinha) e Patrícia.

Na metade do depoimento descrito pelo escrivão Raul Raitz surgem alguns indícios da linguagem conflitante. Em meio a tantas revelações, Márcia falou sobre “vulgo Onça”, o Cláudio Veríssimo Vieira, também bastante presente nas reportagens de jornais, como freqüentador assíduo dos apartamentos do trio de envolvidos. Casado e com filhos menores, a declarante disse que a esposa de Cláudio desconhecia que o mesmo era portador da “famigerada” doença. O termo não veio de Márcia, mais do escrivão que assim reconstruiu o depoimento da garota. Aos poucos torna-se perceptível que o depoimento de Márcia é mais do que uma descrição fidedigna dos fatos. O discurso da garota foi construído com estereótipos que alimentaram o acontecimento. Estereótipos estes que foram maneiras da justiça, por meio do trato do escrivão, significar o episódio.

Em seguida, a garota disse que desconhecia a existência de um pacto de morte firmado entre os aidéticos para disseminarem o vírus da Aids. E interessante também foi a recorrente linguagem utilizada, recheada de termos técnicos para descrever as ações do grupo,

[...] que a declarante desconhece a existência de um pacto de morte firmado entre os aidéticos para disseminarem a AIDS, mas tem certeza que os aidéticos conhecidos da depoente, pertencentes ao grupo de risco dos viciados em drogas injetáveis estão transmitindo a doença, ou procurando transmiti-la através de sessões de cocaína com aparelhos hipodérmicos de uso com, digo,

coletivo ou mesmo através de múltiplas relações sexuais, abdicando do uso de quaisquer preservativos e na mais absoluta promiscuidade. Que nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu Raul Raitz, escrivão o datilografei.²⁴⁷

As acusações em volta do grupo partiram da existência de um “Pacto da morte”, que trouxe um sentido próprio, uma representação de um grupo de aidéticos comprometidos em disseminar o vírus da Aids. Do depoimento registrado pelo escrivão destaque: “pertencentes ao grupo de risco dos viciados em drogas injetáveis”, porque é um exemplo de como existe certo julgamento do escrivão que rotulou os envolvidos dentro do grupo de risco. Da mesma forma com “mais absoluta promiscuidade”, a frase emite significados, dos quais os envolvidos são postos como pessoas que extrapolaram as regras sociais em relação ao sexo. Segundo Howard Becker, “Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas””.²⁴⁸

Outra idéia importante, segundo o sociólogo, trata de compreender como certos atos são encarados como “desviantes”. A resposta depende da reação das pessoas frente ao caso. Isso nos leva a compreensão de que a natureza do desvio não se encontra no próprio ato, mas nas respostas que as pessoas concedem a ele. O episódio em questão passou a ser criminalizado. Primeiro, porque foi construído pelos jornais como parte de um “pacto/gangue” de pessoas que estiveram juntas para cometer algum ato ilícito; segundo, por envolver temas ora tabus, ora ilícitos, como sexo e drogas. Além de serem amedrontadores, como foi a Aids.

Neste caso, a justiça partiu da premissa que a relação dos envolvidos invocou algo imoral, ligado à substâncias ilícitas. Os elementos que emergem a princípio, neste primeiro depoimento, são os de que a justiça também construiu o episódio conferindo a ele estereótipos.

O foco neste depoimento foi a reconstrução do que teriam sido as reuniões para consumo de cocaína nos apartamentos 821 e 841. Em nenhum momento a garota foi inquirida para falar sobre a acusação de furto, motivo inicial que a levou ser presa.

²⁴⁷ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 09.

²⁴⁸ Becker, Howard Saul. **Op. cit.**, p. 15.

Ao dia 21 de outubro de 1987, logo após seu longo depoimento, o resultado laboratorial de Márcia atestou exame negativo para HIV.²⁴⁹ Resultado este que os jornais passaram a especular, pois era uma estratégia da polícia pra incriminar o trio de acusados. Como se sabia que era preciso realizar mais testes para confirmar o estado de saúde da garota, as investigações continuaram.

Marilisa, natural de Seara (SC), colega de Márcia, que também foi presa por acusação de furto por parte do casal, João Machado e Rosângela Corrêa, prestou depoimento ao 6º Distrito Policial. Menor de idade, com 17 anos, a garota prestou depoimento na presença de uma mulher que se dispôs a ser curadora.

Marilisa alegou que na semana que passou em companhia de Márcia, furtaram algumas roupas do casal, mas que já havia devolvido a João Machado. Ela e Márcia foram expulsas do apartamento e acusadas por furto. Sobre o tempo que residiu com “Zú” e “Dedinho”, afirmou que ambos eram aidéticos, que faziam uso da cocaína e, inclusive que “Dedinho” já tinha sido preso por tráfico de drogas.

Em seguida, segue uma longa descrição sobre os horários em que era utilizada a cocaína, traficantes que apareciam nos apartamentos, como a droga era utilizada e como eram feitas as negociações. De forma que nomes foram revelados, como os traficantes do morro do Mocotó: Dói, Tito, Baleia, Bugão e Hercílio. Neste depoimento o ponto alto foi a descrição de um esquema de tráfico em Florianópolis que envolvia muitas pessoas, desde os próprios traficantes, até crianças. A garota ainda afirmou que o filho mais velho do casal, com dez anos, já cheirava cocaína.

As revelações sobre o tráfico tiveram destaque naquele momento, porque ocorreu uma descrição minuciosa sobre como ocorriam as negociações. A polícia, após o conhecimento deste fato, passou a montar esquemas para prender mais traficantes no sentido de inibir o tráfico na cidade. O tráfico sempre existiu, mas naquele momento tornou-se problema para a cidade aos olhos da polícia. O morro do Mocotó passou de certa forma a ser foco das mazelas da capital, onde os próprios jornais destacavam como local de moradia de quem vinha de fora, que sem emprego acabavam nas mãos de traficantes.

²⁴⁹ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 12.

3.2 Depoimento do trio de acusados

João Machado da Silva Lima Neto, “Vulgo” Dedinho,²⁵⁰ era natural de Paranavaí (PR). O depoimento em 21 de outubro de 1987 foi curto, descritivo e limitado a dar respostas às acusações. O depoimento trouxe informações sobre o uso de drogas e o envolvimento nos suposto “pacto”. Ele afirmou que fumava maconha desde os 15 anos, e que apenas há oito meses antes do caso estourar, junto de sua esposa, começou a cheirar e injetar cocaína. Defendeu-se das acusações de Márcia, afirmando que a garota já chegou a sua residência com marcas pelo braço e assim, não a induziu a utilizar a droga.

Sobre a acusação de ter transmitido intencionalmente o vírus da Aids, ele negou dizendo que só compartilhava seringa com Rosângela e que nunca houve sessões de consumo de cocaína em seu apartamento. Considerou um absurdo a acusação de que seu filho de 10 anos usava droga. Confirmou que ele e sua esposa eram portadores do vírus da Aids, não sabendo como foram contaminados. Informou ao escrivão que conseguia a droga no bairro Agrônômica, não revelando possíveis fornecedores e nem como fazia para conseguir a droga.²⁵¹

Na parte do “boletim individual”, um documento que trouxe informações pessoais e o indiciamento no artigo 131 do Código Penal Brasileiro.²⁵² E no momento das informações sobre a vida pregressa do indiciado foram questionados dados ao longo da vida de João Machado, como: até que idade viveu com os pais; a escolaridade; quais profissões que trabalhou; se já foi processado, ao que ele respondeu que sim e, vícios que possuía.²⁵³ E por último, a ficha de antecedentes criminais, no qual foi indiciado por porte de entorpecentes, vindo no verso da folha as digitais e fotos do mesmo.²⁵⁴

As regras judiciais postas no inquérito demonstram uma prática que denota uma série de dados, que coletados são distribuídos de forma a alimentar uma acusação. E nesse sentido, utilizo a perspectiva teórica de Foucault para compreender esta técnica de “saber/poder”, inscrita na Idade Média como forma de verdade no interior da ordem jurídica. Segundo Foucault, “Foi para saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento, que o Ocidente elaborou as

²⁵⁰ Termo utilizado pelo escrivão Raul Raitz.

²⁵¹ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 14.

²⁵² **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 15.

²⁵³ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 16.

²⁵⁴ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 17.

complexas técnicas do inquérito que puderam, em seguida, ser utilizadas na ordem científica e na ordem de reflexão filosófica”.²⁵⁵ A origem destas formas, segundo Foucault está ligada aos controles políticos e sociais, principalmente no decorrer da formação de uma sociedade capitalista no século XIX, com a sociologia, psicologia, a criminologia.²⁵⁶ E nesse sentido pode-se pensar na criminologia, no qual inseriu as formas de investigação e julgamento.²⁵⁷

Antes mesmo de iniciar o depoimento de Rosângela, as informações sobre a vida pregressa dela aparecem, destacando-se a declaração de que também se considerava viciada em cocaína.²⁵⁸ Rosângela Corrêa da Silva Lima Neto, “Vulgo” Zú²⁵⁹ era natural de Tubarão (SC). Como seu marido, também teve um depoimento curto e refutou as acusações feitas por Márcia. Ela declarou que cheirava e injetava cocaína, mas que jamais teria usado esta prática para disseminar o vírus da Aids. Em virtude de Márcia ter sido acusada de ter furtado objetos pessoais de Rosângela, a mesma acredita que pela motivação de vingança a garota tenha inventado tais fatos.²⁶⁰ E como o marido, também foi inquirida no artigo 131 do Código Penal Brasileiro.

A terceira acusada concedeu seu depoimento logo após de “Zú”. Patrícia de Oliveira Bastos era natural de Criciúma (SC), e afirmou que fumava maconha desde os 15 anos e que fazia o uso de cocaína há pouco tempo. Ela tinha conhecimento que o casal era portador do vírus da Aids e que as reuniões para consumo de cocaína eram feitas no apartamento de “Zú”. E mesmo sabendo da condição de portadores do vírus da Aids, o casal continuou, segundo Patrícia, a usar a mesma seringa nas sessões onde havia várias pessoas. Por outro lado, não tinha conhecimento de que o casal estava comprometido com um “pacto da morte” e nem que “Zú” e “Dedinho” estavam transmitindo Aids intencionalmente.²⁶¹ Diferentemente das declarações aos jornais, em que negou parte do seu envolvimento, Patrícia neste processo declarou ter participado das sessões de cocaína, descrevendo-as. Assim

²⁵⁵ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 1996, p.12.

²⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p.12.

²⁵⁷ DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na “Belle Époque”**: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Ver também: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

²⁵⁸ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 18.

²⁵⁹ Termo utilizado pelo escrivão Raul Raitz.

²⁶⁰ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 19.

²⁶¹ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 23.

é perceptível como o discurso construído nos jornais se diferencia do posto no inquérito.

Após o depoimento, em 21 de outubro de 1987, a avó paterna solicitou a guarda dos filhos de Rosângela. A senhora N.M.P.B. declarou que ficou “estarecida” com as notícias que o jornal *O Estado* publicou sobre a movimentação de traficantes em torno das rodadas de “tóxicos” e “outras atividades promíscuas”.²⁶²

Nota-se neste documento, que o jornal tornou-se mais do que um meio de difusão de notícias, sendo ele também uma prova para incriminar o grupo. Além dos exames de HIV, as notícias dos jornais locais foram postas como verdades a serem utilizados na composição do inquérito.

3.3 O jornal como prova

Duas pequenas notas retiradas do jornal *Diário Catarinense* referente ao caderno geral e com texto característico de coluna social, do dia 22 de outubro de 1987, sobre o caso foram postos neste inquérito.

O primeiro:

Gente conhecida

É bastante conhecido da rapaziada da cidade – do Kioski, Vidal, Chandom e Joaquina principalmente – o casal que está com AIDS e, no entanto, consciente, está espalhando o vírus entre muitos amigos. Aliás, os dois, Zu e João Machado, já foram ameaçados de morte por muita gente do Morro do Céu, onde teriam ido com uma única seringa, drogando quase 100 pessoas. E durante o Hang Loose muitas meninas que se drogavam no apartamento do casal, na Trindade, fizeram amor muitas vezes com surfistas cariocas e estrangeiros, contaminando a todos. O caso já era público há quase um mês e entre os amigos não se falava em outra coisa. Os pais dos irresponsáveis é que não mereciam tanto. Os da menina então são pessoas finíssimas, inteligentes e moram no coração de muita gente da sociedade florianopolitana.

²⁶² **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 28.

AIDS

São espantosos e alarmantes os fatos revelados do depoimento prestado à polícia pela jovem viciada M.R.C.S., de 18 anos – cujo diário o **DC** está publicando hoje. O fato de que elementos contaminados pelo vírus da AIDS, com conhecimento de sua condição, tenham agido conscientemente para disseminar o mal, embora ainda não contemplado pela legislação penal brasileira, enfeixa todos os elementos que permitem sua classificação entre os crimes cometidos contra a vida e a integridade humana. Nos Estados Unidos, assim têm sido enquadrados pela Justiça casos semelhantes, justificando também a intervenção policial e a prisão cautelar de seus autores. No caso, como se evidencia no diário da jovem M.R.C.S., ficam claramente constatados o ânimo perverso e o caráter de agressão à sociedade. Lamenta-se pela sorte dos jovens viciados, dignos de compaixão. Mas nem por isso deve-se deixar de cobrar das autoridades medidas enérgicas para evitar a continuidade dessa ação criminosa, e a responsabilização dos que a praticaram. O episódio traz ainda uma outra advertência: há que redobrar os esforços para combater o tráfico e o consumo de drogas que – como se não bastasse toda a violência que geram – associam-se também à difusão da AIDS²⁶³.

Os recortes de jornais trouxeram a mensagem de que ocorreu uma “agressão” à população, e no inquérito, as reportagens foram postas como provas de que uma retratação se faria necessária aos danos causados pelo trio de envolvidos. E ainda, as drogas e o tráfico apareceram como males que a partir daquele momento tornaram-se um problema, que anteriormente não eram pensados.

Assim, a preservação de uma ordem social é um bem a ser resguardado, mais do que o indivíduo em si²⁶⁴. Dessa forma, a aplicação

²⁶³ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 28.

²⁶⁴ Nelson Hungria foi um dos mais importantes penalistas brasileiros entre 1951 e 1961. Foi ainda membro da Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Penal. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Membro da Comissão Elaboradora dos Anteprojetos da Lei das Contravenções Penais e do Código de Processo Penal. Heleno Cláudio Fragoso foi um dos juristas brasileiros mais importantes, conhecido por advogar por presos políticos na época da ditadura militar, entre eles, o historiador, Caio da Silva Prado Junior. Considerado um dos mais

do artigo 131 do Código Penal, mesmo com todas as contrariedades de ser defasado para a época, foi aplicado com o intuito de proteger aquela população da desordem.

3.4 A aplicação do artigo 131 do Código Penal Brasileiro

Um dos elementos neste trabalho é a análise da aplicação de um artigo datado de 1940, e sua aplicabilidade a um contexto e período considerado democrático pela história. A década de 1980, no que tange ao cenário político, voltou a dar aos cidadãos o poder de escolha e de luta por direitos. Pensando em relação à Aids, mesmo em meio às contrariedades das políticas de saúde pública no início da epidemia, as ONGs exerceram neste contexto, o poder de lutar por melhorias para os portadores do vírus da Aids, bem como acompanhar as decisões do governo. Em 1987, período em que ocorreu o chamado “Pacto da morte” ou “Gangue da Aids”, foi um momento que as políticas de saúde pública e ONGs não estimavam por medidas eugênicas, como foi o período da criação do artigo 131 do CPB.

Assim, o objetivo desta análise consiste em problematizar como foi possível a aplicação do artigo 131, de 1940 a este contexto democrático. O artigo 131 é assim definido: “Perigo do contágio de moléstia grave”: Praticar, com o fim de transmitir moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa, de dois mil a dez mil cruzeiros”.²⁶⁵

Acerca desta discussão, alguns pontos são interessantes para serem analisados, como: o sentido do que é crime, a compreensão do que significa o artigo 131; as motivações que levaram a criação deste artigo e, pensar na aplicação, em 1987, para enquadrar o trio. Questões estas, que ajudam em um melhor entendimento sobre a aplicabilidade deste artigo neste inquérito.

Eva Gavron, em tese de doutorado, estudou as noções jurídicas e sociais sobre o significado de vítima dos crimes sexuais ocorridos entre 1964 e 1985. A autora realizou uma discussão sobre o significado de crime. Está presente em seu trabalho uma citação de

respeitados defensores dos direitos humanos, sendo preso pelos agentes da repressão em 1970. Ver: Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/helena_fragoso. Acesso em: 05/05/09. Ele foi ainda professor titular da Faculdade de Direito Cândido Mendes. Livre-Docente da Faculdade de Direito da UFRJ. Membro da Comissão Internacional de Juristas. Secretário-Geral Adjunto da Associação Internacional de Direito Penal. Advogado. Ver: HUNGRIA, Nelson. FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Op. cit.**, p.17.

²⁶⁵ Idem. *Ibidem*, p.386.

Roberto Lyra, jurista brasileiro, que traz uma compreensão sobre este assunto. Segundo ele, a natureza do crime depende do contexto em que está inserido.²⁶⁶ O crime, como apontou Arlete Farge, também citada por Gavron é “[...] algo de produtivo, pois sanciona ações e recrimina determinadas condutas e comportamentos, ou seja, o crime é um caminho interessante e possível para compreender a sociedade, seus julgamentos e o pensamento de um tempo”.²⁶⁷

Nelson Hungria apontou que existem dois tipos de crime, os *crimes de resultado* e os *crimes de ação*: “A toda ação penalmente relevante corresponde um efeito objetivo, seja ou não perceptível pelos sentidos. Todo crime produz uma situação de fato. Seja de *dano* (dano real, concreto, efetivo), seja de perigo (possibilidade de dano, dano potencial)”.²⁶⁸ Esta noção de crime é compreendida dentro da idéia da periclitacão da vida e da saúde. A noção de perigo representa uma alteração no mundo externo, e isso se constitui como um resultado. A noção de crime dentro dos parâmetros do Código Penal Brasileiro opera no campo objetivo e subjetivo.

Em relação ao problema de transmissão do vírus da Aids de forma intencional, Luiz Mott realizou uma pesquisa sobre notícias divulgadas na imprensa nacional, analisando a utilização do sangue com HIV nas suas variações como arma e como as autoridades lidaram com esta problemática.²⁶⁹

Entre os vários casos citados pelo autor, destaco a divulgação do episódio ocorrido em Florianópolis pela revista Veja,

²⁶⁶ Segundo Gavron, Roberto Lyra foi jurista, criminalista, advogado, também participou da revisão do Código Penal de 1940. Ver: LYRA, Roberto. Criminologia. Rio de Janeiro: Forense, 1964, p.71-72. Apud por GAVRON, Eva. **Dramas e danos**: Estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985). Tese de doutorado em história – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

²⁶⁷ Arlete Farge Apud por GAVRON, Eva. **Op. cit.**, 2008.

²⁶⁸ HUNGRIA, Nelson. FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Op. cit.**, p. 370.

²⁶⁹ Este ensaio foi escrito para ser apresentado na reunião de Comissão Nacional de Aids, do Ministério da Saúde, em 26 de maio de 1999, p. 157. O objetivo do ensaio foi analisar um dos aspectos mais delicados e polêmicos decorrentes dessa epidemia: a transmissão dolosa do HIV-aids e seus relatos na imprensa brasileira. Com base em meia centena de notícias divulgadas na imprensa nacional e internacional, entre 1984 e 1999, foram abordados os seguintes tópicos: o uso do sangue contaminado como arma, a contaminação sexual proposital, a transmissão do HIV por usuários de drogas, a opinião e reação dos donos do poder e as ocorrências no exterior, p. 159. Ver: MOTT, Luiz. **A Transmissão dolosa do HIV-Aids**: relatos na imprensa brasileira. In Impulso, n° 32, 2002.

Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp32art10.pdf>>

Acesso em: ago. 2006.

Manchete da revista *Veja* alertava, em 1987, sobre o clima de terror observado em Santa Catarina, “Viagem de alto risco: em Florianópolis, a polícia denuncia que um casal de viciados fez um pacto para disseminar a aids”. Foi a jovem Márcia Corrêa da Silveira, 18 anos, que também havia participado dos embalos, quem denunciou o casal: João Machado da Silva Neto, 30 anos, e Rosângela Corrêa da Silva, 24 anos, pais de três filhos, os quais, segundo consta, sabiam ter contraído o vírus da Aids e estavam contaminando outras pessoas. “São dois verdadeiros assassinos”, afirmou o delegado Elói Gonçalves de Azevedo, chefe do Departamento de Investigações Criminais. Apesar dos dois viciados negarem a intenção de transmitir a doença, o delegado não teve dúvidas quanto ao pacto denunciado por Márcia. As sessões de pico quase sempre reuniam de seis a oito pessoas e não havia mais que quatro seringas. “Já que essa doença me destruiu, por que eu também não posso destruir os outros?”, perguntava-se Márcia. “Agora quero mais é tomar brilho (cocaína) dia e noite”, completou.²⁷⁰

Dos vários casos descritos, o que mais teve repercussão foi o do “pacto/gangue”, e também um dos primeiros casos de suposta transmissão do vírus por drogas injetáveis. A maioria diz respeito ao uso do sangue por presos para enfrentar agentes prisionais e são datados após 1987.²⁷¹

²⁷⁰ Revista “Veja”, 28 out. 87, p. 167-168 Apud MOTT, Luiz. **A Transmissão dolosa do HIV-Aids: relatos na imprensa brasileira.** In Impulso, n° 32, 2002.

²⁷¹ Há mais de uma dezena de registros na imprensa brasileira, a partir de 1987, e ao longo da década de 90, de portadores de HIV ou de pseudoportadores lançando mão do próprio sangue, ou do sangue alheio, como arma intimidatória, com os seguintes objetivos: fugir de hospital ou cadeia, evitar ser preso, intimidar pessoas para roubar ou assaltar; e infectar propositalmente outra pessoa, p 159. O caso de maior notoriedade nacional ocorreu em São Paulo: três assaltantes invadiram o apartamento do advogado Benedito Luiz Franco, 54 anos, ameaçaram infectar os reféns com o vírus HIV e levaram 45 mil dólares e cerca de 20 mil reais em jóias. A polícia suspeitou que os criminosos fossem os mesmos que roubaram o deputado Erasmo Dias. Dois deles disseram ser portadores do vírus HIV. Um ano depois, Francisco Luiz Ferreira Picerini, 19 anos, ex-detento da Febem, foi preso e identificado como líder dessa gangue que ameaçava as vítimas com sangue contaminado. Foi também acusado de ameaçar estuprar uma moça para contaminá-la com HIV e reconhecido por quatro vítimas. Quando mais jovem, já tinha sido acusado de fazer roleta russa com as vítimas e ateador fogo em duas delas. Picerini negou as acusações. Foi decretada sua prisão temporária, “Ladrões fazem roubo com ameaça de HIV”, Folha de S.Paulo, 27/Nov./97 e 11/mar./98. Apud MOTT, Luiz. **Op. cit.**, p. 160.

Mott interpretou que essas acusações de contaminação intencional do vírus da Aids, muitas vezes não passaram de suspeitas sem provas concretas, motivadas pelo que acredita ser uma espécie de “aidsfobia”. As autoridades públicas, como juízes, policiais, sanitárias e mesmo a imprensa acabaram motivando uma histeria coletiva baseada na contradição em lidar com os casos desse gênero. Principalmente, porque do ponto de vista judicial tentaram enquadrar os supostos casos de transmissão dolosa dentro de artigos controversos, como o artigo 130 e 131 do Código Penal Brasileiro, respectivamente, os crimes de “perigo de contágio venéreo” e de “perigo de contágio de moléstia grave”. Ainda segundo o autor,

Como a aids não é considerada, propriamente, uma doença venérea, pois pode ser transmitida por outras vias que não a sexual, o artigo 131 é difícil de aplicação. O crime de perigo de contágio consuma-se na prática de um ato capaz de produzir contaminação, independentemente de resultado positivo ou negativo, e suas conseqüências, pressupondo a intenção da pessoa de transmitir a doença.²⁷²

Os artigos são controversos porque não existia uma legislação específica para uma síndrome que poderia ser transmitida de outras formas e sem o conhecimento da pessoa.

Sobre o artigo 131 – PERIGO DE CONTÁGIO DE MOLÉSTIA GRAVE:

Conceituação e elementos. No art. 131, é incriminada a dolosa produção do *perigo de contágio de moléstia grave*, por parte de quem se acha dela atacado. O fato só é punível do *dolo de dano*: é necessário que o agente proceda com *fim* de transmitir a moléstia. Tal como na hipótese do § 1.º do art. 130, não se trata aqui, propriamente, de um crime de perigo, mas de um crime *formal* ou de *consumação antecipada*: é uma tentativa de lesão corporal grave, especialmente punida como crime *sui generis* ou autônomo. São *essentialia* do crime em questão:

²⁷² Idem, p. 170.

- a) a existência, no agente, de moléstia grave infectuosa ou transmissível;
- b) atos idôneos a ocasionar o perigo de contágio;
- c) consciência da contagiosidade da moléstia;
- d) intenção específica de transmitir a moléstia.

Moléstia grave é um conceito médico. A *gravidade* da moléstia, bem como a sua *contagiosidade* e a relação de causalidade entre a conduta do agente e o perigo concreto de contágio, tem de ser pericialmente averiguada. São moléstias transmissíveis, entre outras, as que o Regulamento de Saúde Pública declara de notificação compulsória, como sejam a febre amarela, a peste, a cólera e doenças coleriformes, o tifo exantemático, a varíola, o alastrim, a difteria, a infecção puerperal, a infecção do grupo tífico-paralítico, a lepra, a tuberculose aberta, o impaludismo, o sarampo e outros exantemas febris, as disenterias, a meningite cérebro-espinhal, a paralisia infantil ou moléstia de HEINE-MEDIN, o tracoma, a leishmaniose.²⁷³

Neste caso, o que define a aplicação da pena é a intenção, o dolo em transmitir a doença. Pensando no episódio em questão, este artigo esbarrava ainda no item d): intenção específica de transmitir a moléstia. Como era possível provar a intencionalidade da transmissão da Aids? Primeiro, a pessoa que contrai o vírus pode apresentar-se assintomática e não saber de sua condição. Segundo, as pessoas que compartilhavam a seringa poderiam saber do estado de saúde, por exemplo, de “Zú” e “Dedinho”.

Para compreender melhor essa problemática é necessário entender o contexto da década de 1980. Segundo Camargo, a complexidade do mundo moderno não mais permite resolver casos como este por meio do defasado direito penal clássico, pois a “[...] Constituição Federal, de 1988, no seu artigo 1º, acolheu o Estado Democrático de Direito, que tem como um dos fundamentos a dignidade da pessoa humana”.²⁷⁴ O direito penal dentro dessa lógica deixa de ser um meio para regular o comportamento social, não mais punindo os desvios morais ou religiosos.

²⁷³ Idem, p.411-412.

²⁷⁴ CAMARGO, Antonio Luis Chaves. Aids e direito penal: aspectos gerais In **Revista USP**. N. 1, São Paulo, 1989, p.57.

No Brasil, de acordo com Camargo, ocorre pouca discussão sobre o tema pelos juristas brasileiros. Na maioria dos casos segue-se uma tendência inadequada de criminalização dos atos reprováveis de forma exacerbada, colocando-se a transmissão da Aids como tentativa de homicídio.²⁷⁵ Dentro de um estado democrático, torna-se dificultoso aplicar um artigo remanescente de um período marcado por códigos morais.

O artigo 131 de acordo com Fragoso “[...] foi inspirado no modelo que remonta à antiga lei de Koch e que aparece no CP dinamarquês (§ 256) e também no CP italiano (art. 554), que classificava como crimes contra a integridade e insanidade, seguindo a influência fascista”.²⁷⁶ Este artigo foi uma espécie de reação contra a disseminação das moléstias, que passaria assim a ser feita por meio punitivo. Mas, segundo Fragoso, isto não aconteceu, até porque existia já um progresso da medicina, principalmente por conta dos antibióticos que puderam proporcionar um maior controle das doenças.²⁷⁷ Entende-se de certa forma porque na década de 1980 retomou-se ao defasado artigo 131 de 1940, pois como aponta Camargo, desde a descoberta dos antibióticos a humanidade se imaginou livre das doenças infecciosas.²⁷⁸ E quando a medicina encontrava-se com muitos avanços, surgiu uma doença complexa, sem cura e transmissível. Logo, velhas medidas para combatê-la foram acionadas na tentativa de erradicá-la.

Em torno de algumas medidas eugênicas, Hungria defendeu que adotassem iniciativas razoáveis, como a que recaiu sobre o intensivo combate à propagação das moléstias venéreas, em que são consideradas por ele como um dos mais terríveis flagelos da humanidade, pela facilidade de contágio e pelas conseqüências devidas à fácil transmissibilidade. Assim, ele concluiu a idéia afirmando que “[...] as doenças sexuais afetam, mais que qualquer outra, a saúde do povo e a seleção do tipo humano”. Naquele momento a *sífilis* foi apontada como sendo a mais mortal, “[...] com seu cortejo de ruínas e desgraças, ferreteando indelevelmente o indivíduo contaminando e também, quase sempre, a sua prole”.²⁷⁹ Sobre esta discussão, Eva Gavron analisou que “numa frente comum, médicos e juristas buscavam o ordenamento social, por meio de políticas de controle da sexualidade”.²⁸⁰

²⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 58.

²⁷⁶ HUNGRIA, Nelson. FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Op. cit.**, p.570.

²⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 570 e 571.

²⁷⁸ CAMARGO, Antonio Luis Chaves. **Op. cit.**, p.63.

²⁷⁹ HUNGRIA, Nelson. FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Op. cit.**, p.393.

²⁸⁰ GAVRON, Eva. **Op. cit.**, p.55.

Após a descrição minuciosa das doenças venéreas, o jurista Hungria, em 1940, apontou a prostituição como sendo a disseminadora e responsável direta por estes males. Para ele, se as casas de prostituição fossem abolidas, a fonte principal das enfermidades acabaria. Porém, defendeu a idéia de que ainda assim, a prostituição era um mal necessário, porque preveniria piores desregramentos e transvios, servindo ainda como descarga da libido.

Naquele contexto, na década de 1940, para que ocorresse a existência do crime, bastava a criação do perigo de contágio. Atualmente, após a década de 1980, segundo Camargo, este preceito não mais se encaixa em um estado de direito democrático, pois as pessoas por meio das propagandas esclarecedoras presentes nos meios de comunicação estão cientes dos riscos que correm. E participar de sessões de consumo de cocaína, mesmo que o contaminado não revele seu estado de saúde, ainda assim não constitui crime, pois a participação voluntária invoca que a pessoa deve responder pelas conseqüências.²⁸¹

Camargo ainda apontou outro problema enfrentado ao se considerar crimes de transmissão do vírus da Aids,

Outra questão de relevância é quanto ao sigilo da informação sobre a pessoa portadora do vírus ou já infectada pelo mesmo. Esta matéria é delicada, pois, se de um lado está em jogo a saúde pública, de outro, colide com o direito absoluto que tem toda pessoa de ver respeitada sua dignidade, não só pelo Estado, como também pelos particulares. Ninguém pode, em tese, revelar que uma pessoa é portadora de vírus HIV, sob pena de estar interferindo, indevidamente, na privacidade de outrem.²⁸²

Esta análise chamou atenção porque se aplica ao episódio em questão, já que a mídia impressa, muitas vezes não assegurou este direito, pois como posto no segundo capítulo, os dois jornais publicaram constantemente os resultados de exames de HIV. Este bem individual foi apropriado pelo inquérito policial que anexou os exames dos envolvidos.

²⁸¹ CAMARGO, Antonio Luis Chaves. **Op. cit.**, p.61 e 62.

²⁸² Idem, *Ibidem*, p.64.

3.5 Depoimentos dos moradores e freqüentadores do edifício Helsinque

Neste inquérito, datado no dia 22 de outubro de 1987, consta um requerimento e um abaixo assinado de 17 moradores do Edifício Helsinque pedindo providências para cessar as “atividades nefastas” dos moradores dos apartamentos 821 e 841, pertencentes ao trio de acusados. Os condôminos argumentaram que estavam preocupados com a movimentação de “marginais” que apareciam à noite nos dois apartamentos. E que após a “constatação” de que nos referidos apartamentos possivelmente ocorria tráfico e uso de drogas, os moradores, declarando-se preocupados com as suas famílias e com medo de terem seus filhos induzidos ao uso de “entorpecentes”, solicitaram providências à polícia, colocando-se a disposição da justiça.²⁸³

A movimentação de pessoas nos apartamentos 821 e 841 tornou-se motivo de intolerância apenas quando os jornais publicaram as histórias do “pacto/gangue”, porque passou a envolver drogas e Aids. Nos depoimentos analisados, percebe-se em grande parte que os moradores já tinham notado a movimentação nos referidos apartamentos. A própria entrevistada R.²⁸⁴, moradora do edifício, que também declarou sua versão a este inquérito, confirmou que sempre observou forte circulação de pessoas, mas que a reação de tirá-los do edifício só veio quando a história estourou nos jornais, porque eles passaram a saber de muita coisa que não imaginavam que acontecia.

M.R. foi a primeira moradora a conceder o depoimento, no dia 23 de outubro de 1987. Ela era natural de São José e residente há sete anos no apartamento 824. Nesse tempo observou que há três anos vinha notando “anormalidades”, principalmente nos apartamentos 821 e 841, pelo intenso trânsito de pessoas durante à noite. Além do uso de drogas ela acreditava que os apartamentos também eram usados para prostituição. É interessante notar que a suspeita de que havia prostituição era fundamentada na circulação de homens e mulheres. Relatou que Rosana, a “Patinha”, morava com Patrícia no apartamento 841, e que “Patinha” ficava na janela após às 22 horas, quando era fechada a porta da frente do edifício, para jogar as chaves para os freqüentadores do apartamento. Declarou também que por meio da imprensa ficou sabendo que Rosângela e João Machado eram portadores

²⁸³ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 36-37.

²⁸⁴ Os nomes dos moradores estarão ao longo deste capítulo abreviados.

do vírus da Aids, o que a fez sentir-se mais ameaçada, pedindo a justiça que fossem tomadas providências urgentes.²⁸⁵

O morador S., que residia há dois anos naquele edifício, no apartamento 833, declarou também, que notava movimentações de muitas pessoas pelos dois apartamentos “Diversas moças e rapazes”, principalmente à noite. E que por conta do forte cheiro de maconha pelos corredores chegou a solicitar a presença do casal e de Patrícia em uma reunião realizada pelos moradores. Ele observou que por algum tempo o cheiro de maconha cessou, mas que continuou uma intensa movimentação de pessoas no edifício. Disse que ficou surpreso com a divulgação da imprensa sobre a existência de “foco de Aids” nos apartamentos 821 e 841. Até então, acreditava que só havia o uso de drogas. Quando soube pela imprensa deste dado ele concluiu, no depoimento, que o caso era mais sério do que imaginava e por conta disso também exigiu providências urgentes.²⁸⁶

Na época moradora do apartamento 822, vizinha do casal, a residente G. declarou mais detalhes sobre o casal e toda a movimentação, que também era intensa. Queixou-se dos freqüentes barulhos e alegou que existia prostituição. Um mês antes do caso estourar, notou uma fila que se formou no corredor, devido ao grande número de pessoas que freqüentavam o apartamento, em torno de 50 pessoas. Em certa ocasião, seu filho encontrou uma seringa suja de sangue no corredor e “Patinha” teria gritado com a criança, dizendo: “jogue fora seu porco”, agredindo verbalmente a criança. Descreveu como eram feitas as transações de drogas, no qual mencionou um homem de nome “Paulão”, que levava uma mala para o apartamento 822 e saía depois de 15 minutos. Ela também tomou conhecimento que o casal tinha Aids através da imprensa, e posteriormente sua família passou a ficar em pânico, porque seus filhos pequenos temiam morrer, receosos até de abrir as janelas do apartamento.²⁸⁷

L., natural de Blumenau, residiu no apartamento 844, mesmo andar de Patrícia. Proximidade esta, que permitiu maiores observações. Considerou Patrícia “o elemento mais perigoso do Edifício”, em virtude dos traficantes que freqüentavam seu apartamento, chegando determinados momentos a tocarem o interfone de Luciana por engano na tentativa de comprar cocaína. Declarou que certa vez se deparou com um senhor entrando no apartamento de Patrícia. Então perguntou à filha

²⁸⁵ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 39.

²⁸⁶ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 40.

²⁸⁷ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 41.

da mesma quem era o homem, e a criança respondeu “que era o homem do dinheiro”, dizendo ainda que sua mãe se “vendia”. Segundo L., Patrícia deixava seus filhos menores sem comida, e as crianças acabavam pedindo alimento em todo o prédio. Ela finalizou o depoimento dizendo que naquele apartamento eram feitas sessões de cocaína e que sobre o casal nada tinha a declarar.²⁸⁸

Estes primeiros depoimentos são referentes ao dia 23 de outubro de 1987, vindo logo após um ofício dirigido ao delegado, Elói Gonçalves, por D.S., sem informações pessoais da mesma, que fez um apelo às autoridades policiais sobre um caso de transmissão intencional do vírus da Aids. Assim, seguiu o ofício de 25 de outubro de 1987,

Prezado Delegado,

Sentindo sensibilizada com as reportagens sobre a contaminação da AIDS, informo a Vossa Senhoria, que minha colega, transmitiu o chamado Vírus para o Senhor J.A., funcionário da Justiça Federal. E eu estou dando esta informação, tendo em vista que o mesmo transou com ela algumas vezes.

Como este cara é considerado um dom João, e conquistador, ele deve estar retransmitindo para outras mulheres tal vírus. É bom que Vossa Senhoria convida este elemento vir fazer exames.

A bem da comunidade espero que vocês todos tomem as providências antes que seja tarde.

Atenciosamente

D.S.²⁸⁹

Em seguida uma justificativa do delegado Luiz Carlos dos Santos, também responsável pelas investigações e composição do Inquérito Policial, alegando que o endereço da mulher era inexistente no bairro Trindade. É interessante como com a divulgação do caso “pacto/gangue”, outras histórias semelhantes passaram a fazer sentido. E neste caso tratou-se de uma fofoca anônima, que mesmo nestas condições foi anexada neste inquérito. Uma explicação plausível para compreender porque o ofício foi inserido neste processo, talvez tenha sido uma suspeita do delegado de que o referido homem pudesse ter participado das reuniões no edifício Helsinque; ou até como uma forma de interrogá-lo para obter maiores informações e solicitar do mesmo um

²⁸⁸ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 42.

²⁸⁹ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 44.

exame de HIV. É ainda interessante a maneira que D. o classifica, informando ao delegado que ele é um “dom João e conquistador”, mostrando-se uma ameaça às mulheres que tivessem contato com ele. Neste caso, o homem foi posto no papel de transmissor, cabendo às mulheres protegerem-se deles, configurando a elas um papel de passividade.

O decorrer do inquérito policial seguiu com os depoimentos dos moradores do edifício, sendo interrogada em 27 de outubro de 1987, N.C.B., filha de Patrícia, que na época tinha seis anos. A menina prestou as declarações sob a presença da avó, descrevendo como eram as reuniões do apartamento de Patrícia. Ela confirmou a versão dos outros moradores de que havia uma intensa movimentação de pessoas, que “Barra” e “Lingüiça” injetavam cocaína. A menina declarou ainda, que seu irmão menor fumava maconha e que certa vez sua mãe disse que iria trocá-los por baseado. Afirmou que Patrícia recebia vários homens e que também tinha Aids.²⁹⁰ O depoimento da menina foi curto e teve as perguntas baseadas nas acusações feitas por Márcia.

A., um dos moradores, mostrou-se mais enérgico quanto ao episódio. Ele era um morador antigo, residente há sete anos, proprietário do apartamento 811. Ele afirmava que já havia notado há dois anos que havia uma forte movimentação de pessoas nos corredores e apartamentos. O interessante do depoimento é como havia por parte dos moradores uma espécie de vigília ao trio, pois este morador descreveu as ações do grupo, informando que observava muito as pessoas que entravam no edifício, e que notava que estas não tinham vínculos familiares naquela localidade. As desconfiças de que algo estava errado eram alimentadas pelo cheiro da maconha. Solicitou o isolamento dos envolvidos e afirmou que tinha medo de represálias do trio, pois do contrário poderia perder a cabeça e agredir um deles.²⁹¹

Todas as observações sobre o trio, como a vigília, o constante barulho, a intensa movimentação passaram a compor os depoimentos desses moradores que assumiram papéis de informantes no caso. Segundo Howard Becker um ato considerado “desviante” pode variar ao longo do tempo²⁹². Essa análise ajuda a compreender como antes do episódio os moradores não se incomodaram com as características descritas como “desviantes”. As atitudes do trio foram toleradas por anos sem que os moradores se queixassem à polícia. Apenas quando

²⁹⁰ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 45.

²⁹¹ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 46.

²⁹² Becker, Howard Saul. **Op. cit.**, p. 24.

houve uma forte reação da mídia e da polícia é que estes moradores se mostraram mais incomodados e representaram papéis de moradores zelosos.

A moradora R., proprietária do apartamento 831, também concedeu seu depoimento confirmando as suspeitas de uso de drogas e prostituição. Natural do Rio Grande do Sul, na época, ela residia há um ano e meio no edifício. Quando foi entrevistada em 2006, era a única moradora que ainda residia no edifício Helsinque. Seu apartamento ficava abaixo do de Patrícia, circunstância que permitia perceber muito barulho. Ela disse ter ouvido muitos gritos, choros e freqüentes discussões.²⁹³

Ainda no dia 27 de outubro, a moradora M. prestou depoimento, declarando como os outros moradores, que havia notado forte movimentação no edifício. Ele residiu há seis anos naquela localidade e reclamou dos freqüentes furtos naquele prédio, e afirmou ter tido seu veículo furtado por pessoas que freqüentavam os apartamentos do trio de envolvidos.²⁹⁴

Na seqüência destes depoimentos foi anexado um ofício, referente ao dia 28 de outubro de 1987, do Juiz de Direito da Vara de menores, G.N.C., que afirmava ter deixado a cargo da Justiça o menor A.P.F., na época com 17 anos, que participou de uma “sessão” no apartamento 841 de Patrícia, onde nove pessoas teriam usado a mesma seringa para o consumo de cocaína.²⁹⁵

No longo depoimento, o garoto descreveu sobre os momentos que foi ao morro Mocotó adquirir cocaína. Segundo ele existiam apenas duas seringas utilizadas pelo grupo. Assim, para justificar a sua participação, argumentou que desconhecia os perigos do contágio da Aids através da aplicação de cocaína injetável e que inclusive ninguém havia tocado no assunto na reunião em que participou no edifício.

Os detalhes de como eram realizadas as “sessões”, mostram que não era possível afirmar uma intenção dolosa por parte do grupo em transmitir a Aids e muito menos falar-se em “pacto/gangue”. Além do mais, mesmo as pessoas que não sabiam que o casal era portador do vírus da Aids, participaram das reuniões por vontade própria.²⁹⁶

O síndico do edifício e morador do apartamento 843, J., natural de Brusque (SC), também prestou depoimento, e realizou a

²⁹³ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 47.

²⁹⁴ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 48.

²⁹⁵ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 50.

²⁹⁶ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 51 e 52.

mesma reclamação que os outros moradores. Ele falou mais de Patrícia, já que morava no mesmo andar que ela. Segundo ele, a música alta, o agito nos corredores de pessoas estranhas, o forte cheiro de maconha e festas foram motivos para ele ter se desentendido com Patrícia várias vezes.²⁹⁷

Entre os suspeitos de frequentar os apartamentos 821 e 841, o morador do Morro do Mocotó, Sátiro, “vulgo Baleia” prestou depoimento para responder a acusação ter sido um dos fornecedores de cocaína ao trio. Ele se defendeu dizendo que nunca havia ido ao edifício e que apenas conhecia o casal, Patrícia e Márcia, pois subiam o morro. Os moradores do morro, segundo ele, passaram a jogar ovos e farinha em Márcia, que falou calúnias para se vingar.²⁹⁸

Patrícia teve que depor novamente, no mesmo dia 28 de outubro de 1987, segundo o escrivão por “[...] não ter respondido integralmente as respostas que lhe foram formuladas no primeiro depoimento no dia 21/10/87”.²⁹⁹ Declarou que pegava cocaína com João Machado, que este subia o morro do Mocotó, e comprava cocaína de “Maestri”. Revelou também que dias antes do caso estourar, “Patinha” havia injetado cocaína com a mesma seringa de “Zú”.

O depoimento de Patrícia Rosana Silva, a “Patinha”, na época com 17 anos e sob a presença de um curador, apareceu como sendo “informante” de como funcionavam as sessões de consumo de cocaína no edifício. As informações em grande parte são conflituosas em relação aos depoimentos dos acusados. Se Patrícia Bastos, moradora do apartamento 841, negou que seu apartamento era também utilizado para aplicar a droga, “Patinha” afirmou que ocorreu, bem como do envolvimento dos nomes apontados por Márcia por frequentarem os apartamentos. Das informações, a que mais interessou a polícia foi a confirmação por parte de Patinha, de que o casal se aplicava e logo em seguida fornecia a mesma seringa aos outros participantes, não revelando ainda que eram portadores do vírus da Aids.

Para fechar esse primeiro ciclo de depoimentos dos moradores, J.C., proprietário do apartamento 813, confirmou as mesmas reclamações dos outros, afirmando que achava “péssimo” o comportamento de Patrícia Bastos pela quantidade de palavões e

²⁹⁷ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 53.

²⁹⁸ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 54.

²⁹⁹ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 55.

intimidações que esta falava e fazia aos moradores. E reclamou do forte fluxo de “pessoas mal encaradas” naquele edifício.³⁰⁰

Os depoimentos dos acusados e dos informantes mostraram-se conflituosos, ora revelando fatos, ora negando acusações. Chama atenção nas declarações dos moradores, como eles passaram a ter conhecimento de muitos fatos por meio da imprensa, entre eles, que o casal era portador do vírus da Aids e inclusive a própria denominação “pacto da morte”, não mencionado por nenhum deles. Outra análise, refere-se as reclamações listadas pelos moradores, que só passaram a ser motivos de denúncia após o caso ter sido publicado nos jornais. Ademais, algumas características destes moradores, como a maioria era proveniente de outras cidades, revelaram um pouco sobre a formação do bairro Trindade.

O objetivo do inquérito foi provar a intenção dolosa por parte do trio de acusados. Mesmo após a denúncia de Márcia e dos moradores o inquérito seguiu sem resultado e sem provas mais concretas. Por mais que participantes revelassem que o casal portador do vírus da Aids compartilhava a mesma seringa, ainda assim nenhum dos interrogados mencionou que o casal falava em disseminar o vírus de maneira proposital. E mesmo que revelassem, dentro da lógica levantada por Camargo,³⁰¹ onde vivemos sob um estado de direito, logo as pessoas que freqüentavam aquelas reuniões criavam seu próprio risco e isso criava impasses em aplicar as penas do artigo 131.

3.6 Depoimentos das autoridades médicas e policias

Referência em atender portadores do vírus da Aids, o infectologista, Osvaldo Vitorino Oliveira prestou depoimento em 11 de novembro de 1987, para a composição do inquérito policial, informando o funcionamento da Aids para que se pudesse avaliar as formas de contágio, bem como sua gravidade. Lembrando que essa época foi um período, na qual os jornais locais já não publicavam tantas notícias sobre o episódio.³⁰²

O médico ainda apresentou a complexidade da atuação do vírus no organismo, destacando que este poderia aparecer depois de 20 dias, ou depois de seis meses no organismo da pessoa. Uma inconstância, do qual o andamento do inquérito policial se deparou, pois

³⁰⁰ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 58.

³⁰¹ CAMARGO, Antonio Luis Chaves. **Op. cit.**, p.63.

³⁰² **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 77.

uma das provas para incriminar o trio de acusados era a presença do vírus nas pessoas que participavam das sessões de consumo de cocaína. Com isso, a primeira barreira enfrentada foi que os testes teriam que ser realizados mais de uma vez, e segundo que a polícia ainda não poderia obter informações pessoais do paciente sem o consentimento dele, já que tem o direito de sigilo acerca do estado de saúde. De acordo com o médico, o número de casos em Santa Catarina até aquele momento era de 17 pessoas diagnosticadas.

A segunda autoridade médica que prestou esclarecimentos foi o também médico infectologista, Antonio Fernando Miranda, em 18 de novembro de 1987.³⁰³ O médico, naquele momento foi procurado pela imprensa para prestar esclarecimentos à população sobre a Aids. Ele era diretor da Vigilância Epidemiológica do Departamento de Saúde Pública e também atendia no hospital Nereu Ramos. O médico atribuiu as mesmas características sobre a Aids apresentadas pelo médico Osvaldo, acrescentando que em 100% dos casos as pessoas que desenvolviam a doença iam a óbito. Dado este que mostra uma realidade de 1987, em que a Aids tinha uma ligação muito forte com a morte, devido até deficiências no Brasil em termos de tratamento e medicamentos. Antonio Miranda foi médico de Rosângela, e sobre ela disse que “Zú” não tinha as manifestações da doença e que ela se apresentou muito bem das vezes que foi ao seu consultório.

Passados quase um mês, o policial S.L., no dia 09 de dezembro de 1987, contou como liderou uma equipe de policiais que foi até o edifício Helsinque para apreender drogas, segundo as informações que receberam. A busca e apreensão de drogas no apartamento 821, do casal, também era baseado na denúncia de que estavam com Aids e dispostos a espalhar a doença para terceiros. Nessa busca os policiais encontraram um seringa, que também fez parte das provas para incriminar o trio.³⁰⁴

O segundo policial a prestar depoimentos foi C.E.A.A., que vistoriou o apartamento de Patrícia e afirmou ter encontrado duas seringas, porém drogas não, e que a busca foi procedida na denúncia de que Patrícia “[...] promovia sessões de cocaína e orgias sexuais no seu apartamento e na presença dos filhos menores; que o apartamento estava em péssimo estado, todo sujo e em desordem [...]”.³⁰⁵

³⁰³ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 78.

³⁰⁴ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 79.

³⁰⁵ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 80.

O último policial que forneceu o depoimento foi C.C.A., também no dia 09 de dezembro de 1987, confirmando a versão de que a denúncia, razão pela qual os policiais foram ao edifício Helsinque no dia 21 de outubro de 1987, pela manhã, era pautada na informação de que o casal estava disposto a disseminar o vírus da Aids intencionalmente.³⁰⁶

É interessante ainda nesta busca por verdades sobre o fato observar o conflito entre autoridades policiais e médicos sobre a divulgação dos casos de Aids. Em ofício de 04 de novembro de 1987, o delegado Luiz Carlos dos Santos solicitou ao DSP dados estatísticos do número de pacientes portadores do vírus da Aids, bem como aqueles que não tinham manifestado os sintomas da doença afim de utilizar no inquérito como forma de registrar um possível aumento após o episódio.³⁰⁷

A este pedido, foi enviado um ofício do médico diretor do DSP, Antônio Miranda, no qual encaminhou o número de casos confirmados em Santa Catarina até 31/11/87. Acerca do segundo pedido é que se encontrou um embate, pois o médico respondeu que não revelaria os novos casos porque tal informação era restrita apenas aos médicos.³⁰⁸

³⁰⁶ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 81.

³⁰⁷ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 70.

³⁰⁸ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 86.

Relatório com os casos confirmados:

Até o dia 3/11/1987 foram notificados 17 casos assim distribuídos:

1984	1985	1986	1987
01	01	07	08

Homossexual – 9

Bissexual – 3

Usuário de droga – 3

Transfusão sanguínea – 2

Homens	Mulheres
15	02

Tabela 4: AIDS SITUAÇÃO ATUAL EM SANTA CATARINA³⁰⁹

O relatório acima fornece elementos que nos mostram a situação dos casos de Aids naquele momento em Santa Catarina. E, novamente, como os casos que entravam nas estatísticas correspondiam aos pacientes que tinham a manifestação da doença e conseqüentemente eram internados.

Em geral, nestes depoimentos é possível perceber como ocorreu uma disputa entre autoridades policiais e as autoridades da saúde, em que se mostrando a polícia tentou por vezes obter informações sobre possíveis portadores na tentativa de utilizar como prova de que o trio de acusados estava de fato intencionalmente transmitindo o vírus da Aids e, contribuindo como o aumento do número de casos. Pela tabela de 1986 a 1987 não houve um aumento, o que dificultou a hipótese da polícia de que o grupo estava contaminando outras pessoas na cidade. E mesmo que isso estivesse ocorrendo, demoraria alguns meses ou até anos para se detectar novos casos em decorrência da complexidade da doença.

³⁰⁹ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 87.

3.7 O relatório

Informações agrupadas a partir de trechos de depoimentos foram postas no relatório feito pelo delegado responsável pelo caso, Luiz Carlos Santos, em 11 de dezembro de 1987, antes de ser entregue a 3ª Vara Criminal do Fórum de Justiça de Santa Catarina para que pudesse entrar na fase judicial.

Segundo o delegado, na fase investigativa e policial do caso haviam sido colhidas 38 declarações e a estimativa era de que o número subiria para 45 na fase judicial. O relatório inicial foi baseado em “denúncias gravíssimas”, por parte primeiramente de dois profissionais da área da imprensa. Um era funcionário do jornal *O Estado*, Carlos Paniz e o outro, funcionário da rádio Guarujá, Sérgio Calazans. Os envolvidos, segundo as denúncias, teriam firmado um “pacto de morte”. Uma informação interessante abordada nas denúncias é que eles teriam feito este pacto depois de obterem exames positivos de Aids. A segunda denúncia partiu de Márcia, que sob acusação de furto, foi para a delegacia, onde chamou atenção por apresentar manchas roxas nos braços. Quando perguntada sobre isto a garota resolveu contar o que sabia sobre as reuniões que aconteciam no edifício Helsinque.

Acerca da denúncia o delegado apresentou:

A presente peça informativa foi instaurada a fim de elucidarmos denúncias gravíssimas contra algumas pessoas praticantes de atividades de risco, as quais, integrantes de grupos de viciados em drogas injetáveis, de vida sexual dissoluta e de conduta libertina e devassa, procederam criminosamente conscientes praticando atos capazes e idôneos à transmissão do vírus da AIDS para terceiros incautos.³¹⁰

A utilização das palavras pelo delegado reforçou uma conduta sexual “desviante”. “Os criminólogos constantemente ligaram a vida sexual à criminalidade. Afinal, como dizia o jurista brasileiro Roberto Lyra em 1940, “tudo na teoria e na prática do crime esconde uma questão de ordem sexual”³¹¹. Um recurso de linguagem que mostra o grupo não só como o disseminador do vírus da Aids através do uso de seringas, como também por meio do sexo e sua conseqüente reprovação.

³¹⁰ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 97.

³¹¹ LYRA, Roberto. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1964, p.71-72. Apud GAVRON, Eva. *Op. cit.*, p.54.

Nota-se certa insatisfação do delegado com a imprensa, que teria se mostrado, segundo seu julgamento muitas vezes sensacionalista.

As ressalvas quanto ao desempenho da polícia judiciária ficam por conta das crônicas deficiências do aparelho policial, desprovido dos desvelos do poder público, bem como às ingerências e incompreensões de outros órgãos públicos ou canalizadores da opinião popular quanto ao caso em pauta e que nos dificultou sobremaneira os trabalhos investigatórios.³¹²

Entre os depoimentos escolhidos para compor o relatório, o delegado colocou trechos das declarações de Márcia, sobre as reuniões nos dois apartamentos, 821 e 841, bem como as pessoas que ali freqüentavam as sessões de consumo de cocaína. O delegado ainda destacou que Márcia afirmou que as crianças presenciaram orgias e que o filho do casal cheirava cocaína e o menor de 3 anos de idade fumava maconha.

O depoimento da filha de Patrícia Bastos, que na época tinha 06 anos, foi reduzido neste relatório e interpretado pelo delegado que assim expôs:

A criança, em que se revele a sua tenra idade, demonstrou amadurecimento precoce nocivo, incompatível para a sua faixa etária, desprovida do viço puro e inocente do desabrochar da vida, conseqüência do convívio funesto e repugnante com marginais, libertinos, viciados e viciadores, entre os quais a própria “genitora”, porque mãe representa algo mais, sempre uma esperança de dias melhores coisa muito diversa daquela que unicamente “gera”.³¹³

Além de reforçar uma imagem de impureza, de criminalidade, enchendo de significados a imagem do grupo, o delegado ainda utilizou o estereótipo mãe “desnaturada” para mostrar ao juiz, que de uma mãe espera-se o cuidado, o zelo pela criança, pois esse é seu papel na sociedade.

O delegado insiste no uso da palavra “promiscuidade” para se referir as reuniões que aconteciam nos apartamentos, principalmente nas

³¹² **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha n° 97-98.

³¹³ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha n° 98.

interpretações das declarações prestadas por informantes e freqüentadores, “Em suas declarações, H.G.S.T., também freqüentador do apto nº 841 de Patrícia de Oliveira Bastos, destacou a promiscuidade reinante na habitação de Patrícia [...]”.³¹⁴ A palavra não foi utilizada por H. e sim pelo delegado que se utilizou de um estereótipo para marcar a idéia de que o local era um ambiente moralmente condenável. Segundo Sontag: “O comportamento perigoso que produz a Aids é encarado como algo mais do que fraqueza. É irresponsabilidade, delinquência – o doente é viciado em substâncias ilegais, ou sua sexualidade é considerada divergente”.³¹⁵

Parte da descrição dos médicos infectologistas acerca da Aids foi utilizada no sentido de mostrar a gravidade da síndrome, destacando que a taxa de letalidade da doença era de cem por cento. O delegado ainda se utilizou da contradição de depoimentos de “Zú”, pois afirmou saber que era portadora do vírus da Aids algumas semanas antes do caso estourar e do médico de Zú, Antônio Miranda, revelar que a mesma soubera há mais tempo sobre a doença. Dessa forma, o delegado concluiu que para o argumento de “Zú” fosse verdadeiro as declarações do médico teriam que ser obrigatoriamente mentirosas.³¹⁶

Assim, o inquérito foi remetido ao Juiz de Direito da Vara Criminal para ser julgado em 14 de dezembro de 1987³¹⁷.

3.8 A fase judicial e o fim do inquérito

Na fase judicial, em junho de 1988, dois outros depoimentos foram acrescentados ao inquérito: o de Sérgio Calazans, da rádio Guarujá e Carlos Paniz, do jornal *O Estado*, os autores das denúncias sobre o “pacto da morte” à polícia.

Sergio Calazans declarou que obteve conhecimento da existência de um grupo que utilizava drogas injetáveis para disseminar o vírus da Aids, com o objetivo de não só difundirem a doença, como também de não morrerem sozinhos. Informações estas que ele soube através de uma denunciante anônima. A história se iniciou por uma “fofoca” e acabou ganhando tamanha dimensão. Destas informações que recebeu, o caso foi ser revelado na rádio *Guarujá* e um depoimento

³¹⁴ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 101.

³¹⁵ SONTAG, Susan. **Op. cit.**, p. 31.

³¹⁶ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 103.

³¹⁷ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 105.

chegou a ser gravado com Márcia, onde ela declarou detalhes sobre o suposto “pacto”.³¹⁸

Carlos Paniz, na época, tinha recém saído do jornal *O Estado*, e prestou as mesmas informações, de que ficou sabendo de um grupo que estava transmitindo o vírus da Aids através de seringas e detalhou a realização do seu trabalho frente a este caso. Segundo ele, as referidas matérias do jornal *O Estado* foram escritas por ele, bem como o trabalho de campo para recolher dados, e que não esteve nos apartamentos dos envolvidos e nem presenciou qualquer sessão de drogas.³¹⁹

Um ofício foi remetido ao Juiz justificando a falta dos resultados de exames de Aids dos envolvidos. Segundo o delegado Luiz Carlos Santos, o DSP após receber a solicitação do resultado dos exames não enviou uma resposta. Assim ele finalizou: “A fim de evitarmos um confronto desnecessário, optei pela devolução dos autos a esse Juízo”.³²⁰

O enquadramento do trio no artigo 131 do CDP por meio deste inquérito, como previsto esbarrou na falta de provas. Para tanto, em setembro de 1988, o DEIC sob a figura do delegado Luiz Carlos, insistiu em conseguir as informações dos exames dos envolvidos, de forma que no documento, “Requisição de diligência”, solicitou a ajuda do Promotor de Justiça, Robinson Westphal, para que este pudesse pedir ao DSP que enviasse os exames dos envolvidos e freqüentadores das ditas “sessões” nos apartamentos do trio.³²¹

Quase um ano depois, em julho de 1989, o DSP enviou um ofício informando que não possuía as informações solicitadas, porque Abelardo Vianna Filho, então diretor daquele órgão, respondeu:

Em se tratando da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, SIDA ou AIDS, a legislação em vigor proíbe a divulgação do conteúdo de fichas individuais a pessoas e entidades estranhas ao Sistema Nacional de Vigilância (doc.anexo), motivo pelo qual as notificações são feitas com fins meramente estatísticos e mediante as iniciais do paciente, pois o tratamento é realizado a nível local. Por isso seria extremamente difícil à

³¹⁸ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 113.

³¹⁹ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 116.

³²⁰ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 117.

³²¹ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 120.

Administração Central deste DSP reunir as informações solicitadas pelo ofício em pauta.³²²

Novamente o conflito entre estes órgãos públicos, mostrando ainda, que o direito penal sob o artigo 131 esbarrou nos direitos individuais.

O parecer do promotor de Justiça, Robson Westphal, em 06 de agosto de 1990 acerca dos fatos, concluiu que:

A polícia e a imprensa deram valoração excessiva às declarações de Márcia Regina e o fato ganhou notoriedade nacional. A notícia espalhou-se de forma sensacionalista, como “o pacto de morte firmado por aidéticos”, colocando em pânico a cidade, dando margem aos mais diversos comentários e diz-que-diz, semeando discórdias, espalhafatos e ironias.³²³

A análise do promotor demonstrou que um caso pequeno extrapolou dimensões, pois envolveu uma série de pessoas, autoridades policiais e da saúde. Essa história passou a ser fonte de ironias e medo na cidade. Das investigações policiais ele ainda concluiu que este caso mostrou que a “cocaína corria solta pela cidade” (palavras do promotor) e que diversas pessoas não só consumiam, como também traficavam a droga.

Portanto, ao chamado “pacto da morte”, concluiu que nenhuma prova foi obtida, principalmente porque Márcia, a “vítima”, não apresentou o vírus da Aids. Entre as já detalhadas características, o promotor interpretou que o inquérito possuía falta de materialidade e não poderia ser instaurado uma ação penal, pois nesse caso não tinha vítima alguma.³²⁴

³²² **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 123.

³²³ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 126.

³²⁴ **Inquérito Policial**, 19 out. de 1987, folha nº 127.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi resultado de um olhar inicialmente particular, local, cotidiano, que possibilitou diferentes escalas de percepção. A opção de partir de um episódio pequeno apontou características sociais mais gerais, que me conduziram para outras temáticas, tempos e espaços diversos.

As temáticas não se esgotam, pois a partir dessa visão particular abriram-se uma gama de opções possíveis de análise. Contemplei alguns temas dos quais considereei serem importantes para o estudo da história social. As histórias construídas pelos dois jornais locais, conduziram uma trama envolvendo autoridades policiais e órgãos de saúde em versões conflituosas sobre Aids, drogas e prostituições. Ao acompanhar a história, compreendi que o episódio ativou uma série de falas de autoridades, que se não fosse por este motivo, talvez não estivessem estampadas em páginas policiais revelando problemas, opiniões, valores e crenças.

A visão de um período e local pôde ser encontrado em discursos de médicos, de policiais e de envolvidos no caso, que mostraram valores e crenças. Diante de uma polêmica que envolveu assuntos tabus naquele momento, entre eles a homossexualidade, bem como uma moralização na maneira de abordar a Aids, foi possível conhecer mais sobre como a Aids foi vivenciada naquele momento.

Dentre as temáticas suscitadas pelo episódio “pacto/gangue” optei inicialmente por compreender um pouco sobre a história da Aids, desde os primeiros casos, nos EUA e no Brasil, apontando como a medicina e a ciência lidaram com a síndrome. A história da doença ajudou na compreensão de como as pessoas reagiram diante de uma epidemia, em que de início não apresentou sintomas claros e definidos.

Esta enfermidade por ter o sexo como forma de transmissão, suscitou ainda velhas metáforas, que eram relacionadas à sífilis, doença que despertou a ira de higienistas e sanitaristas, porque invocava a idéia de algo impuro, sujo, moralmente condenado. Assim foram elas: “câncer gay”, “peste gay”, “aidético”, e tantos outros significados que atribuem a culpa aos que contraem a síndrome, que por terem sido “promíscuos”, remetiam uma lógica de que a Aids representava uma condenação pelos excessos sexuais.

A Aids não despertou somente o medo na sociedade, mas também mobilizações das instituições governamentais, bem como as não-governamentais, que inicialmente caminharam em passos diferentes. Atualmente formam uma rede, onde juntas, lutam principalmente, para fomentar a produção interna de medicamentos e quebrar a patente da indústria farmacêutica, garantindo assim o direito dos portadores do vírus da Aids de continuarem a receber medicamentos com mais qualidade.

A polícia criminalizou, estereotipou os envolvidos no caso, enquadrando-os no polêmico artigo 131 do Código Penal Brasileiro no Inquérito Policial. Com resquícios higienistas, este artigo foi posto em um período considerado democrático, em que ocorreu ainda um jogo de conflitos entre as autoridades de saúde e as autoridades policiais, de como melhor tratar o episódio. As autoridades policiais não conseguiram incriminar o grupo somente com depoimentos, levando a justiça a não julgá-los por imaterialidade de provas. Após dois meses de sucessivas reportagens sobre o “pacto/gangue” os jornais locais não mais noticiaram fatos relacionados ao grupo. Mas continuaram as notícias sobre Aids, das quais traziam informações sobre números, medidas de prevenção e políticas públicas, entre elas a atuação do GAPA em Florianópolis.

Hoje, a mídia impressa se apresenta aos seus leitores com uma postura mais ética, menos preconceituosa e menos discriminatória se comparada aos primeiros anos da epidemia. Da mesma forma, as medidas de prevenção por parte do Ministério da Saúde, que deixou de enfatizar a associação da Aids com a morte. No *site* do Ministério Público é possível encontrar as últimas notícias sobre a síndrome. Entre elas, o anúncio do tema para o Dia Mundial de Luta contra a Aids, que será: “não à discriminação, às pessoas que vivem com aids”. Esse tema foi elaborado a partir de um grande mosaico com quatro imagens de beijos: um casal de homossexual, um casal gay, um casal lésbico e uma mãe e um filho. Entre esses modelos, segundo informações do *site*, pessoas que vivem com o HIV. O objetivo da campanha é diminuir o preconceito contra soropositivos, que hoje é menor se comparado a década de 1980.

FONTES

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC)

- Diário Catarinense**, 30 mar. 1987. Edição especial.
Dário Catarinense, 30 mar. 1987, p. 04-06.
Diário Catarinense, 02 ago. 1987. p.13.
Diário Catarinense, 07 out. 1987.
Diário Catarinense, 22 out. 1987, nº 539, capa.
Diário Catarinense, 22 out. 1987, nº 539, p. 18 e 19.
Diário Catarinense, 23 de out de 1987, nº 540, capa.
Diário Catarinense, 23 de out de 1987, nº 540, p. 18 e 19.
Diário Catarinense, 24 out. 1987, nº 541, capa.
Diário Catarinense, 24 out. 1987, nº 54, Visor.
Diário Catarinense, 24 out. 1987, nº 541, p. 18-19.
Diário Catarinense, 25 out. 1987, nº 542, capa.
Diário Catarinense, 25 out. 1987, nº 542, especial, p. 12.
Diário Catarinense, 25 out. 1987, nº 542, especial, p. 13.
Diário Catarinense, 26 out. 1987, nº 543, p. 18-19.
Diário Catarinense, 28 out. 1987, geral. p. 11.
Diário Catarinense, 29 out. 1987, p. 18.
Diário Catarinense, 30 out. 1987, nº 547, p. 20 e 21.
Diário Catarinense, 01 nov. 1987, nº 549.
Diário Catarinense, 01 nov. 1987, nº 549, polícia, p. 38.
Diário Catarinense, 20 de Nov. 1987, polícia p.39.
Diário Catarinense, 18 abr. 2009, nº 8.395, Cacau Menezes, p. 31.
- O Estado**, 05 jul. 1978, p. 16.
O Estado, 07 set. 1978, p. 17.
O Estado, 21 out. 1987, nº 22.146, capa.
O Estado, 21 out. 1987, nº 22.146, polícia, p.06.
O Estado, 21 out. 1987, nº 22.147, polícia, p.10
O Estado, 22 out. 1987, nº 22.147, capa.
O Estado, 22 out. 1987, nº 22.147, polícia, p. 11.
O Estado, 23 out. 1987, nº 22.148, capa.
O Estado, 24 out. 1987, nº 22.149, polícia, p.5.
O Estado, 23 out. 1987, nº 22.147, polícia, p. 10.
O Estado, 24 out. 1987, nº 22.149, capa.
O Estado 24 out. 1987, nº 22.149, opinião.
O Estado, 25 out. 1987, nº 22.150, capa.

O Estado, 25 out. 1987, nº 22.150, geral, p.9.
O Estado, 26 out. 1987, nº 22.151, polícia, p.10.
O Estado, 27 out. 1987, nº 22.152, geral, p.10.
O Estado, 28 out. 1987, nº 22.153, polícia, p.10.
O Estado, 31 out. 1987, nº 22.156, p. 10.
O Estado, 19 nov. 1987, nº 22.175, capa.

Veja, 14 set. 1983.
Veja, 25 ago. 1993.
Veja, 25 ago. 1993.
Veja. 28 mai. 1986.
Veja, 28 out. 1987, saúde, p. 102 e 103.

Banco de Dados Folha de São Paulo (BDFSP)

Folha da Tarde, 09 jul. 1983.
Folha de São Paulo, 04 ago. 1985.
Folha de São Paulo, 04 ago. 1985.
Folha de São Paulo, 21 jul. 1987.
Folha de São Paulo, 28 out. 1987.
Folha de São Paulo 30 out. 1987.
Jornal do Brasil, 28 jul. 1985.
Jornal do Brasil, 08 fev. 1999.
Jornal do Brasil, 08 abr. 1999.
O Estado de São Paulo, 17 abr. 1988.
O Globo 24, out. 1987.
O Globo 30 out. 1987.

Documentos eletrônicos:

Diário Catarinense 18 abr. 1987, nº 8.395, p. 31, Cacau Menezes.
Disponível no site: <http://www.agenciaaids.com.br>. Acesso em: 18/04/09
Posição da Igreja Católica contra o preservativo não muda diz porta-voz.
Disponível em: <http://www.clicbrs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2443517.htm>. Acesso em: 18/04/09.
Aids no Brasil. Disponível em:
<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS13F4BF21PTBRIE.htm>.
Acesso em: 18/04/09.

Veja, 26 abr. 1989. Disponível em:

<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 24/04/2009.

Disponível em: www.aids.gov.br. Acesso em: 29/08/09.

Veja, 10 ago. 1988. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 24/04/2009.

Disponível em: <http://www.gapasc.org.br>. Acesso em: 27/04/09.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-9702002000100015&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 20/06/08

Entrevistas

IWERSEN, Rui Martins. **Entrevista concedida a Grazielle Regina de Amorim**. Florianópolis, 11 maio. 2006. (fundador do GAPA).

SPIER, Rosinha. **Entrevista concedida a Grazielle Regina de Amorim**. Florianópolis, 21 de setembro de 2006. (moradora que presenciou o fato).

Fórum do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (FTJESC)

3ª Vara Criminal

Inquérito Policial, 19 out. de 1987, nº 01.86598.4.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1990.
- ALZER, Luiz André Alzer. CLAUDINO, Mariana Costa. **Almanaque anos 80**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- AMORIM, Grazielle Regina de. **Gapa: História e as construções e metáforas da AIDS (1987-1991)**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Estado de Santa Catarina.
- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- BARATA, Germana. “A televisão contribuindo para a história das doenças” In: **Esboços** vol. 16, p 127-146. Florianópolis, 2006.
- BASTOS, F. **Ruína e Reconstrução: AIDS e drogas injetáveis na cena contemporânea**. Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ & Relume Dumará, 1995.
- BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2008.
- BÉRIAC, Françoise. “O medo da lepra” In: LE GOFF, Jacques. **As Doenças têm História**. Lisboa – Portugal: Ed. Terramar, 1997.
- BERNARDES, João Victor. **A Família Vidal e o processo de modernização de Florianópolis (1960-1980)**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Estado de Santa Catarina.
- BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- CAMARGO, Antonio Luis Chaves. “Aids e direito penal: aspectos gerais” In: **Revista USP**. N. 1, São Paulo, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio: a RBS em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1996.
- DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na “Belle Époque”**: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEJAVITE, Fábila Angélica. **O poder do Fait divers no jornalismo: humor, espetáculo e emoção**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS.

- DELORT, Robert. “Que a peste seja do rato!” In: LE GOFF, Jacques. **As Doenças têm História**. Lisboa – Portugal: Ed. Terramar, 1997.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____, Mary, **Risk and Blame: Essays in Cultural Theory**. NY: Routledge, 1994.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FAUSTO NETO, A. **Comunicação e mídia impressa: estudos sobre a Aids**. São Paulo: Hacker, 1999.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 1996, p.12.
- _____, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GAVRON, Eva. **Dramas e danos: Estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985)**. Tese de doutorado em história – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- GUERINI, Eduardo. **Metropolização e Impactos Sócio – Ambientais em Florianópolis (1986 – 1996)**. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis, 2000.
- GINZBURG, Carlo. **História Noturna: decifrando o sabá**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- _____, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOMES, M.R. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003.
- HUNGRIA, Nelson. FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Comentários ao Código Penal**, volume V, arts. 121 a 136. Rio de Janeiro, Forense, 1981.
- LE GOFF, Jacques. **As Doenças têm História**. Lisboa – Portugal: Terramar, 1997.
- LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial**. Carreira de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)**. Florianópolis, 1996. vii, 95 f. Dissertação (Mestrado em História) UFSC, Florianópolis, 1996, p. 07.
- MARTIN, Denise. **A construção cultural do risco: o cotidiano da prostituição em Santos** [Tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1999.
- MEYER, Dagmar Estermann, SANTOS, Luis Henrique Sacchi dos. OLIVEIRA, Dora Lúcia de. WILHELMS, Daniela Montano. 'Mulher sem-vergonha' e 'traidor responsável': problematizando representações de gênero em anúncios televisivos oficiais de prevenção ao HIV/AIDS In **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, maio/ago 2004.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. (Orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Paralelo 15. Brasília, 2004.
- _____, Dilene Raimundo do. **As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001, p. 106.
- PEREIRA, Moacir. **Manual do jornalismo e da comunicação**. Florianópolis: Insular, 2005.
- PORTO, Bea. LAGO, Fernanda (Org.). **É Tudo Mentira**. A história segundo Beto Stodieck. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 1999.
- POTER, Roy, "História do corpo", in Peter Burke (org), **A escrita da história: Novas perspectivas**, São Paulo, Edusp, 1992, p.326.
- _____, **Das tripas coração: Uma breve história da medicina**. Rio de Janeiro: Record: 2004.
- _____, Roy. **Medicina: A história da cura**. Ed. Livros e livros, 2002.
- REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RODRIGUES, José Carlos. **O Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- ROSA, Ana Letícia. AMORIM, Grazielle Regina. REIS, Antero Maximiliano Dias dos. **A modernização e urbanização na década de 20 no Brasil**. Projeto de estágio. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SCHIRMER, Lauro. **RBS: da Voz-do-Poste à Multimídia**. Porto Alegre, 2002.

- SOARES, Rosana de Lima. **Imagens Veladas: Aids**, imprensa, e linguagem. AnnaBlume. São Paulo, 2001.
- SONTAG, Susan. **A Doença como Metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- _____. **Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SOURNIA, Jean-Charles. “O homem e a doença” In LE GOFF, Jacques. **As Doenças têm História**. Lisboa – Portugal: Terramar, 1997.
- SOUZA, Herbet de. **Direitos humanos e Aids**. Palestra proferida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1987.
- TRONCA, Ítalo A. **As máscaras do medo: Lepra/Aids**. Editora da Unicamp. Campinas, 2000.

Documentos eletrônicos:

- ALVES, Maria Bernardete Martins. LOPES, Marili I. **Procedimentos para a apresentação e normalização de trabalhos acadêmicos**. UFSC, 2006.
- Disponível em: www.bu.ufsc/modules/conteúdo/index.php?id=14
- BARATA, Germana Fernandes. **A primeira década da Aids no Brasil: o Fantástico** apresenta a doença ao público (1983-1992).2006. Dissertação – Universidade de São Paulo.
- Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07072006-124258/> Acesso em: out. 2006.
- MARTIN, Denise. **Informação e comportamento: o exemplo da Aids**. Disponível em: http://www.unifesp.br/dpsiq/polbr/ppm/atu5_03.htm. Acesso em: mai. 2008.
- MITJAVILA, Myriam. “O risco como recurso para a arbitragem social”. In **Tempo Social** n.14, p.129-145, USP, São Paulo, 2002.
- Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a07.pdf> Acesso em: mai. 2008.
- MOTT, Luiz. A Transmissão dolosa do HIV-Aids: relatos na imprensa brasileira. In **Impulso**, nº 32, 2002.
- Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp32art10.pdf> Acesso em: ago. 2006.